

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE ARTES E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**A NOÇÃO DE LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DO  
*DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Natieli Luiza Branco**

**Santa Maria, RS, Brasil**

**2015**

**A NOÇÃO DE LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DO  
*DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

**Natieli Luiza Branco**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Letras**.

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr. Verli Fátima Petri da Silveira**

**Santa Maria, RS, Brasil  
2015**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Branco, Natieli Luiza

A noção de língua na constituição do Diccionario del español del Uruguay / Natieli Luiza Branco.-2015.

125 p.; 30cm

Orientadora: Verli Fátima Petri da Silveira

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, RS, 2015

1. Língua 2. Dicionário 3. Análise de Discurso 4. Uruguai 5. Descolonização Linguística I. Silveira, Verli Fátima Petri da II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria  
Centro de Artes e Letras  
Programa de Pós-Graduação em Letras**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,  
aprova a Dissertação de Mestrado

**A NOÇÃO DE LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DO *DICCIONARIO DEL  
ESPAÑOL DEL URUGUAY***

elaborada por  
**Natieli Luiza Branco**

Como requisito parcial para a obtenção do grau de  
**Mestre em Letras**

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Verli Fátima Petri da Silveira, Dr.**  
(Presidente/Orientadora)

---

**Vanise Gomes de Medeiros, Dr. (UFF)**

---

**Eliana Rosa Sturza, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, 20 de fevereiro de 2015.

*Aos meus pais, por tudo!*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus professores do ensino básico, do ensino superior e da pós-graduação pelo conhecimento compartilhado que possibilitou a realização deste trabalho.

Agradeço à professora Verli por ter aceitado ser minha orientadora e pela participação essencial na minha iniciação na pesquisa. Agradeço o aprendizado constante durante as conversas e as orientações.

Agradeço à professora María Teresa Celada por ter me recebido tão amavelmente na Universidade de São Paulo e por ter indicado bibliografia para o meu trabalho.

Agradeço aos meus pais por incentivarem a mim e a minha irmã a estudar sempre, a buscar nosso lugar no mundo e, acima de tudo, a nunca desistir.

Agradeço à minha irmã pelos momentos vividos juntos.

Agradeço ao Rodrigo pelo companheirismo e compreensão.

Agradeço a meus amigos de estudos e da vida por darem mais leveza à minha caminhada.

Agradeço ao Laboratório Corpus, ao PET e ao Programa de Pós-Graduação em Letras por me possibilitarem experiências acadêmicas e pessoais únicas.

Agradeço a FAPERGS/CAPES pela bolsa concedida que possibilitou a minha dedicação exclusiva a este trabalho.

Agradeço a todos que fizeram/fazem parte de minha história.

pero aquí abajo abajo  
cerca de las raíces  
es donde la memoria  
ningún recuerdo omite  
y hay quienes se desmueren  
y hay quienes se desviven  
y así entre todos logran  
lo que era un imposible  
que todo el mundo sepa  
que el Sur también existe

(BENEDETTI, 1986, p. 154).

## RESUMO

Dissertação de Mestrado  
Programa de Pós-Graduação em Letras  
Universidade Federal de Santa Maria

### **A NOÇÃO DE LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DO *DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY***

AUTORA: NATIELI LUIZA BRANCO

ORIENTADOR: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 20 de fevereiro de 2015.

Neste trabalho, temos por objetivo analisar como se dá o funcionamento da noção de língua no *Diccionario del español del Uruguay*, da Academia Nacional de Letras de Uruguai, em sua primeira edição no ano de 2011, e, nesse viés, explicitar que esse dicionário ocupa um lugar diferenciado para se pensar tal noção. Para realizar esta análise, tomamos o dicionário como objeto discursivo e como instrumento linguístico de acordo com os princípios teóricos e metodológicos da Análise de Discurso de linha francesa em articulação com a História das Ideias Linguísticas. Essa articulação permite compreender as relações entre sujeito e língua, bem como entre dicionário e história. Desse modo, o primeiro gesto de interpretação é estabelecer os movimentos teóricos entre língua, sujeito e história para compreender o discurso do dicionário e o processo de dicionarização hispano-americano e uruguaio. O segundo gesto, a fim de analisar o funcionamento desse dicionário, é verificar o funcionamento da noção de língua na história da constituição do Estado-nação, o que nos dá as designações de língua nacional, língua materna, língua regional, etc.; bem como explicitarmos como encontramos esses funcionamentos de língua nos dicionários. A essas questões, acrescenta-se a constituição da língua em países colonizados e colonizadores, e, com isso, como é marcado o processo de colonização e descolonização linguística nos instrumentos linguísticos promovendo a heterogeneidade linguística – fala-se a mesma língua, mas diferente. Um último gesto de interpretação, que será o nosso gesto analítico, é verificar as condições de produção que circunscrevem esse dicionário: como o *Diccionario del español del Uruguay* se relaciona com o *Diccionario de la Real Academia Española* por meio da língua das definições; e como o dicionário e a língua são tratados nos referidos textos introdutórios. Os resultados das análises indicam que o *Diccionario del español del Uruguay* apresenta mais do que uma variedade da Língua Espanhola, ele mostra e reforça o diferente, fortalecendo a construção de um processo de descolonização linguística uruguaia. No *Diccionario del español del Uruguay*, observamos a necessidade de afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico produzido em um país colonizado, em uma tentativa de instrumentalização da Língua Espanhola do Uruguai.

**Palavras-chave:** Dicionário. Discurso. Língua.



## RESUMEN

Tesis de Maestría  
Programa de Posgrado en Letras  
Universidad Federal de Santa Maria

### LA NOCIÓN DE LENGUA EN LA CONSTITUCIÓN DEL DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY

AUTORA: NATIELI LUIZA BRANCO

ORIENTADORA: VERLI FÁTIMA PETRI DA SILVEIRA

Fecha y Lugar de la defensa: Santa Maria, 20 de febrero de 2015.

En este trabajo, objetivamos analizar el funcionamiento de la noción de lengua en el *Diccionario del español del Uruguay*, de la Academia Nacional de Letras del Uruguay, en su primera edición en el año de 2011 y, en ese marco, explicitar que ese diccionario tiene un lugar diferenciado para pensarla. Para realizar ese análisis, tomamos el diccionario como objeto discursivo y como instrumento lingüístico de acuerdo con los principios teóricos y metodológicos del Análisis de Discurso de línea francesa en articulación con la Historia de las Ideas Lingüísticas. Esa articulación nos permite comprender las relaciones entre sujeto y lengua, asimismo entre diccionario e historia. Así, el primer gesto de interpretación es establecer los movimientos teóricos entre lengua, sujeto e historia para comprender el discurso del diccionario y el proceso de diccionarización hispanoamericano y uruguayo. El segundo gesto, a fin de analizar el funcionamiento de ese diccionario, es averiguar el funcionamiento de la noción de lengua en la historia de la constitución del Estado-nación que da las designaciones de lengua nacional, lengua materna, lengua regional, etc., así como explicitar cómo encontramos esos funcionamientos de lengua en los diccionarios. A esas cuestiones, añaden-se la constitución de la lengua en países colonizados y colonizadores, el proceso de colonización y descolonización lingüística en los instrumentos lingüísticos y la heterogeneidad lingüística – se habla la misma lengua, pero distinto. Un último gesto de interpretación, que será nuestro gesto analítico, es averiguar las condiciones de producción que circunscriben ese diccionario: cómo el *Diccionario del español del Uruguay* se relaciona con el *Diccionario de la Real Academia Española* a través de la lengua de las definiciones; y cómo el diccionario y la lengua son planteados en sus textos introductorios. Los resultados de los análisis indican que el *Diccionario del español del Uruguay* presenta más que una variedad de la Lengua Española, lo muestra y lo refuerza en la diferencia y fortalece la construcción de un proceso de descolonización lingüística uruguaya. En el *Diccionario del español del Uruguay*, observamos la necesidad de afirmación de una lengua propia en un instrumento lingüístico producido en un país colonizado, en un intento de instrumentalización de la lengua española del Uruguay.

**Palabras claves:** Diccionario. Discurso. Lengua.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – “América Invertida” .....	84
--------------------------------------	----

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Verbetes presentes tanto no DRAE quanto no DEU.....	91
Quadro 2 - Diferença de sentidos entre “coloquial” e “espontâneo” no DRAE.....	98
Quadro 3 – Sequências discursivas dos textos introdutórios do DEU.....	100
Quadro 4 - Diferença de sentidos entre “contrastivo” e “complementar”.....	108

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASALE	Associação de Academias de Língua Espanhola
DEU	<i>Diccionario del español del Uruguay</i>
DRAE	<i>Diccionario de la Real Academia Española</i>
RAE	Real Academia Espanhola

## **LISTA DE ANEXOS**

ANEXO 1 – Lista de abreviações do DEU.....	123
--	-----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>15</b>
<b>PARTE I</b> .....	<b>19</b>
<b>LÍNGUA, SUJEITO E HISTÓRIA - movimentos teóricos para compreender o discurso dicionarístico</b> .....	<b>19</b>
1.1 A língua em suas relações com o discurso .....	19
1.2 O sujeito e sua relação com a língua e o Estado .....	25
1.3 A história como constitutiva nas relações entre língua, sujeito e dicionário .....	32
1.4 Um pouco do processo de dicionarização espanhola, hispano-americana e uruguaia .....	34
1.5 O dicionário na articulação da Análise de Discurso com a História das Ideias Linguísticas .....	52
<b>PARTE II</b> .....	<b>56</b>
<b>LÍNGUA E NAÇÃO – a heterogeneidade linguística</b> .....	<b>56</b>
2.1 A importância da língua na constituição da nação .....	56
2.1.1 A constituição da língua nacional da/na Espanha e do/no Uruguai .....	64
2.2 Colonização e descolonização linguística .....	74
2.3 Política e político na língua e no dicionário .....	80
<b>PARTE III</b> .....	<b>83</b>
<b><i>DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY – um gesto de interpretação</i></b> .....	<b>83</b>
3.1 O “norte” do <i>Diccionario del español del Uruguay</i> .....	83
3.2 <i>Diccionario del español del Uruguay</i> e <i>Diccionario de la Real Academia Española</i> – a língua das definições .....	86
3.3 Por uma noção de língua no <i>Diccionario del español del Uruguay</i> – entre a língua regional e a nacional .....	100
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>116</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo investigar o funcionamento do *Diccionario del español del Uruguay* (2011) – primeiro dicionário da Academia Nacional de Letras do Uruguai –, sobretudo, investigar o funcionamento da noção de língua nessa obra e se podemos tratá-lo como um gesto de descolonização linguística.

Antes de iniciar o trabalho em si, entretanto, é necessário justificar (ou explicitar) algumas escolhas: por que o dicionário? Por que o espanhol? Por que o Uruguai? Pois, eles se entrelaçam com a minha história. Por isso optei por falar em primeira pessoa nesta introdução do trabalho.

Adianto que do dicionário advém a minha introdução na Análise de Discurso e na História das Ideias Linguísticas. O espanhol é a minha escolha profissional. No Uruguai, tive a minha experiência de intercâmbio. E da reunião de todas essas escolhas resulta o meu trabalho de pesquisa acadêmica sobre a língua.

A introdução de uma dissertação traz à tona todo um trajeto percorrido. Para mim, vem à memória a minha formação acadêmica entrelaçada à minha caminhada pessoal e, desse modo, meu percurso de sujeito entre línguas. Sendo assim, começarei explicitando minha opção pelo espanhol.

Desde a minha iniciação na vida escolar, a língua estrangeira sempre esteve presente. Em um primeiro momento, tive a oportunidade de participar de aulas extracurriculares de ensino e aprendizagem de Língua Italiana. Claro que a proposta de ensino era a língua padrão, a culta, a oficial da Itália, que se distanciava, por exemplo, da língua que eu escutava na conversa de meus avós e demais pessoas da região da quarta colônia de imigração italiana. O que, de certo modo, era interessante, pois me possibilitava fazer comparações tanto entre as palavras em si quanto entre as pronúncias que também eram diferentes. Tenho a lembrança de meus avós me perguntando como se diziam algumas palavras em italiano “de verdade”, como se existisse uma língua “de verdade” e que a utilizada por eles não fosse língua, mas hoje sabemos que a língua “de verdade” não existe e que a deles é língua sim, é viva e funciona.

Também quero destacar o papel dos professores em minha história escolar, principalmente meus professores de línguas, que foram determinantes para a minha escolha pelo curso de Letras, bem como pelo meu contato com a Língua Espanhola naquele período.

Hoje, refletindo acerca do meu percurso, acredito que essas questões influenciaram na minha opção por cursar Letras com habilitação em Língua Espanhola.

A partir da escolha pelo espanhol, iniciei minha história universitária e nela se inscreve o porquê do dicionário. Até meados da minha graduação, não estudei os dicionários como instrumentos linguísticos, nem como passíveis de serem estudados discursivamente. Como estudante de língua estrangeira, recorria a eles com frequência, mas para verificar o equivalente de uma palavra em Língua Portuguesa ou em língua estrangeira. Isso ocorreu até eu conhecer o Laboratório Corpus da Universidade Federal de Santa Maria, participar de seus projetos e ter a orientação da professora Verli Petri. A partir disso, conheci a Análise de Discurso e a História das Ideias Linguísticas e me interessei pelos dicionários.

Até então, eu não havia sido apresentada a essa perspectiva teórica no curso de graduação. Talvez seja por esse motivo que tal teoria tenha me interessado tanto, a ponto de eu escolhê-la para fazer parte da minha história. Neste trabalho, teorizo sobre os conceitos de língua, sujeito e história, considerando para análise principalmente a noção de língua. A isso acrescento meu percurso em estudar línguas e já justifico outra possível pergunta: por que a língua? Porque “para a teoria do discurso a língua tem sua unidade, sua própria ordem, com a diferença que não é um sistema perfeito, nem uma unidade fechada: a língua é sujeita a falhas e é afetada pela incompletude” (ORLANDI, 2009a, p. 12).

Na minha iniciação à pesquisa, além de tratar de dicionários, interessava-me também pelo Sul, pelo gaúcho e pelo Rio Grande do Sul, por isso minhas pesquisas inicialmente relacionaram-se com dicionários regionalistas sul-rio-grandenses e brasileiros e depois com dicionários regionalistas e dicionários hispano-americanos. No entanto, agora abordo um outro Sul, o Sul da América Latina, o Uruguai, que faz fronteira com o Sul do Brasil, o Rio Grande do Sul.

Assim, faz-se necessário dizer o motivo da minha opção pelo Uruguai. Tive a oportunidade de realizar um intercâmbio acadêmico em Montevidéu, capital do Uruguai, e identifiquei-me com a cidade desde os primeiros dias em que fiquei lá, pois ela transmitia, ao mesmo tempo, algo de diferente e algo de familiar. Talvez por sua cultura ou por sua língua, ou pelas duas coisas que agora fazem parte de mim. Com minha estada em Montevidéu, aprendi a gostar do Uruguai.

Quando me desloquei de um Sul para outro Sul e conheci Torres García e Mario Benedetti, descobri que tinha que pesquisar sobre o Sul para o qual eu fui. É por isso que, por meio deste trabalho, tenho por objetivo saber mais sobre o Uruguai, o seu dicionário e a sua



língua. Com essas considerações, termino as justificativas (ou explicitações) que resultam nas escolhas que aparecem trabalhadas nesta dissertação.

### *Sobre a estrutura do trabalho*

Para poder verificar a nossa questão de pesquisa, nosso trabalho é constituído por três partes, nas quais podemos trazer algumas considerações sobre o *Diccionario del español del Uruguay* (doravante DEU), esse instrumento linguístico produzido por um país que sofreu a colonização linguística, teve sua independência tardia e pôde com esse dicionário lançar-se no processo de descolonização linguística.

Na *Parte I - Língua, sujeito e história – movimentos teóricos para compreender o discurso dicionarístico*, apresentamos as articulações entre as noções teóricas de língua, sujeito e história que são fundamentais para nosso estudo e análise de dicionários. Por uma questão metodológica, dividimos essas noções em seções, mas sabemos que elas se articulam entre si. Nessa parte, também apresentamos o início da lexicografia monolíngue e bilíngue; a classificação dos dicionários (em gerais/integrais, contrastivos/de regionalismos); e uma parte do processo de dicionarização espanhola, hispano-americana e uruguaia, pois consideramos que a história é constitutiva na produção de dicionários e é preciso questionar “a evidência dos sentidos dos dicionários para mostrar seus processos históricos de constituição” (NUNES, 2006, p. 11). E apresentamos a articulação entre a Análise de Discurso francesa e a História das Ideias Linguísticas, pois essas teorias auxiliam na compreensão do discurso dicionarístico. Pois, pela Análise de Discurso, estudamos o dicionário como discurso, verificamos suas condições de produção, sua instituição em e por determinada ideologia e trabalhamos com a articulação entre língua, história e sujeito. Pela História das Ideias Linguísticas, estudamos os dicionários e gramáticas como instrumentos linguísticos, enquanto tecnologias para construir sua relação com o saber linguístico.

Na *Parte II - Língua e dicionários – a heterogeneidade linguística*, apresentamos a importância e o papel da língua na constituição da nação junto com a dicionarização, pois os dicionários dão realidade à unidade (imaginária) de uma língua nacional (ORLANDI, 2002). Estudando o dicionário, podemos observar a representação de língua contida nele. Explicitamos a constituição do Estado-nação moderno pela constituição da língua nacional pós-revolução francesa. Pela importância da língua na constituição de uma nação, contamos um pouco da história da língua nacional da Espanha (espanhol x castelhano) e como a Língua Espanhola se estabeleceu na Hispano-américa e no Uruguai. A isso somam-se os processos de

colonização e descolonização linguística e, com eles, o modo como os instrumentos linguísticos, principalmente os dicionários, inscrevem-se nesses processos, afirmando a heterogeneidade linguística, pois tomamos como base a ideia de que “uma mesma palavra é diferente de um lado e outro do Atlântico” (ORLANDI, 2002, p. 101). O que poderá nos ajudar a verificar qual o lugar que o DEU ocupa nesse processo e, principalmente, se ele é um gesto de descolonização linguística advindo do Uruguai. Junto a isso, também apresentamos as noções de política e político que ajudam a compreender que os sentidos vão a uma direção, pois eles “estão sempre ‘administrados’, não estão soltos” (ORLANDI, 2009, p. 10) e a escolha de uma língua nacional é uma escolha política.

Na *Parte III - Diccionario del español del Uruguay – um gesto de interpretação*, apresentamos nosso gesto analítico. Na primeira seção dessa parte, apresentamos as condições de produção do DEU que nos ajudam a compreender o porquê da realização tardia de um dicionário produzido e editado no Uruguai. Na segunda seção, apresentamos as relações desse dicionário com o *Diccionario de la lengua española*, conhecido como *Diccionario de la Real Academia Española* (doravante DRAE), por meio das definições de alguns verbetes. E por fim, apresentamos as análises dos textos introdutórios do DEU e do DRAE. Cabe ressaltar, que apresentamos inicialmente as definições, pois elas, segundo Nunes (2006), remetem-nos à relação do dicionário com a sociedade e a história. Pelas definições, queremos estabelecer as relações entre o espanhol peninsular e o espanhol uruguaio, ou seja, as relações entre a produção de dicionários em países colonizadores e países colonizados, reforçando o que é apresentado na Parte I sobre dicionários integrais e de regionalismos. Depois, apresentamos os prefácios para verificarmos a afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico de um país colonizado. Com isso, queremos compreender o funcionamento do dicionário.

Explicitando os movimentos que realizamos no processo de escritura e de desconstrução dos efeitos de evidências, podemos chegar à conclusão do trabalho – que evidentemente não será um ponto final e definitivo do mesmo. Tentamos estabelecer neste trabalho relações são entre a Espanha e o Uruguai, entre o DRAE e o DEU, entre o nacional e o regional. Desse modo, discutimos a língua nacional, que perpassa pela língua(gem) regional, a partir do dicionário DEU, articulando língua, sujeito, história.

# **PARTE I**

## **LÍNGUA, SUJEITO E HISTÓRIA – movimentos teóricos para compreender o discurso dicionarístico**

### **1.1 A língua em suas relações com o discurso**

Para iniciar as reflexões sobre língua, sujeito e história, sob a perspectiva da Análise de Discurso de linha francesa, é necessário dizer que essa perspectiva teórica propõe uma “relação menos ingênua com a linguagem” (ORLANDI, 2009, p. 9), pois é necessário refletirmos sobre a linguagem e pensarmos como nos relacionamos com ela enquanto sujeitos. É a partir desse ponto de vista discursivo acerca da linguagem (e da língua) que podemos observar a ideologia, a história e o político como partes constitutivas do discurso e, assim, compreendê-lo.

A Análise de Discurso vai tratar, de acordo com Orlandi (2009), do discurso, da prática da linguagem, do sujeito e da produção de sentidos. Há muitas formas de se pensar a linguagem e de se estudar a língua nas diferentes épocas e nas diferentes teorias sobre a linguagem. Em vista disso, neste trabalho, pensamos a linguagem em sua relação com a exterioridade, tomando-a, desse modo, como não transparente. Pois, “a linguagem é linguagem porque faz sentido. E a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história” (ORLANDI, 2009, p. 25). Assim, a linguagem, para a Análise de Discurso, é movimento de sentidos. Com isso, consideramos, nesta primeira parte do trabalho, língua(ge)m, sujeito e história a fim de compreendermos o discurso dicionarístico.

Inicialmente, tratamos da fundação da Análise de Discurso, que se dá na década de 1960, ao relacionar três domínios de saberes: a Linguística, na medida em que propõe que a língua não é estrutura; o Materialismo Histórico, que defende que a história tem sua materialidade; e a Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito, bem como da noção de que o sujeito não é transparente nem para si mesmo. Na relação desses estudos, pensamos “a língua com a história na produção de sentidos” (ORLANDI, 2009, p. 19) e na constituição do sujeito.

A Análise de Discurso relaciona esses três campos de saberes, mas também os questiona no interior deles mesmos. Por isso, o “desconforto” dessa disciplina de

“entremeio”: ela nos questiona também. De acordo com Orlandi (2007, p. 23), a Análise de Discurso é uma disciplina de entremeio porque se constitui na contradição desses três campos de saber, ou seja, “ela não acumula conhecimentos meramente, pois discute seus pressupostos continuamente”. Desse modo, a Análise de Discurso, trabalhando com esses três campos de saberes, traz à baila um outro objeto: o discurso e “produz um outro lugar de conhecimento com sua especificidade” (ORLANDI, 2007, p. 24).

O discurso é definido por Pêcheux ([1969] 2010, p. 81) como “‘efeitos de sentidos’ entre os pontos A e B” e esses “efeitos de sentidos” são mais que transmissão de informação, são relações históricas, sociais, ideológicas. Não se trata de algo pronto, pré-concebido, mas de relações; e “os pontos A e B” indicam “lugares determinados na estrutura de uma formação social” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81), são posições sujeitos em uma prática social. Com essa definição de discurso, Pêcheux ([1975] 2009) coloca a relação do discurso entre a linguagem e a ideologia. A partir disso, considera-se que a forma material do discurso é linguístico-histórica. A forma material é o acontecimento da língua – já está na discursivização. Essa teoria não trata a língua como código e prefere falar em discurso em vez de mensagem, pois, dessa forma, considera um funcionamento no qual “a linguagem serve para comunicar e para não comunicar” (ORLANDI, 2009, p. 21).

Pêcheux ([1975] 2009, p. 83) explicita que a língua permite a “comunicação e a *não-comunicação*, isto é, autoriza a divisão sob a aparência da unidade”<sup>1</sup>. Nesse âmbito, podemos entender que a linguagem não serve somente para informar e/ou comunicar, ela faz parte do complexo processo de constituição de sujeitos e de produção de sentidos. Nessa mesma perspectiva, Henry ([1969] 2010, p. 25) afirma que conceber a linguagem como instrumento de comunicação a reduz e mascara “sua ligação com a prática política”, pois a linguagem para comunicação “é somente a ponta emersa do *iceberg*” (HENRY, [1969] 2010, p. 26).

A Análise de Discurso, de acordo com Orlandi (2009), trabalha com a relação língua-discurso-ideologia, em que o discurso é a materialidade da ideologia e a língua é a materialidade do discurso, com isso, a língua se torna possibilidade do discurso, conforme Petri (2004). Nessa relação, o indivíduo se constitui sujeito pela interpelação da ideologia. Dessa forma, há relação entre língua, ideologia e história porque o sujeito produz sentidos pela língua. Expliquemos melhor essas relações, começando pela definição de língua, passando pela de sujeito e terminando com a de história, o que se observará nas próximas seções do trabalho.

---

<sup>1</sup> Grifo do autor.

Deslocando a noção de língua daquela concebida por Saussure (2006), Pêcheux ([1975] 2009, p. 81) traz a língua como “a *base* comum de *processos* discursivos diferenciados”<sup>2</sup>. O autor trata a língua como base porque ela é “pré-requisito indispensável de qualquer processo discursivo” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81). Para termos discurso há o linguístico antes, e a base linguística não se dá de forma acidental, conforme propõe o autor. Em relação ao processo discursivo, Pêcheux afirma que se desenvolve a partir das leis internas do sistema linguístico e que “*todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 82)<sup>3</sup>; devido à questão de que as classes não são indiferentes à língua.

A língua, concebida na perspectiva discursiva, de acordo com Orlandi (2009), é tomada não como um sistema fechado, organizado em si, mas como não transparente e sujeita a falhas. A língua não é sistema ou estrutura porque “o sistema (ou a estrutura) se opõe à história” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 21). Em vista disso, Orlandi (2008, p. 36) afirma que “a linguagem *é* sentido e a história *faz* sentido”<sup>4</sup>. A língua e a linguagem não são transparentes, pois têm como constitutiva a história. É preciso tomar a língua para entender a história e precisamos compreender a história para compreendermos o discurso. O que estabelece uma relação constitutiva entre língua e história.

Para Orlandi (2007), mais do que a organização da língua em regras de classificação, é necessário observar a ordem da língua, ou seja, o seu funcionamento e as suas falhas. Pois, ao passar “da instância da organização para a da ordem, se passa da oposição empírico/abstrato para a instância da forma material em que o sentido não é conteúdo, a história não é contexto e o sujeito não é origem de si” (ORLANDI, 2007, p. 49). Mais do que observar as relações sintáticas entre enunciados, é preciso compreender como essas relações produzem sentidos, levando em conta, além do linguístico, o histórico. Pois, segundo Orlandi (2012), a organização é imaginária e a ordem é real.

O imaginário, de acordo com Petri (2004a), é o que promove o efeito de evidência, fazendo com que o sujeito acredite em uma relação direta entre linguagem e mundo, funcionando “sob o modo do *faz-de-conta*” (ORLANDI, 2008, p. 44)<sup>5</sup>. O real é o lugar que comporta o que não cabe no imaginário, é o lugar da dispersão, da falta, do contraditório. Sendo assim, temos o real da língua e o real da história, que é ir além da evidência. Tais noções são deslocadas da Psicanálise pela Análise de Discurso, em vista disso, a organização

---

<sup>2</sup> Grifos do autor.

<sup>3</sup> Itálico do autor.

<sup>4</sup> Grifos da autora.

<sup>5</sup> Grifo da autora.

é imaginária, no sentido de que possui uma forma concreta e uma unidade, e a ordem é real, porque é onde se observa o trabalho do simbólico<sup>6</sup>. Um texto precisa ter uma organização para ser analisado, mas não deixa de ter uma ordem simbólica por causa disso.

Desse modo, a Análise de Discurso não exclui o linguístico, pois “o funcionamento da língua com relação a si mesma” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81) também é importante e é o que a faz ser o objeto da Linguística. Sendo assim, “o sistema da *língua* é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81)<sup>7</sup>. Porém, Pêcheux ([1975] 2009) ressalta que o sistema linguístico sendo o mesmo, não significa que o discurso é o mesmo, por isso que o referido autor trata de “*processos discursivos diferenciados*”.

O discurso não é o mesmo para todos os sujeitos que utilizam a mesma língua porque os sujeitos ocupam classes sociais e ideológicas diferentes, ocupam posições discursivas diferentes. A essas posições discursivas que os sujeitos ocupam, Pêcheux ([1975] 2009, p. 147) denomina formações discursivas e as define como “aquilo, que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determina *o que pode e deve ser dito* [...]”<sup>8</sup>.

Com a noção de formação discursiva, o processo discursivo passa a “designar o sistema de relações de substituições, paráfrases, sinonímias, etc. que funcionam entre elementos linguísticos – “significantes” – em uma formação discursiva dada” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 148)<sup>9</sup>. As palavras, as expressões, as proposições, possuem um ou outro sentido dependendo de qual formação discursiva elas se inscrevem, em vista disso, Pêcheux ([1975] 2009) afirma que observar somente o linguístico não é suficiente, é necessário também considerar o histórico, o ideológico, o linguístico. Dessa forma, compreendemos o funcionamento do discurso e da produção de sentidos.

A língua é afetada pela incompletude, pela falta, pela falha, porém essa unidade não é fechada, mesmo que para a análise ela tenha uma regularidade. Temos que levar em consideração que a incompletude é “uma qualidade e não um defeito” e a falta é “também o lugar do possível na linguagem” (ORLANDI, 2012, p. 19). É pela língua, por sua condição

<sup>6</sup> Cabe ressaltar que entendemos o simbólico, junto com Petri (2004, p. 121), como o espaço em que se “estabelece as possibilidades de relação entre o sujeito e o mundo (natural e social)”; é onde se efetiva a constituição do sujeito e do sentido. De acordo com a autora, manifesta-se pela linguagem e depende da interpretação do sujeito para significar. O simbólico “funciona sob o modo do *como-se-fosse*” (ORLANDI, 2008, p. 44, grifo da autora).

<sup>7</sup> Grifo do autor.

<sup>8</sup> Itálico do autor.

<sup>9</sup> Grifo do autor.

material, que podemos observar os sentidos do discurso e “a questão do sentido é uma questão que não se fecha” (ORLANDI, 2012, p. 19). Assim, Pêcheux ([1975] 2009) propõe um deslocamento da dicotomia língua/fala, teorizada por Saussure (2006), e propõe a relação língua/discurso. Pêcheux não se utiliza da dicotomia língua/fala porque língua e fala (e, portanto, o sujeito está incluído) são partes constitutivas do sentido e, conseqüentemente, do discurso e por serem constitutivas não podem ser concebidas de forma separada.

Na Análise de Discurso, “não se privilegia, assim, nem o ‘formal’ nem o ‘conteúdo’, mas a forma material (que é linguística e histórica) do sujeito e do sentido” (ORLANDI, 2008, p. 271)<sup>10</sup>. Para entender melhor a condição material da língua e do discurso, Orlandi (2008) afirma que há de um lado a materialidade empírica – do formalismo e do conteudismo – e de outro, a materialidade histórica – dos processos de produção de sentidos. Trata-se de forma material, na Análise de Discurso, quando a relação da língua com a história é explicitada. Com isso, a condição material “é um sistema pensado no funcionamento da língua com homens falando no mundo” (ORLANDI, 2012, p. 40) e esse sistema é um sistema significante – de elementos linguísticos. De acordo com Orlandi (2012, p. 129), forma material é “a forma (não empírica nem abstrata) constituída pela/na discursividade, forma em que se inscrevem os efeitos da articulação língua/história, acontecimento do significante no sujeito”. Por isso, que Orlandi (2007) ressalta que a linguagem tem como constitutiva a exterioridade.

Com essas questões, Pêcheux ([1975] 2009) chega à teoria materialista do discurso, em que a língua é a materialidade do discurso. Língua e discurso não se opõem, não são dicotômicos, eles se relacionam. Sendo a língua a base e o discurso o processo, já que os processos discursivos se dão pela língua e a língua tem “autonomia relativa” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 81), ou seja, mesmo ela sendo indiferente à luta de classes, as classes não são indiferentes a ela, porque ela possui autonomia nas suas leis internas, mas não em relação à exterioridade e à história, já que os sujeitos tomam a língua para poderem se significar e interpretar.

Trazendo essa reflexão para a questão do dicionário, acreditamos que a língua do dicionário deve ser considerada enquanto sistema/estrutura, mas que funciona sob a influência das condições sócio-históricas. A língua dos/nos instrumentos linguísticos<sup>11</sup> é “guardada” e, ao mesmo tempo, “imaginária sistematizada”, conforme Petri e Medeiros (2013, p. 44), fato

---

<sup>10</sup> Grifo da autora.

<sup>11</sup> É importante ressaltar que entendemos instrumento linguístico de acordo com a História das Ideias Linguísticas e, principalmente, de acordo com Sylvain Auroux (1992).

que reforça a importância do referido instrumento tanto para a gramatização da língua quanto para seu ensino e aprendizagem. Portanto, mais do que analisar a função da língua e da linguagem, temos que observar o seu funcionamento, de acordo com Orlandi (2012), e isso vale também para o discurso, o texto e o dicionário. Pois “a ideia de funcionamento supõe a relação estrutura/acontecimento” (ORLANDI, 2012, p. 21). Estrutura porque há a ordem da língua e acontecimento porque se dá no mundo.

A Análise de Discurso trabalha com estrutura e acontecimento, conceitos sujeitos, ao mesmo tempo, à língua, à história, ao estabilizado, e que não podem ser considerados “nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato” (ORLANDI, 2009, p. 53). Assim sendo, os sujeitos e os sentidos fazem seu percurso no discurso, no movimento do simbólico, que não é fechado e que tem na língua e na história sua materialidade (que não é abstrata e não separa forma e conteúdo).

Para compreender o funcionamento da língua nos dicionários, tomamos Nunes (2006; 2007). Nunes (2006, p. 18) trata o dicionário como um discurso que pode também ser considerado como uma prática, desse modo, “o dicionário é um produto de práticas exercidas em determinadas conjunturas”, pois envolve posições sociais (de lexicógrafos, leitores, estudiosos, historiadores, etc.) e é produzido em determinadas condições de produção. Por condições de produção entendemos as “formações sociais e os lugares que os sujeitos aí ocupam” (NUNES, 2006, p. 19). Não devemos observar somente o linguístico, mas também a exterioridade linguística. Segundo Orlandi (2009), temos que considerar o contexto da enunciação, que é o contexto imediato – o aqui e o agora do dizer – e o contexto sócio-histórico, ideológico, que é o contexto mais amplo. Além do contexto, ou melhor, da circunstância, também interfere nas condições de produção a posição sujeito, pois, dependendo do momento histórico, temos uma determinada posição sujeito.

Nunes (2007) afirma que temos três possíveis funcionamentos da língua nos dicionários: a língua imaginária<sup>12</sup>, a dos verbetes e a das definições. Segundo o autor, “a língua do dicionário é uma língua imaginária, construída de acordo com determinados objetivos e recortes do dicionarista” (NUNES, 2007, p. 167), observamo-la nos prefácios dos dicionários. O autor afirma que esse funcionamento mobiliza a relação dos sujeitos lexicógrafos com diferentes representações de língua, seja ela nacional, escolar, regional, popular, etc. O segundo funcionamento é o de língua “enquanto discurso gramatical presente nos verbetes” (NUNES, 2007, p. 168), como indicações de categorias gramaticais e exemplos

---

<sup>12</sup> Definiremos língua imaginária mais adiante, por ora a entendemos como a da norma, a da sistematização.



para ilustrar essas marcações, pois “a metalinguagem do dicionário está estreitamente relacionada com a gramática” (NUNES, 2007, p. 168). O terceiro funcionamento considerado é o da língua utilizada nas definições, pois “ao falar da língua o dicionarista utiliza a língua” (NUNES, 2007, p. 168). A língua das definições indica qual é a concepção de dicionário em relação à sua natureza, aos sujeitos e à sociedade.

A relação entre língua, sujeito e história é determinante para a constituição do sentido e do sujeito e essa mesma relação aparece na análise dos dicionários. Como afirma Nunes (2006, p. 19), “os sentidos dos dicionários são considerados na relação indissociável com os sujeitos tomados em seu modo social e histórico de existência”. Por isso, junto com o autor, tomamos o dicionário como discurso e como prática.

## **1.2 O sujeito e sua relação com a língua e o Estado**

Já consideramos a definição de discurso anteriormente, assim, nesta parte do trabalho, incluiremos que o discurso é o lugar em que a ideologia e a língua se relacionam com a produção de “sentidos por/para os sujeitos” (ORLANDI, 2009, p. 17). O discurso é o funcionamento da linguagem, podemos observar os sentidos e a constituição de sujeitos por meio dela, pois, conforme Orlandi (2009), não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. É pela ideologia que o indivíduo é interpelado em sujeito para que a língua faça sentido.

Da tensão entre a multiplicidade possível dos sentidos (a polissemia, o diferente) e a domesticação institucional da linguagem (a paráfrase, o mesmo) resulta todo um movimento das significações que constituem o discurso. É também em relação a essa concepção de linguagem e a essa definição de discurso que a análise de discurso define o que é “sujeito” (ORLANDI, 2008, p. 198).

Para Orlandi (2009, p. 21), o sujeito e o sentido se constituem ao mesmo tempo, pois como o discurso é “efeito de sentidos entre locutores”, temos que os sentidos são múltiplos e incompletos e o sujeito ocupa posições para ser sujeito do que diz. Desse modo, “a linguagem é produzida pelo sujeito em condições determinadas” (ORLANDI, 2008, p. 198).

O sujeito se constitui porque se submete à língua e à história e é por esse motivo que produz sentidos, sendo “sujeito de e sujeito à” (ORLANDI, 2009, p. 49), nesse viés entendemos que o sujeito não é uma noção psicológica ou empírica e só tem acesso à parte de

seu dizer. Dessa forma, o sujeito discursivo ocupa posições para poder ser sujeito do que diz e essa posição não lhe é acessível de forma direta, pois “o vivido dos sujeitos é informado, constituído pela estrutura da ideologia” (ORLANDI, 2009, p. 49).

A ideologia é uma questão importante para a Análise de Discurso, porque ela está presente mesmo aparentando não estar e ela ajuda a termos uma relação menos ingênua com a linguagem e com o mundo. A própria interpretação atesta a presença da ideologia, “já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar” (ORLANDI, 2008, p. 43), pois não há sentido sem interpretação, nem interpretação sem ideologia. Mesmo quando o sentido nos parece transparente, há presença da ideologia. Segundo Petri (2009a, p. 33), “a ideologia funciona mesmo, e sobretudo, quando parece não estar funcionando”. Desse modo, concordamos com Orlandi (2012) que ideologia não é ocultação, mas produção de evidências. Conforme Orlandi (2009), necessitamos dessa evidência de transparência, dada pela ideologia, para que o sujeito se coloque na sua condição sócio-histórica e produza sentidos. Assim:

É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 146, itálico do autor).

Podemos dizer que, no dicionário, a ideologia está presente, pois nele também temos produção de evidências quando aceitamos como verdade aquilo que ele nos traz como definição a respeito de determinada palavra. O dicionário tampouco é livre de interpretação e de efeitos de evidência; pois é produção de sentidos.

Na teoria discursiva, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, como já dissemos. Essa interpelação causa o “teatro da consciência” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 140), pois o sujeito não é origem de si. O teatro da consciência “(eu vejo, eu penso, eu falo, eu te vejo, eu te falo etc.) é observado dos bastidores, lá de onde se pode captar que *se fala do* sujeito, que *se fala ao* sujeito, *antes de* que o sujeito possa dizer: ‘Eu falo’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 140)<sup>13</sup>. Por meio desse conceito, Pêcheux ([1975] 2009, p. 140) mostra que não é “o sujeito interpelado pela Ideologia” e sim que “a Ideologia interpela os indivíduos em sujeitos”. Dessa forma, para a Análise de Discurso, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, ele toma posições, e assim, podemos falar em posições de sujeito. E essas

---

<sup>13</sup> Grifos do autor.

diferentes posições do sujeito se constituem pelas imagens que um faz do outro e de si mesmo – (Quem sou eu para que eu fale assim? Quem és tu para que me fales assim? Quem eu penso que tu és para que eu fale assim?) (ORLANDI, 2009). Isso contribui para o processo de significação do discurso, pois, como o imaginário faz parte do funcionamento da linguagem, ele se inscreve de acordo com as relações sociais de determinada sociedade. Com isso, temos que:

[...] o sujeito, na análise de discurso, é posição entre outras, subjetivando-se na medida mesmo em que se projeta de sua situação (lugar) no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção-material transforma a situação social (empírica) em posição-sujeito (discursiva) (ORLANDI, 2012, p. 99).

Para tomar uma posição, o sujeito se inscreve em uma determinada formação discursiva para que seu discurso tenha um sentido e não outro. Com isso, “o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade” (ORLANDI, 2002, p. 69). Desse modo, podemos compreender que palavras iguais podem significar de forma diferente em formações discursivas diferentes.

Conforme Pêcheux ([1975] 2009), o sentido é determinado pelas posições que os sujeitos ocupam, e essas posições são as formações ideológicas<sup>14</sup> que se materializam no discurso por meio das formações discursivas, ou seja, o sentido se constitui pelas formações discursivas. Cada palavra pode ter um sentido dependendo da formação discursiva na qual se insere. O sentido muda, dependendo de como o sujeito emprega a palavra, de como é sua relação com a ideologia, sua história particular na e pela língua; é um efeito ideológico que se observa pela determinação das formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve prioritariamente, segundo Orlandi (2009). Porém, não há sujeitos nem sentidos completos, “é no corpo a corpo com a linguagem que o sujeito (se) diz” (ORLANDI, 2009, p. 53). O sujeito se submete à língua e à história porque ele precisa disso para se subjetivar.

O sujeito, identificado com certa formação discursiva prioritária, retoma sentidos já existentes e, afetado pelo inconsciente (por meio dos esquecimentos, que consideraremos a seguir), acredita que os sentidos se originam com o seu dizer, sugerindo, com isso, a evidência do sujeito. Desse modo, concordamos com Petri (2004, p. 71) que “a fundação da AD [Análise de Discurso], então, é marcada pela presença de um sujeito que deixa de ser o centro e a origem do seu dizer, passando a uma categoria que funciona como efeito produzido pela ideologia no discurso”.

---

<sup>14</sup> As formações ideológicas “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, [1969] 2010, p. 81, grifos do autor).

Os sentidos se constroem e os sujeitos têm a impressão que controlam os sentidos e são origem de seu dizer, retomando uma memória discursiva<sup>15</sup>. Porém, não se tem controle sobre essa memória, fato que se faz necessário para que os sentidos se projetem em outros sentidos e os sujeitos se subjetivem. A evidência (de sujeito e de sentido) produzida pela ideologia corresponde a processos regidos pelo imaginário que perdem sua relação com o real. A evidência do sujeito é a ilusão de ser “origem ou causa de si” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 139) e a evidência de sentido é a que faz com que uma palavra designe uma coisa ou possua um significado. Essas duas evidências fazem com que a linguagem pareça transparente. “Em suma, a evidência diz: as palavras têm um sentido porque têm um sentido, e os sujeitos são sujeitos porque são sujeitos” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 32). No entanto, conforme Orlandi (2009), sempre há uma interpretação outra, o deslize, a metáfora. Com isso,

[...] o caráter comum das estruturas-funcionamentos designadas, respectivamente, como *ideologia* e *inconsciente* é o de dissimular sua própria existência no interior mesmo de seu funcionamento, produzindo um tecido de *evidências* ‘*subjetivas*’ [...] nas quais se constitui o sujeito (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 139, grifos do autor).

O sujeito esquece-se do que o determina como tal e ocupa a posição de “sempre-já sujeito” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 141). Há dois tipos de esquecimentos, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009): o esquecimento número um, em que o sujeito tem a ilusão de ser a fonte de seu dizer. E o esquecimento número dois, em que o sujeito tem a ilusão de controlar os sentidos e esquece que os sentidos podem ser outros. Esses esquecimentos são estruturantes, necessários e inconscientes. O esquecimento número um, segundo Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010), é da ordem do inconsciente, inacessível ao sujeito e por isso é constitutivo da subjetividade na língua. O esquecimento número dois é da ordem do consciente “na medida em que o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente” (PÊCHEUX; FUCHS, [1975] 2010, p. 176). É preciso que os sujeitos esqueçam o que já foi dito para, ao dizerem, constituírem-se como sujeitos. Dessa forma, os sentidos estão sempre em movimento e o sujeito está sempre acreditando ser a origem de si e do sentido, ele não assume sua condição de assujeitado pela língua e pela história, bem como de interpelado pela ideologia e pelo inconsciente. É por essas questões que Pêcheux propõe uma teoria não-subjetiva da subjetividade.

---

<sup>15</sup> Por memória discursiva, Orlandi (2009, p. 31) traz que é “o saber discursivo que torna possível todo dizer, [...] o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Também tratada como interdiscurso pela autora.

Como vimos, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e, segundo Orlandi (2012), a forma sujeito que resulta dessa interpelação é uma forma-sujeito histórica. Essa interpelação se dá de maneiras diferentes, em qualquer época considerada, sendo isso necessário para que o sujeito se subjetive. Pois, a subjetividade se compreende, conforme Orlandi (2009), por meio da historicidade; o sujeito é constituído e determinado pela sua condição histórica.

A forma-sujeito histórica é marcada pela contradição, principalmente a forma-sujeito atual. De acordo com Orlandi (2009), é um sujeito livre e submisso – pode-se dizer tudo, contanto que se submeta à língua e à história, dando-se, com isso, o assujeitamento. Sendo assim, para dizer e significar, o sujeito precisa subjetivar-se, pois, segundo Orlandi (2012), não há sujeito nem sentido se não houver o assujeitamento à língua e à história. E essa forma-sujeito histórica passa por um processo de individualização pelo Estado para resultar em uma forma-sujeito social capitalista. Assim, a forma-sujeito histórica é individualizada pelo Estado:

Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se individualização do sujeito na produção de sentidos. Portanto o indivíduo, nesse passo, não é a unidade de origem (o indivíduo interpelado em sujeito – I1) mas o resultado de um processo, um constructo, referido pelo Estado (teríamos então o I2, ou seja, indivíduo em segundo grau) (ORLANDI, 2012, p. 106).

O que Orlandi (2009) nos diz sobre a forma histórica do sujeito é que o sujeito é, ao mesmo tempo, assujeitado e individualizado pelo Estado. Temos, com isso, que “o modo de individua(liza)ção do sujeito é questão de Estado, ou melhor, da articulação simbólico-política de que o Estado é responsável, seja pelas Instituições, seja pelos discursos” (ORLANDI, 2013, p. 36). Por individualização, Haroche ([1984] 1992) define como imposição do Estado sobre o sujeito. O Estado classifica e identifica os sujeitos em categorias (por exemplo, é imposição do Estado ao sujeito ter certidão de nascimento e outros documentos para que se signifiquem na sociedade).

De acordo com Haroche ([1984] 1992), há o sujeito religioso e o sujeito-de-direito. O sujeito religioso está submetido à ideologia cristã, ele não tem autonomia e a língua é a da liturgia, a do sagrado. Com a constituição do Estado moderno, e conseqüentemente, da estrutura jurídica e da economia mercantilista, o sujeito religioso passou a ser um sujeito-de-direito, pois não era mais a Igreja que impunha a ideologia e sim o Estado. Desse modo, o

sujeito-de-direito é um sujeito com direitos e deveres, responsável pelos seus atos, tornado sujeito “livre para se obrigar” (HAROCHE, [1984] 1992, p. 69). Mesmo tendo a liberdade jurídica, o sujeito apenas pensa que é livre, pois ele é individualizado pelo Estado e, com isso, sempre é assujeitado, seja pela religião, seja pelo Estado: “o poder, o Estado, o direito, coagem o sujeito, insinuam-se nele de forma discreta” (HAROCHE, [1984] 1992, p. 21).

Tomando como base as reflexões de Haroche ([1984] 1992) sobre as formas sujeitos históricas, Orlandi (2012) propõe que a forma sujeito religioso é uma forma sujeito medieval (e do Estado absolutista) e a forma sujeito-de-direito é uma forma sujeito capitalista e é a da modernidade (e do Estado moderno). Desse modo, o sujeito tem uma “autonomia aparente” (HAROCHE, [1984] 1992, p. 26), pois ou o religioso ou o jurídico o determinam. “Toda a questão de uma possível autonomia relativa do sujeito está assim inscrita na questão da determinação que, em última análise, é a de uma relação particular, específica, de cada sujeito com o texto e o saber” (HAROCHE, [1984] 1992, p. 26). A determinação é uma questão de ordem e traz a transparência do discurso e do sujeito, é a “não-contradição” que garante a “submissão do sujeito ao saber” (ORLANDI, 2009, p. 51). Essa submissão do sujeito, acrescida do fato de apresentá-lo como livre e responsável – tributo da sociedade capitalista –, faz com que o assujeitamento leve o discurso a aparecer como instrumento límpido do pensamento e reflexo justo da realidade, sendo que, nessa transparência, a ideologia forneceria as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito, o que sustenta a noção de liberdade do sujeito e faz com que uma palavra tenha um sentido independentemente de seu uso em qualquer contexto.

No entanto, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009), há modalidades de identificação do sujeito: a) há o “bom sujeito”, aquele que se identifica completamente com a ideologia dominante; b) há o “mau sujeito”, que se contra-identifica com a ideologia; e c) há a desidentificação do sujeito, que ocorre quando o sujeito não se identifica com a ideologia dominante. E essa não identificação não quer dizer que há uma des-subjetivação, pois o sujeito, necessariamente, identifica-se com outra ideologia, pois ninguém escapa à ideologia.

No anexo III do livro *Semântica e Discurso*, Pêcheux ([1975] 2009, p. 274) afirma que o sujeito vive em um espaço de contradição – nas relações de contradição do processo de “reprodução-transformação”, do processo da teoria e do político. O sujeito é interpelado pela ideologia em sujeito e toma uma posição para produzir sentido, porém, Pêcheux ([1975] 2009, p. 274-275) acrescenta, nesse anexo, que o sujeito pode “se voltar contra causas que o determinam”. O sujeito pode resistir e pode falhar (está condicionado ao lapso, ao ato falho). A ideologia dominante é interrogada e a ideologia dominada é capaz de se revoltar contra a

ideologia dominante. De acordo com o autor, “não há dominação sem resistência” porque “é preciso ‘ousar se revoltar’” (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 281).

A partir dessas reflexões sobre o sujeito, consideramos o sujeito lexicógrafo/dicionarista como uma posição assumida para produzir o dicionário, “uma posição de sujeito historicamente constituída” (NUNES, 2006, p. 21). Para Nunes (2006), o sujeito lexicógrafo/dicionarista aparece como aquele que domina os sentidos e os sujeitos - distribuindo as significações de acordo com sua construção da imagem do outro -, porém, ele se esquece de que está falando a partir de uma posição em uma formação social e que as palavras podem ter outros sentidos. Temos, com isso, os esquecimentos número um e dois, conforme já explicitamos anteriormente.

Nunes (2007) propõe que o sujeito se apresenta sobre diversas formas no dicionário. Há o sujeito lexicógrafo “com sua história, seus desejos, seus projetos” (NUNES, 2007, p. 170) e esse sujeito é necessário para “se conhecer o lugar do dicionário em uma sociedade” (NUNES, 2007, p. 170). Nesse âmbito, na história dos dicionários, além do sujeito religioso e o sujeito jurídico, também há sujeito nas definições, pois “se constrói no verbete a cena ideológica em que os sujeitos são significados” (NUNES, 2007, p. 172), como exemplo, o referido autor demonstra como as palavras “negro”, “índio” e “indígena” aparecem em dicionários de diferentes épocas. Em relação às definições, o sujeito presente nelas revela as nuances das condições de produção do dicionário que podem revelar aproximações ou diferenças em seus sentidos. E isso não é diferente nem com o DEU nem com o DRAE, nesses dicionários também estão presentes uma concepção de língua e uma concepção de sujeito que tem a ver com a história de suas produções. As definições e a história do dicionário também nos ajudam a compreender os sentidos presentes em um dicionário de um país colonizado e em um dicionário de um país colonizador.

A sociedade circunscreve a produção dos dicionários, e o sujeito dicionarista/lexicógrafo está inserido nessa conjuntura histórica que vai ser determinante na produção de seu discurso sobre a língua. Conforme Petri (2009), o sujeito dicionarista toma a língua como sua, pois, antes de ser lexicógrafo ou dicionarista, o sujeito também é falante da língua; no entanto, em uma posição de lexicógrafo/dicionarista, ele deixa a “sua” língua e trabalha sobre a língua. Para produzir um saber sobre a língua, o sujeito precisa distanciar-se desta posição de falante para tratar de uma língua resultante do processo de gramatização. Dando-se, com isso, o efeito de completude da língua e o efeito de sua transparência.

### 1.3 A história como constitutiva nas relações entre língua, sujeito e dicionário

Paul Henry ([1984] 2010), no seu texto “A história não existe?”, reflete sobre a relação da história com as ciências sociais e humanas e afirma que tal relação é paradoxal, pois a história é colocada, de um lado como uma posição à parte, sendo somente um espaço de articulação e combinação dos conteúdos dessas ciências, e de outro lado, como não sendo uma ciência, pois não possui objeto próprio. Com isso, a tendência, conforme Henry ([1984] 2010), é que a história - com relação às ciências sociais e humanas - seja tomada enquanto ciência, “visto que ela excede a simples descrição empírica dos fatos e acontecimentos do passado assim como suas sucessões” (HENRY, [1984] 2010, p. 25).

Segundo o referido autor, o homem não está preso a uma evolução biológica, ele tem, antes de tudo, uma história que não é questão de origem e nem a explicação para o que existe. Ela não é transparente, pois:

[...] não há ‘fato’ ou ‘evento’ histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso. Isso vale para nossa história pessoal, assim como para a outra, a grande História (HENRY, [1984] 2010, p. 47).

Em vista disso, mais que cronologia, evolução e/ou historiografia, a história é entendida como produção de sentidos, relação dos sujeitos com a exterioridade e constitutiva do sujeito e dos sentidos. Conforme Orlandi (2008, p. 18), “é pelo discurso que não se está só na evolução mas na história”. A história é constitutiva da linguagem, porque o que interessa são “os modos como os sentidos são produzidos e circulam” (ORLANDI, 2007, p. 33) em uma determinada condição de produção. Há uma relação entre história e historicidade, de acordo com Orlandi (2007). A historicidade – produção de sentidos no texto – coloca a história como constitutiva, pois há uma relação entre a história lá fora e a historicidade do texto, mas essa relação não é direta, ou seja, “não é mero reflexo do fora, mas se constitui já na própria tessitura da materialidade linguística” (ORLANDI, 2008, p. 35). A relação com a história, segundo Orlandi (2008) é dupla, pois um discurso é histórico quando é produzido em determinadas condições de produção e projeta-se para o futuro e porque cria uma tradição e influencia novos acontecimentos. Fato que torna a história constitutiva da linguagem.

A Análise de Discurso procura compreender o processo de produção de sentidos e não o produto, o conteúdo; não procura o sentido verdadeiro, mas as possibilidades de sentidos, “o



que significa se colocar no interior de uma relação de confronto de sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 42). A história se organiza nas relações de sentidos e de poder. E o sentido se dá em “relação a” (ORLANDI, 2007, p. 57), pois está atrelado ao sujeito e à história, “podemos dizer que historicidade é função da necessidade do sentido no universo simbólico”, o sujeito produz sentido a partir da história e a língua significa porque se inscreve na história.

Com a relação entre língua, sujeito e história temos “uma outra visão do dicionário”, pois “tomar dicionário como um objeto histórico implica tanto em observar a estabilização dos sentidos em circunstâncias específicas, quanto em apreender suas transformações, suas atualizações, suas rupturas” (NUNES, 2007, p. 173) estabelecendo, com isso, uma tradição dicionarística.

Orlandi (2001) apresenta três modelos de gramatização segundo modos de constituição de línguas nacionais e de saberes linguísticos: a construção de uma língua literária (como o irlandês e o provençal); a construção de uma língua comum (para desenvolvimento hegemônico da burguesia, como foi o caso do alemão e da península italiana) e a construção de uma língua nacional (para fortificar e centralizar um Estado, o que silencia as variantes linguísticas). Com esses três modelos de gramatização, Nunes (2007, p. 173) propõe um quarto: o das línguas de colonização, “no qual ocorre a extensão do uso de uma língua já instrumentalizada para outro território”. Assim, temos que o sentido, no dicionário,

[...] não é remetido a uma origem autoral, e nem considerado como fixo ou isolado, mas sim compreendido nas redes de significações que consistem no encontro de uma memória lexicográfica (o universo complexo de tudo o que já foi definido) com um espaço de atualidade (a formulação do dicionário) (NUNES, 2006, p. 15).

Desse modo, para a análise de dicionários, é necessário considerar a singularidade histórica de cada um, pois, “como todo discurso, o dicionário tem uma história, ele constrói e atualiza uma memória, reproduz e desloca sentidos, inscrevendo-se no horizonte dos dizeres historicamente constituídos” (NUNES, 2006, p. 18). E pelo discurso lexicográfico conseguimos observar os “momentos” dessa história.

#### 1.4 Um pouco do processo de dicionarização espanhola, hispano-americana e uruguaia

Para compreender o processo de dicionarização, que, de acordo com Nunes (2006, p. 45), é “o processo histórico-discursivo de constituição dos dicionários”, observaremos a constituição histórica dos dicionários e da lexicografia espanhola e hispano-americana a fim de compreender a produção dicionarística do Uruguai. Ressaltamos que não será um estudo exaustivo no qual aparece toda a produção espanhola e hispano-americana, e sim pretende dar um panorama geral dessa dicionarização, principalmente da produção da Real Academia Espanhola (doravante RAE) que se tornou autoridade e referência para as demais produções hispano-americanas e, em relação à América Latina, trazemos para esse panorama, principalmente, o *Diccionario de Americanismos* que faz parte da política pan-hispânica.

A lexicografia, segundo Auroux (1992), constituiu-se por: listas temáticas de vocabulário, que podem ser reduzidas a uma profissão ou a uma área; listas de palavras antigas e difíceis, de homônimos, de sinônimos, dicionários de rimas, léxico de um autor; e por glossários independentes. As seleções de palavras, conforme Pruvost (2006), existem desde a antiguidade devido à necessidade de registrar palavras de domínio técnico ou dialetos.

As glosas e glossários também são importantes para a história dos dicionários. As glosas eram comentários explicativos que apareciam nas margens ou entrelinhas para explicar as passagens consideradas difíceis, presentes nas obras de ensinamento do latim. Com o grande número de comentários, houve um agrupamento em ordem alfabética, originando os glossários. Serão os glossários, de acordo com Nunes (2006), que originarão os dicionários.

Segundo Lara (2011), as glosas (emilianenses e silenses), produzidas nos mosteiros na época medieval para compreender o latim, representam um longo processo da língua compartilhada entre diferentes regiões da Espanha (ainda não se pode falar em Língua Espanhola) e marcam um processo de reconhecimento escritural e gramatical. Essas glosas são do século X e são anotações de homilias. Os monges anotavam nas margens a tradução de palavras por eles desconhecidas.

Petri e Medeiros (2013) afirmam que os glossários vieram depois dos vocabulários e listas de palavras e por causa desses. Para as autoras, os vocabulários e glossários não perderam espaço para os dicionários, pois ainda são produzidos em livros<sup>16</sup>. Dessa forma, esses instrumentos linguísticos têm a sua importância no processo de dicionarização, pois, conforme o estudo de Medeiros (2014), os glossários (principalmente, os de Literatura) se

---

<sup>16</sup> Os glossários em livros, segundo Medeiros (2012), trazem sentidos outros que não estão dicionarizados.

inscrevem em um espaço de tensão com a língua nacional (Língua Portuguesa de Portugal x Língua Portuguesa do Brasil). Em suma, eles “revelam um trabalho sobre a língua marcado por tensões que nela se inscrevem” (MEDEIROS, 2014, p.145). Essas tensões “dizem do sujeito na relação com a língua” e “dizem da língua que vai sendo construída como língua imaginária de uma nação” (MEDEIROS, 2014, p.145).

Os vocabulários e glossários que Petri e Medeiros (2013) abordam em seu texto, referem-se aos séculos XIX e XX e indicam as fases de estudos dialetais no Brasil e a necessidade de “guardar” uma língua que é regional. Fato que os tornam “discursos sobre a língua” que revelam “nuances de sentidos” e compõem “a heterogeneidade constitutiva dessa língua” (PETRI; MEDEIROS, 2013, p. 51). Desse modo, segundo as autoras, esses instrumentos linguísticos tiveram um funcionamento diferente do de dicionários, mas não perderam espaço para estes.

Os dicionários, consoante Lara (2004), nasceram como instrumento de trabalho de tradutores. Primeiramente, foram listas de palavras para o comércio, depois começavam as obras para compreender textos da antiguidade e para o ensino de línguas sagradas, resultando, com isso, na evangelização e culminando com a invenção da imprensa, passando a ser o dicionário um negócio. Assim, o dicionário, principalmente o dicionário de língua materna, é

[...] un catálogo de palabras, seguido de indicaciones acerca de su escritura, su pronunciación, su categoría gramatical, su uso social, regional o especializado, su significado, y una pequeña colección de ejemplos, que enseñan a manejarlas en diferentes contextos sintácticos<sup>17</sup> (LARA, 1996, p. 15).

Em vista disso, tanto Lara (1996) quanto Auroux (1992) e Nunes (2006) afirmam que os dicionários bilíngues e multilíngues antecedem os dicionários monolíngues. A explicação para isso, segundo Lara (1996), é que, antigamente, os povos necessitavam comunicar-se, seja para comércio, guerra, diplomacia ou religião e, na falta de tradutores suficientes, começou-se a fazer listas de palavras para realizar essa comunicação. Com isso, a lexicografia bilíngue e multilíngue nasceu pela “necesidad de información”<sup>18</sup> (LARA, 1996, p. 21), que conseqüentemente, levou à comunicação. Era necessário compreender-se, nas diferentes línguas, para realizar o negócio e a diplomacia.

Os dicionários monolíngues, segundo Lara (1996), sempre tiveram importância, mas surgiram a partir do século XVI, pois esse foi o século da formação e delimitação dos

---

<sup>17</sup> Tradução nossa: “um catálogo de palavras seguido de indicações sobre sua escrita, sua pronúncia, sua categoria gramatical, seu uso social, regional ou especializado, seu significado e uma pequena coleção de exemplos, que ensinam a usá-las em diferentes contextos sintáticos”.

<sup>18</sup> Tradução nossa: “necessidade de informação”.

impérios e das nações europeias.<sup>19</sup> Fato que deu impulso a esses dicionários “ya no en términos de la utilidad informativa que había dado origen a los diccionarios multilingües, sino en un sentido ante todo simbólico”<sup>20</sup> (LARA, 1996, p. 24). Pois, segundo o referido autor, os dicionários monolíngues não surgiram por um interesse à informação ou por uma necessidade da comunidade linguística e sim por interesses simbólicos “correspondentes, en última instancia, a los intereses de los Estados nacionales”<sup>21</sup> (LARA, 1996, p. 32). Diríamos que seria uma questão política e de constituição do Estado nacional, via unidade linguística. Como afirma Lara (1996, p. 26), “**la reflexión sobre la lengua que ocurre en el siglo XVI es, claramente, una reflexión orientada y aprovechada por la política**”<sup>22</sup>, ligada a las necesidades de los Estados nacionales naciescentes”<sup>23</sup>. A exemplo disso, temos o surgimento e a delimitação do reino de Castela, cuja língua é a castelhana, que se transformou no Estado-nação moderno da Espanha.

A língua castelhana<sup>24</sup> somente se consolidou com a formação do Estado nacional espanhol sob a consolidação política dos reinos de Isabel de Castela e Fernando de Aragão. Nesse período, Nebrija publicou a primeira gramática da língua castelhana (*Grammatica de la lengua castellana*, em 1492) e os dicionários bilíngues espanhol/latim (*Diccionario Latino-Español*, em 1492; *Vocabulario Español-Latino*, em 1495). Sendo esses dicionários bilíngues com orientação informativa e instrumental, segundo Lauria (2012).

Conforme Pérez (1992), a gramática de Nebrija foi um primeiro intento para formalizar a Língua Castelhana e esse trabalho também marcou a história do ensino do espanhol, por ser uma obra voltada para quem quisesse aprender e conhecer a língua. Nebrija pertenceu à escola de línguas clássicas, à tradição da gramática latina, sendo consideradas as outras línguas como vulgares. A gramática era, nesse âmbito, um “sintetizador” da língua, de uma língua “perfeita” e o fato de o espanhol ter uma gramática faz com que “también una lengua vulgar puede aproximarse a la perfección de las lenguas clásicas”<sup>25</sup> (PÉREZ, 1992, p. 9). Para o autor, o fato de uma língua possuir uma gramática a torna suscetível de ser ensinada

<sup>19</sup> O primeiro dicionário monolíngue da Língua Espanhola é o *Tesoro de la lengua castellana o española* de Sebastián de Covarrubias, datado de 1611, e tinha como característica ser epistemológico.

<sup>20</sup> Tradução nossa: “já não em termos da utilidade informativa que havia dado origem aos dicionários multilingües, mas em um sentido, sobretudo, simbólico”.

<sup>21</sup> Tradução nossa: “correspondentes, em última instância, aos interesses dos Estados nacionais”.

<sup>22</sup> Negrito do autor.

<sup>23</sup> Tradução nossa: “a reflexão sobre a língua que ocorre no século XVI é, claramente, uma reflexão orientada e aproveitada pela política, ligada às necessidades dos Estados nacionais nascentes”.

<sup>24</sup> Empregar as designações “castelhano” ou “espanhol” traz à tona uma oposição entre Espanha e América e entre algumas regiões de Espanha. Designamos a língua ora “castelhana” ora “espanhola” de acordo como os autores pesquisados a designam em seus textos, mas em nossos comentários adotamos o “espanhol”.

<sup>25</sup> Tradução nossa: “também uma língua vulgar pode aproximar-se à perfeição das línguas clássicas”.

e aprendida por estrangeiros e nativos. O que vai ao encontro do fato da gramatização proposto por Aurox (1992). Além de gramáticas, os glossários, os vocabulários e os dicionários também contribuíram para esse processo.

Lapesa (1995) afirma que o processo de expansão e unificação da Língua Espanhola encontrou-se favorável com as empreitadas nacionais, pois no mesmo ano em que Nebrija publicou sua gramática, Colombo partiu para a conquista do Novo Mundo e houve a rendição de Granada à Espanha e a unificação desta. Conforme o autor, o propósito de Nebrija na produção da gramática, conforme consta no prólogo da mesma, era fixar normas para dar “consistência” à Língua Espanhola, ademais, com as conquistas de novos territórios, a língua castelhana gramatizada podia ser ensinada. Naquele período havia exaltação nacional, por isso a afirmação “siempre la lengua fue compañera del imperio”<sup>26</sup>.

Ao encontro disso, Aurox (1992, p. 48) também afirma que a gramática de Nebrija é simultânea “aos acontecimentos decisivos para a história da nação espanhola” que foram “o casamento dos reis católicos, a Queda de Granada, e a viagem de Colombo, isto é, a unificação, o fim da *reconquista* e o início da construção do império colonial”<sup>27</sup>. Com esses acontecimentos, identificou-se o castelhano como língua do Estado.

No século XVI, segundo Lara (2009), floresceu a ideia de língua como parte da constituição dos nascentes Estados modernos europeus. O que possibilitou que o castelhano tivesse uma escrita, uma gramática e fosse a língua do Estado. Em vista disso, Lapesa (1995) afirma que a exaltação nacional foi acompanhada pelo apreço a uma língua nacional. A concepção de língua como legitimação do Estado, como conservação da memória heroica para se contrapor com a antiguidade clássica contribuiu para o surgimento dos dicionários monolíngues (LARA, 1996). A língua literária também contribuiu para o surgimento desses dicionários, pois era um objeto de reflexão e garantia o “esplendor” da língua do Estado. Um exemplo que ilustra essa questão é o *Diccionario de Autoridades* da RAE.

No século XVIII, a criação da RAE (que se deu em 1713) sob o lema “limpia, fija y da esplendor”<sup>28</sup> garantiu a “pureza” e o estudo da Língua Espanhola, com um caráter normativo e prescritivo e, para isso, sua primeira tarefa foi elaborar um dicionário monolíngue – o *Diccionario de Autoridades* (1726) – para dar identidade e grandeza à Língua Espanhola (LARA, 2011). Esse dicionário apresenta citações nas definições de “buenos escritores”<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> Tradução nossa: “a língua sempre foi companheira do império”. Citação retirada do prólogo da gramática de Nebrija.

<sup>27</sup> Grifo do autor.

<sup>28</sup> Tradução nossa: “limpa, fixa e dá esplendor”.

<sup>29</sup> Tradução nossa: “bons escritores”.

(LAPESA, 1995, p. 420), levando em consideração a língua literária e a escrita, mesmo havendo vocábulos de procedência de outras províncias espanholas e americanas. Além desse dicionário, a RAE publicou, no século XVIII, a *Orthographía*, em 1741 e a *Gramática*, em 1771, estabelecendo algumas grafias de palavras, suas pronúncias e sua sintaxe. A ideia de pureza e unidade da língua defendida pela RAE fez com que o espanhol de Espanha fosse concebido pelas academias da Hispano-américa como exemplar e o espanhol americano como marginal. O efeito de autoridade da RAE está, até hoje – século XXI – em todas as ex-colônias da Espanha, hoje Estados nacionais, o que a torna um agente normativo sobre o espanhol hispano-americano.

A Língua Espanhola (castelhana), com a produção de Nebrija e com a criação da RAE, tornou-se um instrumento de pertencimento a uma nação e de identidade a uma comunidade linguística, pois “penetra en la conciencia colectiva y en todos sus procesos de educación”<sup>30</sup> (LARA, 2009, p. 35). O que vai ao encontro do que Nunes (2006) sugere como momento significativo da história dos dicionários, o período do Renascimento, pois nesse período surgiram os dicionários de língua materna – os dicionários monolíngues. Esse momento histórico é marcado pelos grandes Estados, pela língua nacional, pela imprensa, pela expansão colonial, pelas viagens, pelo contato entre povos de diferentes línguas. Fatores esses que o autor marca como importantes para o desenvolvimento da dicionarização.

Outro momento da dicionarização espanhola se deu com a publicação do *Diccionario de la lengua española* da RAE. Em 1780, a publicação tinha como título *Diccionario de la lengua castellana reducido a un tomo para su más fácil uso* sendo uma nova versão do primeiro dicionário da RAE (o *Diccionario de Autoridades*) sem citações de autores e publicado em um único volume. A partir dessa primeira edição, o dicionário passou a ser publicado com o título *Diccionario de la lengua castellana* e, em sua 15ª edição, no ano de 1925, passou a ser publicado com o título *Diccionario de la lengua española*, que também é conhecido como *Diccionario de la Real Academia Española*, sendo referido também com a sigla DRAE. Esse dicionário atualmente está em sua 23ª edição, publicada em outubro de 2014<sup>31</sup>.

A legitimação do Estado se dava com a constituição de Estados independentes e soberanos – quando, além de definir os seus territórios, também havia a definição de quais seriam as línguas nacionais. Nesse viés, um Estado moderno necessita de uma língua nacional

<sup>30</sup> Tradução nossa: “penetra na consciência coletiva e em todos seus processos de educação”.

<sup>31</sup> Nesses títulos também se observa a questão do nome da língua. Conforme Lauria (2012), a mudança do nome se deu, segundo o prólogo do dicionário, a fim de abarcar as regiões de Espanha e América.

(homogênea) para fortalecer a unificação territorial e, dessa forma, a lexicografia, a produção dos dicionários e o surgimento de gramáticas auxiliam tal unificação. Com isso, o processo de dicionarização está ligado à ideia de língua e de nação/Estado. Por hora, entendemos que Estado moderno é o corpo político e nação é o corpo social (HOBSBAWM, 2004), ou seja, o Estado é a organização da sociedade, o espaço administrativo do território responsável pela escolha de uma língua nacional e, por conseguinte, pela fixação da norma linguística. A nação constitui-se por meio da valorização do sentimento de pertencimento a um grupo social, lugar ou região, prevalecendo o coletivo. Em vista disso, concordamos com Di Renzo (2012) que a nação é um princípio para a coletividade e o Estado é a materialização desse princípio, bem como que nação e identidade nacional perpassam pela noção de identidade linguística.

Esses fatos contribuíram para a autoridade do Estado sobre a língua, segundo Lara (1996), pois os dicionários monolíngues, tratando da legitimação da língua, da ortografia e da literatura, eram tidos como representantes do vocabulário “verdadeiro”. Dessa forma, “el diccionario monolingüe tuvo por siempre la verdad como su valor simbólico más importante”<sup>32</sup> (LARA, 1996, p. 64). O valor simbólico da verdade está no valor histórico da reflexão sobre a língua. Pois, antigamente, não se refletia sobre a língua, ela era dada como natural.

Há também três fenômenos que, segundo Lara (1996), ajudaram no processo de produção de dicionários: a invenção do papel, da escrita e da imprensa. Já para Auroux (1992), esses fenômenos são revoluções tecnológicas que resultam no fato da gramatização e, por conseguinte, da escolarização de línguas. Já que, para uma língua ser fixada e ensinada/aprendida é necessário que ela seja escrita e gramatizada – colocada em instrumentos linguísticos. O que vai ao encontro à afirmação de Lara (1996, p. 31) de que “la fijación de las lenguas se dio con las gramáticas y con las ortografías primero; es decir, con el establecimiento de cánones de representación formal”<sup>33</sup>.

Os dicionários e principalmente os dicionários monolíngues, para Lara (1992), além de serem registros do conhecimento social das palavras, também são normas de inteligibilidade social de todo o discurso da comunidade; pois são produtos intelectuais e culturais que conservam o conhecimento da sociedade e também revelam a “verdade” social de uma palavra – o que é preciso para que os falantes de uma comunidade linguística se compreendam –, bem como são registros da memória social sobre o significado em uma

---

<sup>32</sup> Tradução nossa: “o dicionário monolíngue teve sempre a verdade como seu valor simbólico mais importante”.

<sup>33</sup> Tradução nossa: “a fixação das línguas se deu, primeiramente, com as gramáticas e com as ortografias; quer dizer, com o estabelecimento de cânones de representação formal”.

comunidade linguística, fixando os significados do léxico de uma língua. Devido ao caráter social do dicionário, ele apresenta duas funções, conforme Lara (1990): a função de acervo social da língua e a de ser representante da língua. O dicionário, portanto, é a representação de uma sociedade e de uma memória coletiva e constitui o ponto de referência da língua, para, desse modo, ela ter sentido para a sociedade.

Trazendo essa reflexão de que os dicionários são registros da memória social, pensamos também no conceito de memória discursiva, proposto por Orlandi (2009). A autora define a memória como o todo, o já-dito, o falado e o esquecido; é algo que fala antes em outro lugar e que “torna possível todo dizer” (ORLANDI, 2009, p. 31). A memória permite a relação do discurso com os sujeitos e a ideologia, pois há “uma relação entre o já-dito e o que se está dizendo” (ORLANDI, 2009, p. 32).

Esses dois pontos sobre a memória do/no dicionário se complementam, pois os sentidos vêm da memória discursiva que é coletiva (pois significa no interior de um grupo) e, portanto, é social (da comunidade linguística) e, em determinado momento, funcionam na produção do dicionário. Assim, segundo Lara (1990), os dicionários são construções intelectuais que dependem da memória da sociedade e não são objetos “naturais”. É com os dicionários que essa memória é organizada e se torna passível de reflexão. Afinal, os dicionários são voltados para a comunidade linguística que fala a língua que está no dicionário.

Os dicionários carregam uma “verdade” em seus significados e essa “verdade” é compartilhada pela sociedade, fato que nos leva a refletir sobre a normatividade nesse instrumento. A normatividade, segundo Lara (1996), origina-se quando há palavras que estão no dicionário e outras que não estão; há palavras consideradas *standard* e palavras consideradas barbarismos, regionalismos. De acordo com Lara (1996a), a normatividade também se origina na articulação de valores de uma sociedade – é ela que estabelece as normas –, no caso da Hispano-américa, se deu para conservar a unidade linguística dos países que conquistaram sua independência. Por isso, a normatividade tem sua origem nos valores da sociedade, na busca por conservar a unidade linguística e na escolha de uma língua nacional.

Em relação à língua, “la normatividad retarda, controla u orienta el cambio, pero no es una intervención espuria sobre la lengua, sino parte de su propia constitución”<sup>34</sup> (LARA, 2009, p. 46). A norma opera para orientar o uso da língua e “la ortografía es siempre un

---

<sup>34</sup> Tradução nossa: “a normatividade retarda, controla ou orienta a mudança, mas não é uma intervenção espúria sobre a língua, e sim parte de sua própria constituição”.



control normativo del sistema de escritura”<sup>35</sup> (LARA, 2009, p. 42). E é essa normatividade que a RAE toma para si e impõe para as outras ex-colônias de Espanha. Os países hispano-americanos se tornaram independentes, mas mantiveram o ideal da unidade linguística e criaram as academias que se subordinaram à RAE. O ideal de unidade linguística era/é dado por essa academia, pois era/é a responsável por fixar a língua.

Lara (2009) destaca a diferença entre uso e norma. O uso indica o que a língua é e como ela é falada em uma comunidade linguística. A norma estabelece a maneira como essa língua “deve ser”, ou seja, o modo correto, incorreto, próprio, impróprio, puro, bárbaro. As normas que se aplicam ao léxico são as mais fracas, segundo Lara (2009), devido à diversidade hispânica, pois cada país latino-americano tem sua própria história, teve alguma influência linguística de outros países europeus (ingleses e/ou franceses, por exemplo) e interpretou essas influências conforme suas necessidades. Desse modo, as palavras de cada país e região “son parte de los *usos*<sup>36</sup> nacionales o regionales; no obedecen a normas sino a condiciones de mutuo entendimiento” (LARA, 2009, p. 65)<sup>37</sup>. Questão essa que reforça o argumento do autor de que não há normatividade para o léxico em uso e muito menos há um léxico geral pan-hispânico. O que se pode fazer com a diversidade do léxico pan-hispânico é “documentarla cuidadosamente y exhaustivamente; construir con esa documentación grandes bases de datos relacionales y elaborar buenos diccionarios nacionales o regionales, para que haya traducciones y publicaciones diversificadas según países o regiones”<sup>38</sup> (LARA, 2009, p. 66).

De acordo com Lauria (2010), a produção de dicionários monolíngues na Europa regula a atividade linguística por meio da normatividade, autoridade e legitimidade. Essa regulação teve início no século XVI e se estabilizou com a consolidação dos Estados-nação modernos. Já na América Latina, segundo a referida autora, o interesse por definir e reunir o léxico que é próprio do continente, do país, da região, começou no século XIX, em consequência da emancipação política e da necessidade de construir uma identidade própria nacional. Lauria (2010, p. 51) afirma que o discurso lexicográfico trata sobre/da língua e entrelaça um determinado projeto de nação: “los diccionarios constituyen, así, discursos donde se asoman y se esconden sistemas lingüístico-político-histórico-ideológicos, que

<sup>35</sup> Tradução nossa: “a ortografia é sempre um controle normativo do sistema de escrita”.

<sup>36</sup> Grifo do autor.

<sup>37</sup> Tradução nossa: “são partes dos *usos* nacionais ou regionais; não obedecem a normas, mas a condições de entendimento mútuo”.

<sup>38</sup> Tradução nossa: “documentá-la cuidadosamente e exhaustivamente; construir, com essa documentação, grandes bases de dados relacionais e elaborar bons dicionários nacionais ou regionais, para que haja traduções e publicações diversificadas de acordo com os países ou regiões”.

participan desde la reflexión sobre el lenguaje en la constitución del imaginario nacional”<sup>39</sup>. O que originou,

[...] desde los inicios del proceso de diccionarización monolingüe, instrumentos lexicográficos de carácter complementario (diferencial y contrastivo) de las obras peninsulares, especialmente del *DRAE* [Diccionario de la Real Academia Española], esto es, diccionarios de americanismos, de provincialismos, de regionalismos, de indigenismos, de barbarismos, entre otros (LAURIA, 2010, p. 56)<sup>40</sup>.

Conforme Aguirre (2010), quem procurava por palavras do espanhol americano encontrava uma “fragmentação” de informação devido à descrição desatualizada do léxico, pois havia recursos lexicográficos limitados, bem como não encontrava essas palavras no dicionário da RAE, o que gerou várias críticas dos usuários para com esse instrumento linguístico. Fato que levou a academia espanhola a aliar-se às academias hispano-americanas para incorporar americanismos em seu dicionário e para evitar, com isso, a fragmentação da Língua Espanhola. Por essas circunstâncias, houve lexicógrafos que se empenharam em projetos de elaboração de dicionários. Porém, esses lexicógrafos tinham métodos limitados e dependiam de obras anteriores e do próprio dicionário da RAE, que já estavam defasados. Mesmo com limitações no método lexicográfico, os lexicógrafos puderam registrar os léxicos regionais, os mais populares e até os nacionais. Tendo uma larga produção de glossários, vocabulários, dicionários (estes principalmente a partir do século XIX).

Na história da lexicografia hispânica, há dois tipos de dicionários, conforme Lara (1996a): os dicionários gerais e os de regionalismos. Os dicionários gerais representam a totalidade da língua e utilizam o método integral que, de acordo com Haensch (1986), recolhe “todo” o léxico de uma área, sem importar se ele é da Espanha ou de outros países de Língua Espanhola. Já os dicionários de regionalismos utilizam o método contrastivo, pois recolhem unidades léxicas de uso exclusivo em certa região de Hispano-américa. Lara (1996a) afirma que um exemplo de dicionário geral (aceito ideologicamente como geral) é o *DRAE* e que os outros dicionários das academias da Hispano-américa são de regionalismos, pois entendem que o *DRAE* é um dicionário que integra a Língua Espanhola e tornam esse dicionário um símbolo de poder normativo sobre a Língua Espanhola. Também Lauria (2013) concorda que os dicionários da América Latina são dicionários monolíngues de caráter regional. É só a

<sup>39</sup> Tradução nossa: “os dicionários constituem, assim, discursos onde se assomam e se escondem sistemas linguístico-político-histórico-ideológicos que participam desde a reflexão sobre a linguagem na constituição do imaginário nacional”.

<sup>40</sup> Tradução nossa: “desde o início do processo de diccionarização monolíngue, instrumentos lexicográficos de caráter complementar (diferencial e contrastivo) das obras peninsulares, especialmente do *DRAE* [Diccionario de la Real Academia Española], isto é, dicionários de americanismos, de provincialismos, de regionalismos, de indigianismos, de barbarismos, entre outros”.

partir dessas últimas décadas que a lexicografia regional do espanhol da/na Hispano-américa começou a orientar-se para uma lexicografia integral com as obras *Diccionario integral del español de la Argentina* (2008)<sup>41</sup> e *Diccionario del español de México* (2010)<sup>42</sup>, que são duas obras que rompem com o DRAE pois não tomam como referência a Língua Espanhola peninsular e a institucionalização da Academia Espanhola.

Em vista disso, tratamos, neste trabalho, de dicionários nacionais e de dicionários regionais. O dicionário nacional, conforme Lara (1996), tem por objetivo institucionalizar a língua do Estado nacional. Com isso, os instrumentos linguísticos ajudam na constituição da língua nacional, pois configuram um imaginário dentro de seu espaço e assim institucionalizam a relação dos sujeitos com ela (ORLANDI, 2012). O dicionário de regionalismos, de acordo com Lara (2009, p. 114), recolhe o “peculiar” de cada região, tendo, com isso, um papel social, uma apreciação à língua popular, não sendo um dicionário normativo. E quando um dicionário de regionalismos adota um método contrastivo, sua função é de caráter científico, histórico e de apoio à tradução. Pois, “cuando se trata de variedades de la lengua nacional registradas en una zona geográfico-histórica del Estado nacional, la marca [dialectal] señala una variedad regional, un dialectalismo en el sentido lingüístico descriptivo del término, de la misma lengua nacional”<sup>43</sup> (LARA, 2009, p. 249).

A esses olhares, acrescentamos a proposta de Petri (2012) a respeito de dicionários nacionais e de regionalismos. Segundo a autora, os dicionários nacionais são espaços de atualização de uma língua, de uma cultura, “lugar de acúmulo de saber atualizado, ou como instrumento de consulta para o falante [...]” (PETRI, 2012, p. 32), e os dicionários de regionalismos são um espaço de manutenção de imagens de um sujeito, de uma língua, de uma tradição, de uma cultura, e “não podemos deixar de considerar sua importância, primeiro, para a região e, depois, para o país” (PETRI, 2012, p. 30).

Apresentamos essas classificações de dicionários porque elas nos ajudam a entender os seus funcionamentos, todavia, classificar em “geral”, “nacional”, “regionalismo”, “contrastivo” é vincular a uma memória de colonização/descolonização linguística, pois são designações realizadas a partir de um determinado lugar – se falarmos em geral, pensamos em comum; nacional, em nação; regional, em região. Um dicionário de regionalismos nos remete à colonização/descolonização linguística e por isso traz uma historicidade diferente de um

<sup>41</sup> Costa (2014) trabalha o funcionamento desse dicionário.

<sup>42</sup> Em seu livro (e também em outros artigos), Lara (1990) trata da elaboração desse dicionário.

<sup>43</sup> Tradução nossa: “quando se trata de variedades da língua nacional registradas em uma zona geográfico-histórica do Estado nacional, a marca [dialectal] indica uma variedade regional, um dialetismo no sentido linguístico descritivo do termo, da mesma língua nacional”.

dicionário geral – que nos remete ao DRAE e, portanto, à dominação. Entretanto, cada país hispano-americano tem uma historicidade própria que o distingue dentro da história comum da Hispano-américa e isso deve ser levado em conta na elaboração do dicionário – ou seja, tem-se que considerar os valores e normas de cada sociedade.

A lexicografia hispano-americana tem muito que melhorar e está melhorando. A tecnologia, os novos corpora ajudam na melhor qualidade dos dicionários, mas estes ainda são desiguais entre os países; o método integral não prevalece e o método contrastivo não é bem aplicado, conforme Haensch (1986). Para o referido autor, falta um método lexicográfico para os dicionários hispano-americanos. Para Lara (2004, p. 66), “hay lexicógrafos, faltan diccionarios”, ou seja, há pessoas qualificadas para a realização de dicionários, mas a elaboração de dicionários (de qualidade) não é tarefa fácil. Por isso, ainda temos obras lexicográficas que se valem da produção da Academia Espanhola para realizar as suas produções.

Com essas considerações sobre os dicionários, concordamos com Haensch (1986, p. 291) que “toda obra lexicográfica es fruto de su tiempo”<sup>44</sup> e com Auroux (1992, p. 11) que “todo conhecimento é uma realidade histórica, sendo que seu modo de existência real não é a atemporalidade ideal da ordem lógica do desfraldamento do verdadeiro, mas a temporalidade ramificada da constituição cotidiana do saber”. Conforme Auroux (1992), cada obra possui um horizonte de retrospectiva (tem seu tempo, espaço e memória) e um horizonte de projeção (projeto de construção do futuro olhando para o passado), ou seja, temos que tratar os dicionários como parte da construção de tecnologia do saber linguístico e considera-los em sua dimensão histórica e social. Assim, os dicionários definem a sociedade em um espaço-tempo determinado (LAURIA, 2012).

A expansão da Língua Espanhola na América Latina tornou o espanhol da Espanha, da metrópole, o “melhor espanhol” e o da América o espanhol da periferia, de acordo com Lara (1996a). Com isso, segundo o autor, a lexicografia hispano-americana e também a espanhola desenvolveram-se a partir do sentido providencial da expansão do castelhano (espanhol) como língua da Espanha e da América; da unidade da língua como valor supremo, estabelecida politicamente pela adoção do castelhano como língua nacional, e da autoridade da RAE. Esses fatores, de acordo com o referido autor, devem ser levados em consideração para compreender tanto os dicionários americanos quanto os peninsulares.

---

<sup>44</sup> Tradução nossa: “toda obra lexicográfica é fruto do seu tempo”.

Em relação à lexicografia hispano-americana, Aguirre (2010) a divide em quatro períodos: colonial; pós-colonial; regional e nacional; e pan-americana. No período colonial, os glossários e dicionários não tinham uma preocupação metalinguística, bem como não continham reflexões sobre o léxico hispano-americano e eram dicionários do tipo enciclopédicos. A lexicografia pós-colonial se caracterizou por uma reação anticlassicista e purista ante a supremacia normativa da RAE para reagir contra o sentimento de inferioridade. O período da lexicografia regional e nacional foi marcado pelo interesse por um léxico mais próximo, que fosse da própria região e país; os dicionários regionais dessa época, último quarto do século XX, converteram-se em dicionários nacionais com maior rigor lexicográfico, mas sempre contrastando com a Espanha para afirmarem-se. A lexicografia pan-americana se caracteriza pelo *Diccionario de Americanismos*, publicado em 2010, da Associação de Academias da Língua Espanhola (ASALE), elaborado por várias instituições do espanhol hispano-americano e resultante de uma política linguística pan-hispânica<sup>45</sup>.

Cabe explicitar, mesmo que brevemente, o surgimento da ASALE<sup>46</sup>. A Associação de Academias de Língua Espanhola foi criada em 1951 no I Congresso de Academias de Língua Espanhola que ocorreu no México. Seu objetivo é “trabajar a favor de la unidad, integridad y crecimiento de la lengua española, que constituye el más rico patrimonio común de la comunidad hispanohablantes”<sup>47</sup>. É composta por vinte e duas Academias de países de Língua Espanhola<sup>48</sup> mais as Academias de Filipinas e Estados Unidos<sup>49</sup>. O presidente da ASALE é obrigatoriamente um membro da RAE e seu secretário geral é um membro de uma das academias hispano-americanas. A Academia do Uruguai integra a ASALE que, por sua vez, integra a RAE<sup>50</sup>. Merece igual atenção a definição de política pan-hispânica que também encontramos no endereço eletrônico da ASALE<sup>51</sup> que destaca a colaboração entre as Academias de Língua Espanhola:

<sup>45</sup> O *Diccionario Pan-hispánico de dudas* (2005) também é um dos instrumentos linguísticos que foi desenvolvido por meio da política pan-hispânica das Academias (RAE e ASALE); e além da designação “pan-hispânica”, temos a designação “dúvidas”. Para maior conhecimento desse dicionário, há o trabalho de Brianezi (2014).

<sup>46</sup> Essas informações podem ser consultadas no *site* da ASALE, na aba *La Asociación*, subitem *Presentación – Estatutos y organización*, cujo endereço é o seguinte: < <http://www.asale.org/la-asociacion/presentacion/estatutos-y-organizacion>>. Acesso em: 02 set. 2014.

<sup>47</sup> Tradução nossa: “trabalhar a favor da unidade, integralidade e crescimento da língua espanhola que constitui o mais rico patrimônio comum da comunidade hispano falante”.

<sup>48</sup> Os países cujas Academias compõem a ASALE são: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Espanha, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Uruguai, Venezuela.

<sup>49</sup> Academia Filipina da Língua Espanhola e Academia Norte-americana da Língua Espanhola.

<sup>50</sup> Brianezi (2014) analisa a relação RAE/ASALE, em que há uma relação de subordinação da ASALE à RAE.

<sup>51</sup> Pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.asale.org/la-asociacion/politica-linguistica-panhispanica/hechos-relevantes>>. Acesso em: 02 set. 2014.

[...] se refleja en la colaboración, difusión y actualización conjunta de las nuevas publicaciones, en las que ya aparecen la RAE y la ASALE como coautoras de las obras. En palabras de Víctor García de la Concha, director honorario de la RAE y uno de los principales impulsores de esta política a lo largo de los doce años de su mandato, «todo ello es obra de las veintidós academias asociadas en su trabajo al servicio de la unidad del español sin menoscabo de su rica y fecunda variedad»<sup>52</sup>

Tratamos da ASALE e da política pan-hispânica, porque o *Diccionario de Americanismos* é fruto dessa associação e dessa política. No mesmo *site* da ASALE, no item *Diccionario de Americanismos*, podemos acessar um *link*<sup>53</sup> que vai nos mostrar como esse dicionário foi pensado e realizado. Nesse texto, temos as afirmações de que a língua é “la más sólida base de unión”<sup>54</sup> entre os países hispano-americanos e por isso a importância das academias/associações e suas relações umas com as outras e todas com a RAE; também de que é oficialmente reconhecida a responsabilidade das Academias em fixar a norma que “regula el uso correcto del idioma”<sup>55</sup>; de que as Academias têm consciência de que a norma do espanhol é pluricêntrica e de que se considera legítimo os diferentes usos da língua em diferentes regiões de Hispano-américa, mas “con la única condición de que estén generalizados entre los hablantes cultos de su área y no supongan una ruptura del sistema en su conjunto, esto es, que no ponga en peligro su unidad”<sup>56</sup>. Com essas considerações e com um intercâmbio permanente entre as Academias, estas “articulan un consenso que fija la norma común para todos los hispanohablantes en cuestiones de léxico, de gramática o de ortografía, armonizando la unidad del idioma con la fecunda diversidad en que se realiza”<sup>57</sup>.

Lara (2011) afirma que a publicação do *Diccionario de Americanismos* confirma a divisão do espanhol em dois: o espanhol metropolitano registrado no DRAE e o espanhol dos países hispano-americanos. Porém, a Língua Espanhola não é duas, o espanhol dos países americanos não é uma junção do espanhol peninsular com os regionalismos. O espanhol americano compartilha a tradição do espanhol peninsular e sua variação se dá por sua história

<sup>52</sup> Tradução nossa: “reflete-se na colaboração, difusão e atualização conjunta de novas publicações, nas quais já aparecem a RAE e a ASALE como coautoras das obras. Nas palavras de Víctor García de la Concha, diretor honorário da RAE e um dos principais impulsionadores dessa política ao longo dos doze anos de seu mandato, ‘tudo isso é obra das vinte e duas academias associadas em seu trabalho a serviço da unidade do espanhol, sem menosprezo de sua rica e fecunda variedade’”.

<sup>53</sup> O endereço eletrônico é o seguinte:

<[http://www.asale.org/sites/default/files/Dossier\\_Diccionario\\_Americanismos.pdf](http://www.asale.org/sites/default/files/Dossier_Diccionario_Americanismos.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2014. Ressaltamos que esse dicionário pode ser consultado por meio do *site* da ASALE.

<sup>54</sup> Tradução nossa: “a mais sólida base de união”.

<sup>55</sup> Tradução nossa: “regula o uso correto do idioma”.

<sup>56</sup> Tradução nossa: “com a única condição de que estejam generalizados entre os falantes cultos de sua área e não supunham uma ruptura do sistema em seu conjunto, isto é, que não ponha em perigo sua unidade”.

<sup>57</sup> Tradução nossa: “articulam um consenso que fixa a norma comum para todos os hispanos falantes em questões de léxico, de gramática ou de ortografia, harmonizando a unidade do idioma com a fecunda diversidade em que se realiza”.

em outras regiões/territórios. Assim, o *Diccionario de Americanismos*, conforme o referido autor, é sim uma obra diferencial, pois abarca o léxico de cada nação/região de Língua Espanhola, com as vinte e duas Academias associadas colaborando, mas não escapa ao propósito de manter a unidade do espanhol e à autoridade da RAE.

Temos um centro regulador que é a metrópole e seus subordinados que são os países colonizados por essa metrópole. Com isso, as políticas de línguas do passado imperial estão no presente. Isso se observa no novo lema, “unidad en la diversidad”<sup>58</sup>, promulgado no Congresso Internacional de Língua Espanhola em 2007. Sendo a unidade “la primera regla de una política de la lengua y también la primera regla del imperio”<sup>59</sup> e a diversidade “la primera regla del mercado”<sup>60</sup> (LUDMER, 2010, p. 191). Por isso, Ludmer (2010) afirma que a política de línguas é hoje uma política econômica, imperial, globalizadora, em que se conserva a unidade da língua, pois a instituição Academia tem poder e promove a internacionalização dessa língua via mercado (economia). Com isso, a “estrutura do império” regula o “território da língua”:

El territorio de la lengua está organizado jerárquicamente como un imperio más o menos clásico, con un centro real, la Real Academia de Lengua Española (la autoridad lingüística que legisla la lengua y la unifica: el poder legislador del territorio), y una cantidad de ‘correspondientes’: América latina es el sitio de las correspondientes. La estructura del imperio en el territorio de la lengua: uno arriba, la autoridad (y una nación), y muchos abajo (una región)<sup>61</sup> (LUDMER, 2010, p. 190).

No Brasil, como demonstram os estudos de Nunes (2006), os dicionários produzidos por brasileiros marcam uma autonomia em relação a Portugal; o mesmo não acontece entre a produção lexicográfica hispano-americana e a espanhola, pois o DRAE e a RAE mantêm sua autoridade e referência à norma lexicográfica da Língua Espanhola (LAURIA, 2012). As obras lexicográficas que escapam dessa reprodução, conforme Costa (2014), são o *Diccionario Integral del español de Argentina* (2008) e o *Diccionario del español de México* (2010). Sendo aquele o primeiro dicionário integral, elaborado em um país hispano-americano, e este o primeiro projeto de produção de um dicionário integral hispano-

<sup>58</sup> Tradução nossa: “unidade na diversidade”.

<sup>59</sup> Tradução nossa: “a primeira regra de uma política de língua e também a primeira regra do império”.

<sup>60</sup> Tradução nossa: “a primeira regra do mercado”.

<sup>61</sup> Tradução nossa: “o território da língua está organizado hierarquicamente como um império mais ou menos clássico, com um centro real, a Real Academia da Língua Espanhola (autoridade linguística que legisla a língua e a unifica: o poder legislador do território), e uma quantidade de ‘correspondentes’: América latina é o lugar das correspondentes. A estrutura do império no território da língua: um acima, a autoridade (e uma nação), e muitos abaixo (uma região)”.

americano, iniciado em 1972 e publicado em 2010. Com isso, esses dois dicionários são obras importantes para se (re)pensar a lexicografia hispano-americana.

Para Haensch (2000), americanismo, argentinismo, colombianismo, etc. são “nominalismos” que têm dado lugar a interpretações arbitrárias e errôneas, pois não quer dizer que há palavras exclusivas de um país. Para o autor, temos que tomar cuidado em relação a essas designações. E a designação menos exclusivista seria “espanhol de” em vez de “-ismo”. Ao encontro disso, Lara (2009) afirma que o espanhol atual é mais que pluricêntrico, é multipolar, ou seja, o espanhol é a língua de vinte e duas nações, sendo que algumas delas irradiam sua língua com características e normas de correção próprias:

[...] el español actual [...] no [es] un español ‘general’ o ‘estándar’ centrado en Madrid (con la Academia y los ‘manuales de estilo’ de la prensa española como principales agentes normativos), y rodeado de ‘variedades dialectales’ españolas e hispanoamericanas, sino un dinámico conjunto de españoles nacionales, regionales históricos (por ejemplo, el andaluz occidental, el antillano, el centroamericano, el rioplatense, el yucateco), y regionales modernos, creados por las comunidades nacionales de comunicación (por ejemplo, el andaluz sevillano actual, el español catalán, el andino, el del centro de México [...]), que alteran su antigua constitución<sup>62</sup> (LARA, 2009, p. 189-190).

Os dicionários de americanismos, de acordo com Aguirre (2010), sempre adotam, explicitamente ou não, uma posição ante o conceito de espanhol da Espanha. Sempre há a presença da designação “espanhol da Espanha”, mas não há menção de que há heterogeneidade também na Espanha e que foram as especificidades do espanhol (da Andaluzia e Canárias, principalmente) que constituíram o espanhol da Hispano-américa.

Cabe dizer que a dicionarização na América Latina iniciou no começo do século XIX como consequência do processo de independência nacional e construção da identidade americana. Desse modo, uma história da lexicografia americana deve levar em conta outros textos, crônicas, relatos de viajantes, glossários, etc. Os dicionários, por exemplo, eram complementares ao DRAE, com registros de particularismos lexicais, e havia a dependência da lexicografia monolíngue do espanhol peninsular. O espanhol de Espanha era (é) o “modelo” de língua, assim, os dicionários americanos eram (são) diferenciais, apenas para registrar o diferente, para considerá-lo errado ou para enriquecer o vocabulário peninsular (LAURIA, 2012).

<sup>62</sup> Tradução nossa: “o espanhol atual [...] não [é] um espanhol ‘geral’ ou ‘standard’ centrado em Madri (com a Academia e os ‘manuais de estilo’ da imprensa espanhola como principais agentes normativos), e rodeado de ‘variedades dialetais’ espanholas e hispano-americanas, mas um conjunto dinâmico de espanhóis nacionais, regionais históricos (por exemplo, o andaluz ocidental, o antilhano, o centro-americano, o rio-platense, o yucateco), e regionais modernos criados pelas comunidades nacionais de comunicação (por exemplo, o andaluz sevillano atual, o espanhol catalão, o andino, o do centro do México [...]), que alteram sua antiga constituição”.



Em relação à história da lexicografia do/no Uruguai, Coll (2013) afirma que não há uma proposta para definir o processo de dicionarização no Uruguai, como existe no Brasil (NUNES, 2006) e na Argentina (LAURIA, 2012<sup>63</sup>), mas para poder contribuir para a dicionarização no Uruguai, a autora analisa a obra de Pérez Castellano e Larrañaga, e os manuscritos de Vilardebó, que foram, no século XIX, os pontos-chaves para a prática lexicográfica uruguaia. Em vista disso, pode-se dizer que a dicionarização uruguaia iniciou nos séculos XVIII e XIX com relatos de viajantes e de naturalistas que passaram pelas terras da Banda Oriental e deixaram anotações - sobre os costumes, as vestimentas, os sujeitos, a fauna, a flora - que serviram de fonte para a lexicografia posterior.

As anotações, cartas, notas e diários de José Manuel Pérez Castellano e Dámaso Antonio Larrañaga - religiosos e intelectuais da época - escritos durante o período da colônia até as lutas pela independência (final do século XVIII e princípios do século XIX), continham informações sobre a agricultura, flora e fauna, costumes da sociedade da época, incorporando novos conceitos e vozes, sendo a maioria dessas de origem indígena que se incorporava ao espanhol.

De acordo com Coll (2013), no século XVIII, não havia escritores que descreviam a nova realidade, por isso os escritos de Pérez Castellano y Larrañaga, mesmo que tardios, são os primeiros de uma prática lexicográfica que dá conta da “realidade”: “se destaca el énfasis que ambos escritores ponen en especificar quiénes son los que llaman cómo a qué cosas, es decir, en aclarar quiénes nominan la realidad americana”<sup>64</sup> (COLL, 2013, p. 119). Com isso,

Pérez Castellano y Larrañaga [...] dan nombre a las cosas, ya sean estos ‘los indios del Perú’, ‘los indios guaraní(s)’ o también un ‘nosotros’ que está distinguiendo a Pérez Castellano y a Larrañaga de las etnias indígenas mencionadas pero también abre un espacio para referir a usuarios de una variedad de español diferente de las de otras regiones. La introducción de estas voces en dos autores de la talla de Pérez Castellano y Larrañaga va, de alguna manera, legitimando su lugar en la variedad de español que luego caracterizará al español del Uruguay<sup>65</sup> (COLL, 2013, p. 131).

<sup>63</sup> Em seu trabalho, Lauria (2012) menciona três etapas da dicionarização argentina tendo como critério a história do país: a etapa inicial abarca os anos 1810-1900; a segunda é a etapa dos dicionários de argentinismos – de 1910 até os dias atuais – e a terceira etapa é a dos dicionários integrais – a partir das primeiras décadas do século XXI.

<sup>64</sup> Tradução nossa: “destaca-se o ênfase que ambos os escritores colocam ao especificar quem são aqueles que denominam as coisas, quer dizer, em esclarecer quem nomeia a realidade americana”.

<sup>65</sup> Tradução nossa: “Pérez Castellano e Larrañaga [...] dão nome às coisas, sejam estas denominadas por ‘os índios do Peru’, ‘os índios guaraní(s)’ ou também por um ‘nós’ que distingue Pérez Castellano e Larrañaga das etnias indígenas mencionadas, mas também abre espaço para referir a usuários de uma variedade de espanhol diferente das de outras regiões. A introdução destas vozes em dois autores da grandeza como são Pérez Castellano e Larrañaga vai, de alguma maneira, legitimando seu lugar na variedade de espanhol que logo caracterizará ao espanhol do Uruguai”.

Nos anos 1941 e 1942, o médico Teodoro Vilardebó registrou, com olhar científico, palavras indígenas – charruas, a partir de um testemunho dado por um soldado que viveu entre esses índios –, e colocou suas respectivas definições em espanhol, registrando, com isso, as vozes nativas (indígenas) que não existem mais no Uruguai – “son los últimos registros de una lengua autóctona”<sup>66</sup> (COLL, 2013, p. 127). Os manuscritos de Vilardebó contribuem para a história da língua indígena no processo de dicionarização do Uruguai: “paradójicamente, aunque el registro de Vilardebó es el primero en que se consigan la mayoría de estas voces, también es el último”<sup>67</sup> (COLL, 2013, p. 131). Esse manuscrito será recuperado muito tempo depois (1841 é o ano do registro e 1937 a data de publicação do título “*Un vocabulario charrúa desconocido*”). Por isso,

[...] hay que valorar el carácter casi excepcional de los manuscritos de Vilardebó que se levantan como uno de los pocos esfuerzos, quizás el único de su época, que apunta hacia la recuperación de lo indígena en un plano lingüístico. Más allá de las limitaciones de este vocabulario, hay en él un germen de lo que se podría llamar *lexicografía bilingüe español-lenguas indígenas* en el Uruguay<sup>68</sup> (COLL, 2013, p. 124, grifos da autora).

Coll (2013) ressalta que tanto esses registros de Castellano e Larranãga quanto os de Vilardebó não são os únicos dessas épocas, mas são representantes de dois capítulos da periodização da lexicografia do Uruguai. E esses registros não são de evangelização e conquista, mas uma aproximação científica às línguas:

Hay en estas prácticas lexicográficas una voluntad de registrar, consignar y comentar lo diferente al español. Hay un tratamiento particular de los indigenismos y de las lenguas indígenas de la región que hacen que las mismas puedan ser consideradas dos capítulos fundamentales a la hora de periodizar la lexicografía del Uruguay. No son los primeros en el tiempo ya que los preceden los relatos de cronistas y viajeros, pero sí son piezas de gran valor en el momento de pensar el proceso de dictionarización (NUNES, 2006) del español del Uruguay y la historia de la (meta)lexicografía en este país<sup>69</sup> (COLL, 2013, p. 131).

<sup>66</sup> Tradução nossa: “são os últimos registros de uma língua autóctone”.

<sup>67</sup> Tradução nossa: “paradoxalmente, mesmo que o registro de Vilardebó seja o primeiro em que se registram a maioria dessas vozes, também é o último”.

<sup>68</sup> Tradução nossa: “Há que valorizar o caráter quase excepcional dos manuscritos de Vilardebó que se destacam como um dos poucos esforços, quem sabe o único de sua época, que aponta para a recuperação do indígena em um plano linguístico. Para além das limitações deste vocabulário, há nele um germe do que se pode chamar *lexicografía bilingüe español-lenguas indígenas* no Uruguai”.

<sup>69</sup> Tradução nossa: “Há, nestas práticas lexicográficas, uma vontade de registrar, consignar e comentar o diferente ao espanhol. Há um tratamento particular dos indigenismos e das línguas indígenas da região que fazem que elas mesmas possam ser consideradas dois capítulos fundamentais na hora de periodizar a lexicografia do Uruguai. Não são os primeiros no tempo, já que os precedem os relatos de cronistas e viajantes, mas são peças de grande valor no momento de pensar o processo de dicionarização (NUNES, 2006) do espanhol do Uruguai e a história da (meta)lexicografia neste país”.

A essa parte da história da dicionarização uruguaia, juntam-se outros dicionários: *Vocabulario razonado rioplatense* (1889), de Daniel Granada; *Diccionario uruguayo documentado* (1966), de Celia Mieres, Élide Miranda, Eugenia B. de Alberti e María Mercedes Rovira de Berro; *Voces canarias en el habla montevideana* (1982); *Uruguayismos* (1992), de Marina López Blanquet; *1000 palabras del español del Uruguay* (1988), da Academia de Nacional Letras do Uruguai; *Nuevo Diccionario de Uruguayismos* (1993) com colaboração de Úrsula Kühl de Mones; e *Diccionario del español del Uruguay* (2011), da Academia de Nacional Letras do Uruguai<sup>70</sup>.

Fazemos especial menção para o *Vocabulario razonado rioplatense*, pois é considerado o primeiro dicionário do espanhol rio-platense e, por conseguinte, inclui o espanhol do Uruguai. Cabe ressaltar que rio-platense se refere a uma região, a uma zona dialetal do espanhol americano, transcendendo, portanto, o nacional e é considerado obra fundacional da lexicografia cisplatina<sup>71</sup>. O *Diccionario uruguayo documentado* é resultado de um concurso da Academia Nacional de Letras do Uruguai para a confecção de um dicionário documentado com palavras uruguaias não incluídas no DRAE. O *Nuevo Diccionario de Uruguayismos* é o Tomo III do projeto *Nuevo Diccionario de Americanismos* da Universidade de Augsburg em cooperação com o Instituto Caro y Cuervo de Bogotá e sob coordenação de Günther Hansch e Reinhold Werner. Citamos esses dicionários, mas não encontramos estudos sobre a lexicografia, dicionarização, ou periodização de dicionários do/no Uruguai. No entanto, como encontramos textos e estudos que mencionam os dicionários anteriormente citados, escolhemos mencioná-los no trabalho para mostrar que há produção de dicionários uruguaiois, ainda que pouco estudados. Não há uma história organizada ou compilada em forma de livro que nos dê a conhecer o processo de dicionarização uruguaia, “quizás lo que llame la atención es que en Uruguay se comenzó por el final”<sup>72</sup> (COLL, 2013, p. 127), desse modo, o interesse por essa história começa em cada momento que se pesquisa sobre ela.

---

<sup>70</sup> Alguns desses dicionários são mencionados no texto “*Un poco de historia sobre la evolución del diccionario*” disponível em: <<http://www.uruguayeduca.edu.uy/UserFiles/P0001%5CFile%5C0-1.pdf>> Acesso em: 10 de abr. 2014.

<sup>71</sup> Em seu trabalho, Lauria (2012) analisa a macro e microestrutura desse dicionário.

<sup>72</sup> Tradução nossa: “talvez o que chama a atenção é que, no Uruguai, se começou pelo final”.

## 1.5 O dicionário na articulação da Análise de Discurso com a História das Ideias Linguísticas

Propomos uma articulação entre a Análise de Discurso de linha francesa e a História das Ideias Linguísticas, pois tomamos os dicionários como objetos discursivos e como instrumentos linguísticos. A articulação entre essas teorias, segundo Nunes (2006, p. 13), traz “condições metodológicas para se ler com outros olhos esses objetos”, possibilitando considerá-los como “lugares de descrição das línguas, tendo um papel fundamental na reprodução, transformação e circulação dos discursos em uma sociedade”. Desse modo, essa articulação permite observarmos e compreendermos “o modo como ele [dicionário] produz sentidos em certas conjunturas” (NUNES, 2006, p. 15).

Conceber o dicionário como instrumento linguístico, remete-nos a Sylvain Auroux e à sua obra *A Revolução Tecnológica da Gramatização* (1992). Para esse filósofo, a linguagem se vale de instrumentos (dicionários e gramáticas) e, por causa disso, ela tem uma tecnologia que é entendida, na sua perspectiva, como materialização do conhecimento sobre a linguagem e construção do saber sobre a língua. Para uma língua ser organizada em dicionários e gramáticas, ela precisa ser gramatizada. Assim, Auroux (1992, p. 65) define a gramatização como “o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”<sup>73</sup>. A partir desses dois instrumentos temos o saber *a* língua e o saber *sobre* a língua e construímos nosso saber metalinguístico. É neles que “guardamos” a língua, a ensinamos e a aprendemos. Valemo-nos desses instrumentos para aprender e ensinar a língua até os dias de hoje. Os instrumentos linguísticos – dicionários e gramáticas – são, realmente, os “pilares” do nosso saber sobre a língua, pois os utilizamos para prolongar nossa competência linguística, ou seja, eles nos ajudam em nosso conhecimento sobre a língua:

A gramática não é simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como *instrumento linguístico*: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência do mesmo locutor. Isso é ainda mais verdadeiro acerca dos dicionários: qualquer que seja minha competência linguística, não domino certamente a grande quantidade de palavras que figuram nos grandes dicionários monolíngues [...]. Isso significa que o aparecimento dos instrumentos linguísticos não deixa intactas as práticas linguísticas humanas (AUROUX, 1992, p. 69, grifo do autor).

---

<sup>73</sup> Grifos do autor.

Os instrumentos linguísticos estabelecem relações entre o sujeito falante e a língua, pois não são objetos naturais, mas dotados de tecnologia. Com isso, eles são discursos metalinguísticos, ou seja, são saberes representados, construídos pela metalinguagem. É pela metalinguagem que há a passagem do saber epilinguístico para o saber metalinguístico. De acordo com Aurox (1992), o saber metalinguístico pode ser de natureza especulativa, situado na representação abstrata, ou de natureza prática, com a necessidade de adquirir um domínio para a constituição de técnicas – que pode ser o domínio da enunciação (saber dizer em determinada situação); o domínio das línguas (compreender ou falar uma língua); e/ou o domínio da escrita.

Os dicionários tratados como instrumentos linguísticos são “alteridade para o sujeito falante” (NUNES, 2006, p. 43), eles interferem na relação do sujeito com a língua, pois há sempre a presença do outro – o sujeito lexicógrafo, o sujeito leitor, o sujeito das definições, etc. Os dicionários são de natureza prática e pertencentes ao domínio das línguas, de acordo com Nunes (2007), mas o referido autor também ressalta que esses instrumentos linguísticos podem ser ligados ao domínio da enunciação, pelo fato de eles descreverem um modo de dizer, bem como por serem ligados ao domínio da escrita, já que são produzidos a partir de um *corpus* escrito. Dessa forma, os dicionários convivem com saberes práticos e especulativos.

Para conceber o dicionário como discurso, apoiamo-nos em Nunes (2006). Segundo o autor, olhar o dicionário como discurso significa questionar o espaço de certeza que essa obra ocupa e deixar lugar para os gestos de interpretação. Em vista disso, o dicionário é um espaço para “observar os modos de dizer de uma sociedade e os discursos em circulação em certas conjunturas históricas” (NUNES, 2006, p. 11), ou seja, nos dicionários estão os discursos que circulam em determinado momento histórico e que são produzidos por sujeitos que viveram aquele determinado momento histórico. Desse modo, o dicionário possui historicidade, renova-se, atualiza-se e transforma-se. O dicionário é um espaço no qual “é possível observar diferentes formas de nomear e de definir as coisas do nosso mundo, prevendo múltiplas possibilidades de funcionamento deste ou daquele sentido” (PETRI, 2010, p. 19). Ele é um espaço de circulação de saberes, mantendo e atualizando sentidos, que permite construir a relação entre língua e saber linguístico. Analisar o dicionário, de acordo com a Análise de Discurso, não nos permite apenas verificar quais sentidos se estabelecem aí, até porque os sentidos estão em movimento. A análise do dicionário nos permite compreender as relações do sujeito com a língua e as relações do dicionário com a história. Em vista disso, concordamos com Orlandi (2002) que, mais do que observar a função do dicionário, é

necessário observar o seu funcionamento. É tomando o dicionário como discurso que podemos ver nele como se projeta a representação da língua e o modo como os sujeitos produzem linguagem. Os dicionários se inscrevem como discursos na lexicografia discursiva: “Desse modo, na escuta própria à análise de discurso, podemos ler os dicionários como textos produzidos em certas condições tendo seu processo de produção vinculado a uma determinada rede de memória diante da língua” (ORLANDI, 2002, p. 103). Os dicionários, portanto, não são produzidos alheios à conjuntura histórica e à relação com a língua.

De acordo com Collinot e Mazière (1997), o encanto e a complexidade dos dicionários estão no modo como eles nos dizem o mundo e as coisas por meio da língua. E, desse modo, os dicionários nos proporcionam várias leituras: temáticas, literárias, especializadas, semânticas; porém a perspectiva que permite observar a historicidade e a sistematicidade do discurso lexicográfico é lê-los como discurso. Com a leitura dos dicionários como discurso, os autores abordam esses instrumentos linguísticos a partir de dois pontos: historicidade e sistematicidade. A partir do primeiro, observamos os dicionários como instituição (social), como acontecimento linguístico e discursivo e como objeto histórico. Com o segundo, observamos a sistematicidade da língua por meio da sua forma sintático-enunciativa. Assim, por meio dos referidos autores, entendemos que o dicionário é um objeto histórico, tomado em uma sucessão, de herança em herança, e também de rupturas e de inovações na relação com a prática languageira. Em vista disso, os autores tratam o dicionário como um “prêt-à-parler”, pois ele trata do uso e da normatização de uma língua. Como um instrumento linguístico, ele une a língua e trabalha com as diferenças, contribuindo para a unidade de uma comunidade linguística em torno de uma mesma língua. Com isso, os autores tratam o dicionário a partir de sua historicidade,

c'est pourquoi c'est l'*historicité* du dictionnaire qui nous intéresse, sa façon d'être un objet de discours et de tenir un discours sur la langue, d'être un extérieur de la langue, son observatoire, en même temps qu'il en est un produit<sup>74</sup> (COLLINOT; MAZIÈRE, 1997, p. 6, grifo dos autores).

Os dicionários não são simples “ferramentas” linguísticas, eles são construções complexas e representam uma ideia de língua e um compromisso com o social. Nessa mesma reflexão sobre o caráter social do dicionário, Pruvost (2006) propõe que os dicionários são produtos da civilização, sendo, com isso, arquivos de uma memória – de informações

---

<sup>74</sup> Tradução nossa: “porque é a *historicidade* do dicionário que nos interessa, sua maneira de ser um objeto do discurso e de ter um discurso sobre a língua, de ser um exterior da língua, seu observatório, ao mesmo tempo em que é um produto”.

estruturadas de forma sistemática – da língua de uma civilização, pois guardam a história da civilização que é também a história da língua.

Com essas reflexões, queremos dar aos dicionários sua devida importância e é por isso que os consideramos como objeto do nosso trabalho de pesquisa. Os dicionários trazem informações sobre a língua e sobre a sociedade e, como está sendo discutido neste trabalho, podem mobilizar a historicidade de dois países. O dicionário é mais que um simples instrumento de consulta, é objeto da Linguística, da Lexicografia, da sociedade e da história, porque “es un fenómeno lingüístico y cultural de primer orden”<sup>75</sup> (LARA, 1996, p. 263) que não depende somente dos princípios metodológicos da lexicografia, mas também da sua relação com a sociedade, com a exterioridade.

Tomamos os dicionários como um ponto central de nosso trabalho porque concordamos com Orlandi (2002, p. 109) que eles “fizeram e fazem parte da constituição de nossa identidade” dando “realidade à nossa inscrição na língua nacional. São parte de nossa representação como povo, como nação, tendo uma unidade marcada pela unidade da língua que, por sua vez, representa a unidade do Estado”. Ainda segundo a autora, na dicionarização, “a trama da linguagem se impõe aos sujeitos de uma língua nacional” (ORLANDI, 2002, p. 118). É por meio desses instrumentos linguísticos que se estabelecem relações entre a língua, o sujeito e o saber linguístico.

---

<sup>75</sup> Tradução nossa: “é um fenômeno linguístico de primeira ordem”.

## PARTE II

### LÍNGUA E NAÇÃO – a heterogeneidade linguística

#### 2.1 A importância da língua na constituição da nação

Tratamos de língua na primeira parte do trabalho e trataremos de língua nesta segunda parte também, em vista de essa ser a noção que rege a nossa pesquisa. Na primeira parte, ressaltamos o que entendemos por língua na linha teórica da Análise de Discurso e como podemos tomá-la nos dicionários. Nesta segunda parte, destacamos o funcionamento da noção de língua na história da constituição do Estado-nação, bem como as designações de língua nacional, língua materna, língua regional, etc. e como encontramos essas possibilidades de língua nos dicionários. Acreditamos que, para compreendermos o funcionamento do dicionário, temos que compreender o funcionamento da língua.

Só faz sentido falar em língua, se podemos falar em línguas, ou então falar em língua materna, língua estrangeira, língua nacional. Assim como também para nação sempre a pensamos face a suas determinações: uma concepção romântica de nação, uma concepção positivista de nação, uma concepção iluminista de nação, uma concepção burguesa, moderna (Estado-nação) de nação. E vemos então que a noção de nação e de língua é lugar de muitas discussões, e poucas precisões (ORLANDI, 2009b, p. 13).

Levando em consideração a citação anterior, procuramos compreender a importância da noção de língua para a constituição das nações. E essa relação é antiga, já que remonta à Idade Média. Sabemos que definir nação é uma tarefa complexa e que temos que atentar para suas concepções ao longo da história. Não pretendemos explicitar em pormenores todas as concepções de nação “face a suas determinações” e sim compreender o funcionamento da língua nacional, principalmente, na concepção moderna (que é a do Estado-nação), pois concordamos que a ideia de nação e de Estado passa pela ideia de língua. Para isso, apresentamos estudos de autores que tratam das noções de nação e de língua nacional, a fim de compreendê-las um pouco melhor, bem como trazemos à discussão o papel da língua na relação Estado/nação.

Historicamente a palavra nação deriva da palavra latina *natio*, de acordo com Hobsbawm (2004), que tem como possíveis significados “nascido em”, “origem”; sendo sua concepção primeira mais relacionada à etnia do que a território. À medida que é introduzida



em outras línguas, o significado de nação passa à ideia de pertencimento a um grupo social, a um território comum, a um país natal, a uma origem étnica comum, a uma língua comum, a um sentimento nacional, até que se relaciona com a ideia de Estado comum e soberano. Há um movimento nos sentidos dessa palavra, dependendo das circunstâncias sócio-históricas, que faz com que a identidade entre língua e nação vá se estreitando.

Pode-se explicitar esse movimento com a história das condições de produção das nações, segundo Hobsbawn (2004): na Idade Média, não se tinha a ideia de Estado ou nação, com isso, a palavra *natio* significava povo; porém, havia a ideia de que uma mesma língua unia um povo, ou seja, quem falava a mesma língua pertencia ao mesmo povo, à mesma nação (cabe ressaltar que, nessa época, havia os grandes impérios); depois veio a língua da Administração (do Estado); com as conquistas, a língua do conquistador foi adotada pelos conquistados; e com a Revolução Francesa, houve a cultura do nacionalismo, a “invenção” da nação.

Para Hobsbawn (2004), a palavra “nação”, nas línguas românicas, é vernácula; e nas outras línguas é um empréstimo estrangeiro. O que interfere nos usos dessa palavra entre as comunidades linguísticas: em muitas delas, há maior ênfase na palavra “pátria” e até mesmo na palavra “povo” como relativo à nacional. Para o autor, o conceito de nação e sua relação com a língua é recente, pois os grandes dicionários (espanhóis, alemães) incluem a palavra “nação”, no seu sentido moderno, muitos anos depois da Revolução Francesa. Com isso, o conceito de nação moderna perpassa pela de modernidade. O DRAE, por exemplo, incluiu a palavra “nação” na edição de 1884, significando como um agrupamento de habitantes de um país ou de um reino; posteriormente, passou a significar como um corpo político com um território comum e uma língua nacional; e a definição de Estado comum e supremo prevalece nas definições. Desse modo, temos que:

[...] qualquer que seja o significado ‘próprio e original’ (ou qualquer outro) do termo “nação”, ele ainda é claramente diferente de seu significado moderno. Podemos, portanto, sem ir mais além do assunto, aceitar que, em seu sentido moderno e basicamente político, o conceito de *nação* é historicamente muito recente (HOBSBAWM, 2004, p. 30, grifo do autor).

O referido autor afirma isso porque, no alemão, a palavra “povo” é usada para estabelecer as relações entre língua e nação no sentido moderno. Também havia a relação entre etnia e nação, em que para pertencer a uma comunidade era necessária uma descendência comum. Até estabelecer o conceito moderno de nação, havia vários modos para

definir se um grupo seria nação ou não, como a língua, a etnicidade, o território, a história comum. Para o autor, Estado e nacionalismo vêm antes de nação.

Nessa discussão sobre a constituição de nação, Estado e língua nacional, é necessário dizer que a Revolução Francesa se tornou um marco na história da constituição do Estado-nação moderno, de acordo com Siquan (1996). Essa revolução mudou o antigo regime centrado na autoridade real e construiu uma nova forma de governar por meio da autoridade do povo soberano que elege seus representantes democraticamente. Com a Revolução Francesa, “frente a *vasallo y súdito* cunde el uso de *ciudadano*”<sup>76, 77</sup> (LAPESA, 1995, p. 432).

O significado de nação, pós-revolução francesa, segundo Hobsbawm (2004), é político. Como sentido político, “a ‘nação’ era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política” (HOBSBAWN, 2004, p. 31). Após 1789, de acordo com referido autor, houve a união do corpo político (Estado) com o corpo social (nação), fato que resultou em uma unidade nacional pelo território, e principalmente pela língua nacional, havendo, portanto, uma maior preocupação com a língua. O que levou a ser incorporada à língua, como elemento simbólico, a relação entre nação e Estado.

A partir de 1830, com a “Era das Revoluções”<sup>78</sup>, temos este sentido político de nação que faz incluir o sentido de Estado, ou seja, prevalecia o sentido de ter algo em comum, o interesse coletivo acima de interesses particulares e não necessitava uma língua ou uma etnicidade comum. A existência da nação se daria pelo coletivo, pela comunidade unida que dá legitimidade ao poder, sendo o Estado a representação do corpo coletivo. Em vista disso, temos que:

[...] só por um impulso forte para formar um ‘povo’ é que os cidadãos de um país se tornaram uma espécie de comunidade, embora uma comunidade imaginada, e seus membros, portanto, passaram a procurar (e conseqüentemente a achar) coisas em comum, lugares, práticas, personagens, lembranças, sinais e símbolos (HOBSBAWN, 2004, p. 111).

Hobsbawm (2004) utiliza os conceitos de nacionalismo e nacionalidade para explicar a formação de nação e de Estado e esses conceitos são complexos e diferentes em cada conjuntura histórica, dependendo da relação entre Estado e sociedade. O autor ressalta,

---

<sup>76</sup> Grifos do autor.

<sup>77</sup> Tradução nossa: “frente a *vassalo* e *súdito* difunde-se o uso de *cidadão*”.

<sup>78</sup> As transformações sociais, econômicas e políticas, devido à Revolução Francesa e à Revolução Industrial, contribuíram para movimentos marcados por ideais de liberdade e soberania do povo e por movimentos de independência das colônias, sendo o período denominado por Hobsbawm (2004) de Era das Revoluções.

igualmente, que o sentimento nacional não está separado das consciências social e política das pessoas, e a língua é parte desses conceitos (que envolvem também outros fatores).

O ideal de um Estado forte e a unificação linguística sempre estava presente, pois, para que o povo (enquanto nação) tivesse autoridade, era necessária uma língua comum. A unidade do Estado se dá, como sabemos, pela unidade e uniformidade da língua, pois “la lengua es el elemento característico de una comunidad nacional”<sup>79</sup> (SIQUAN, 1996, p. 56). De acordo com Siquan (1996), foi na Idade Moderna, com a Revolução Francesa, que a constituição dos Estados nacionais teve mais força, por meio do estabelecimento da língua nacional. A França foi o caso mais representativo e que inspirou outros países, pois ela insistia na uniformidade linguística. Foi pela França “el lugar donde el proceso de expansión y de codificación de una lengua está más claramente ligado a un proceso de unificación política”<sup>80</sup> (SIQUAN, 1996, p. 36). A língua, segundo o autor, quando relacionada ao poder político, torna-se prestigiosa porque se torna a língua do Estado, a língua do poder.

Pertencer a uma nação é, segundo Di Renzo (2012), herdar e preservar o patrimônio nacional e comum. Esse patrimônio é composto por uma história ancestral comum, heróis nacionais, monumentos culturais, folclore, lugares, representações oficiais (hino, bandeira, etc.), costumes, língua, etc. E, na era moderna, além desses fatores, há os aspectos econômicos, sociais e a evolução do mercado (economia). A adesão coletiva a uma nação representa a edificação da mesma. E com a adesão coletiva a essas representações simbólicas da nação, ao patrimônio nacional, há o sentimento nacional de uma comunidade que conserva a sua herança e que garante a legitimidade da nação que, por sua vez, garante a unidade nacional para proteger seus herdeiros. Ressaltamos que Di Renzo (2012) baseia a definição de nação a partir da noção de civilização. A filiação a um sentimento nacional é promovida por um legado histórico, e a comunidade é a guardiã dessa tradição e é capaz de determinar uma identidade coletiva, havendo uma consciência nacional. Assim, a nação se constitui (e se preserva) na conjugação dos fatores histórico, geográfico, social, cultural, político e linguístico.

Em relação ao fator linguístico para a constituição de um Estado-nação, há três razões para que a língua se estabeleça como coesão nacional, segundo Hobsbawm (2004): uma língua comum favorece a comunicação (mesmo sendo uma minoria que fala a língua, contando que essa minoria tenha força política); uma língua comum à torna fixa e

---

<sup>79</sup> Tradução nossa: “a língua é o elemento característico de uma comunidade nacional”.

<sup>80</sup> Tradução nossa: “o lugar onde o processo de expansão e de codificação de uma língua está mais claramente ligado a um processo de unificação política”.

permanente; e uma língua se torna comum quando é promovida pela escola e pela administração pública. A modernização dos Estados implicava em uma homogeneização e em uma padronização, bem como em uma língua nacional escrita, e a escolha dessa língua, nesse âmbito, assegurava que o governo e seus cidadãos se entendessem.

Ao trazermos o funcionamento dessas noções na atualidade e em nossa área de estudos, concordamos com Di Renzo (2012), para quem a língua nacional tem duas funções: substituir/uniformizar a diversidade linguística e encarnar a nação para assegurar a comunicação, de modo que os cidadãos a compreendam e a utilizem. Com a instalação do Estado-nação, a língua ganha mais força, pois se instaura a “forma” da língua nacional por meio de instrumentos linguísticos e de seu ensino. Para a autora, os instrumentos linguísticos (dicionários e gramáticas) e o ensino da língua nacional são meios para preservar e divulgar uma unidade linguística.

O nacionalismo linguístico, conforme Hobsbawm (2004, p. 134), refere-se a questões de poder, política e ideologia, pois “o nacionalismo linguístico requer, essencialmente, controle do Estado ou ao menos o ganho do reconhecimento oficial para a língua”. Não importava, portanto, se havia outras línguas ou dialetos mais falados, mas sim o poder político e ideológico de uma língua para ser a língua nacional. Assim, “seu significado simbólico passou a prevalecer sobre seu uso real” (HOBBSAWM, 2004, p. 135).

Siquan (1996) ressalta que a relação entre língua, cultura e nacionalidade faz com que a nação seja uma comunidade humana estabelecida em um território, com uma história em comum, com uma cultura em comum e uma língua como símbolo da comunidade nacional e da identificação de seus membros como pertencentes ao mesmo grupo social, à mesma nação. Porém, a nação também precisa de organização dos direitos e de estruturas políticas e sociais, estabelecendo um caráter autônomo e soberano, ou seja, converte-se em Estado. A nação precisa do Estado e vice-versa, pois o coletivo precisa do administrativo e vice-versa.

Seguindo nessa esteira, cabe salientar a concepção de Pêcheux ([1979] 2012) que traz à baila a noção de Língua de Estado que é “uma série de estratégias de discurso obstinada em evacuar qualquer contradição e a mascarar a existência das relações de classes: ela usa uma falsa aparência para contornar indefinidamente o que todo mundo sabe e que ninguém pode dizer” (PÊCHEUX, 2012, p. 86). A língua de Estado, portanto, silencia a contradição, a heterogeneidade e o fato de que um Estado, uma nação são constituídos por diferenças. O Estado individualiza o sujeito na forma sujeito (HAROCHE, [1984] 1992; ORLANDI, 2012) e este se identifica ou se contra-identifica com a ideologia dominante (PÊCHEUX, [1975] 2009). Portanto, temos o Estado “mascarando” as relações de classes, “anestesiando” as

resistências e impondo o controle, sendo que “tudo isso não deixa de trabalhar menos sob o assujeitamento: é antes a capacidade de ouvi-lo que persiste em fazer falta politicamente” (PÊCHEUX, [1979] 2012, p. 92). Nesse âmbito, o sujeito pode resistir e falhar com a determinação/submissão imposta pela ideologia, pelo Estado e, assim, viver nessa (não-) contradição para se submeter à língua.

No século XX, já se havia consolidado a ideia de Estado-nação – a nação como fundamento do Estado e o Estado como materialização da nação, consoante Di Renzo (2012). O que marcou esse século foram os movimentos descolonizadores. Com os movimentos contra os colonizadores, houve a busca para particularizar identidades que antes eram universais (comuns a colonizadores e colonizados), mas passaram a ser reivindicadas como nacionais (colonizados buscam sua própria identidade).

Conforme Hobsbawm (2004), no século XX, todos os Estados eram nações, os movimentos nacionalistas eram separatistas com insistência nas diferenças étnicas e linguísticas, e o nacionalismo estava determinado pela descolonização, revolução e intervenção de poderes externos. Nos países colonizados, o sentimento de nacionalismo deu-se por movimentos nacionais anti-imperialistas. Com as lutas pela independência, as fronteiras coloniais foram delimitadas e as colônias passaram a ter movimentos políticos pela sua emancipação. Também nesse século, o nacionalismo enfraqueceu devido à redução do Estado-nação em relação à sua estrutura econômica e à política mundial. Tem-se mais uma economia mundial, transnacional, do que uma economia nacional e uma política bipolarizada depois da Segunda Guerra Mundial. Se antes havia uma harmonia entre povo-nação-estado, nesse período não há mais. Há uma estruturação supranacional.

Siquan (1996) propõe que a Revolução Francesa e a independência das colônias foram os dois momentos para a modificação do Estado-nação. Os movimentos de independência na Hispano-américa foram pela busca da identificação nacional – há a língua da metrópole, mas há a busca por sua identidade nacional. Com isso, o modelo de Estado-nação uruguaio está de acordo com o europeu após a Revolução Francesa, no entanto, com o movimento de sentidos do Estado-nação e da história de colonização/descolonização, o espanhol americano talvez não seja o espanhol peninsular na América Latina.

Com o Estado-nação moderno, reforça-se o significado de uma língua nacional e a necessidade de um território unificado. A unificação do território faz com que se instale a sua soberania, constituindo um Estado; constrói-se/constitui-se um sentimento de pertencimento a esse território e uma língua única, nacional. O que se resume na equação “nação = Estado = povo” (HOBSBAWM, 2004, p. 32) – unir um corpo social e um corpo político soberanos fez

com que o território se vinculasse com a nação. Conforme Hobsbawm (2004), adotar (não precisaria ser nativo) uma língua era condição de nacionalidade e fazia com que o sujeito se identificasse com o outro, pois ela contribui para o princípio de nacionalidade – para a busca pelo “nosso”, pelo algo em comum.

Os autores considerados até o momento não trazem a palavra “país” como referente à nação, mas para Orlandi (2013, p. 29) o sentido dessa palavra se une à ideia de território e de soberania, pois “em geral, diz-se que um país é uma região geográfica considerada o território de um Estado soberano”. Porém, essa palavra tem “margem de in-significado” (ORLANDI, 2013, p. 28) devido a sua abrangência de significados em relação a condições de produção, ou seja, essa palavra também pode ser ligada à ideia política de país emergente e/ou em desenvolvido sendo, portanto, sujeita a conflito.

Zandwais (2013) reflete sobre o mito da unidade linguística e da identidade nacional. A autora trata de mito, pois, analisando a infraestrutura e a superestrutura dos Estados-nações, por meio da etnia, território e língua, observou que há uma seleção de referências para se chegar a essa unidade e a essa identidade nacional. Não há critérios uniformes para caracterizar uma nação e o princípio da unidade silencia as diferenças que também constituem a nação. Para a autora, há seleção de critérios hegemônicos em detrimento de outros para caracterizar uma nação.

O critério da língua nacional é responsável pelo reconhecimento da comunidade linguística enquanto pertencente a uma nação, “é pela discursividade que se naturalizam os vínculos de pertencimento dos sujeitos a uma nação, e assim o processo de construção de uma ‘consciência nacional’” (ZANDWAIS, 2013, p. 272). Nesse âmbito, a autora chama atenção ao fato de que “as línguas nacionais, tomadas como objeto da unidade de um Estado-nação são línguas idealizadas” (ZANDWAIS, 2013, p. 272), porque para ter a unidade linguística, as línguas nacionais passam a ter um padrão, distanciando-se, desse modo, da realidade do povo e da história. Conforme Zandwais (2013), o real das línguas é a diversidade, pois a fala de uma nação é constituída por variações, gírias, expressões idiomáticas, neologismos, etc. A autora sustenta essa questão com base nos países colonizados que possuem relações de identificação com a história e a cultura do país colonizador, bem como com a sua religião e língua. Desse modo, não se pode ter uma unidade histórica, religiosa, linguística. É por esse motivo que a expressão “mito” da unidade é utilizada. O Estado-nação é constituído por unidade, padronização, dominância e descarta a realidade, a diferença, o marginal, que também é constitutivo do Estado, da nação, e da história desse Estado, dessa nação. Ao encontro disso, temos em Orlandi (2012a), a afirmação de que não há país monolíngue. A

língua nacional está ligada à ideia de Estado, no entanto, as fronteiras e limites do Estado são mais que territoriais, são “linguístico-imaginários” (DI RENZO, 2012, p. 14). Nesse viés, Orlandi (2009b, p. 13) propõe a “língua nacional como sendo este imaginário de língua que se reveste de uma unidade que cobre assim um território correspondendo a um Estado-nação [...]. E é com a língua nacional que o Estado se apresenta com sua soberania frente a outros Estados”. A língua, de qualquer modo, ocupa um lugar importante para a constituição de um Estado, de uma nação, de um país.

Podemos dizer que, com a formação de um Estado-nação, há a imposição de uma língua nacional que dará lugar à produção de instrumentos linguísticos (gramáticas e dicionários), originando, conseqüentemente, a norma para contribuir à unidade nacional. Essa unidade faz com que, imaginariamente, falemos a mesma língua que o Estado controla por meio da escolarização, pois é na escola onde se aprende a “ser e pensar nacionalmente” (DI RENZO, 2012, p. 43), onde se institucionaliza a língua como unidade do Estado por meio de uma imposição de política de línguas. Atentar para o ensino da língua nacional e para os instrumentos linguísticos (sejam dicionários, gramáticas, livros escolares, manuais escolares, etc.) permite compreender como a prática com a língua se textualiza e constitui o cidadão. Desse modo, segundo Di Renzo (2012), a língua nacional é fundamental para a construção da ideia de nação. E a construção da nação é fundamental para a construção da cidadania por meio de processos de identificação. Além da relação língua/nação, há a relação língua/Estado pela qual há produção de sujeitos e de políticas para construir a unidade. Os sentidos que se estabelecem entre língua nacional, cidadania e nacionalidade passam por políticas de línguas.

Considerando o exposto, entendemos nação como relacionada a território, língua, história comum, bem como a Estado e sociedade. Não descartamos a necessidade de uma unidade linguística para a constituição de uma nação, mesmo sendo essa “imaginária”, sendo esse um princípio de nacionalidade. Acreditamos que a língua foi fundamental para a ideia de nação que também perpassa pela construção da cidadania e culmina na identificação dos sujeitos com o Estado. Por isso, entendemos nação como sendo um princípio para a coletividade e Estado como sendo a materialização desse princípio (DI RENZO, 2012). A relação Estado/nação também influencia a política de línguas, passando do monolinguismo ao multilinguismo, mas continuamos com uma ideologia dominante silenciando a pluralidade/diversidade/heterogeneidade linguística.

### 2.1.1 A constituição da língua nacional da/na Espanha e do/no Uruguai

Antes de iniciarmos as discussões sobre a Língua Espanhola na/da América Latina e no/do Uruguai, queremos apresentar, brevemente, a constituição da Língua Espanhola na/da Espanha para a compreensão do processo de constituição da Língua Espanhola hispano-americana, visto que a Espanha foi a colonizadora de grande parte da América e a língua que vem para a América é a oficial, a da lei, a do rei e a da fé.

Rafael Lapesa (1995), com o livro *Historia de la lengua española*, reflete sobre a história da Língua Espanhola desde a época pré-romana, destacando a influência do latim, até a constituição do espanhol na Hispano-américa; com isso, temos uma história que inicia no século II a. C. e que termina no século XIX. Essa história é contada, principalmente, por meio da Literatura que é um fator importante para se conhecer a língua e a cultura de cada época. De maneira geral, o referido livro é dividido em períodos: pré-romano, visigodo, espanhol arcaico, espanhol medieval, Século do Ouro, espanhol moderno, espanhol de América, etc. A cada período, etapa da história e evolução da Língua Espanhola, há mudanças no léxico, morfologia e sintaxe, que também são apontadas no livro e são consequências da conjuntura sócio-histórica. Nesse viés, entendemos que a Língua Espanhola, no decorrer de sua constituição, sofreu influências de outras línguas (para citar algumas temos o latim, o árabe, o francês, o português, etc.). Não é nosso objetivo detalhar cada período da Língua Espanhola e de sua Literatura, nosso interesse se volta para compreender o funcionamento do espanhol como língua nacional.

A região de Castela já se destacava desde os séculos X e XI e, com ela, a língua castelhana:

El dialecto castellano evoluciona con más rapidez que los otros y [...] se muestra distinto de todos, con poderosa individualidad. Castilla, levantisca y ambiciosa en su política, revolucionaria en el derecho, heroica en su epopeya, fue la región más innovadora en el lenguaje. Y así como su prodigiosa vitalidad la destinaba a ser el eje de las empresas nacionales, su dialecto había de erigirse en lengua de toda la comunidad hispánica<sup>81</sup> (LAPESA, 1995, p. 173).

---

<sup>81</sup> Tradução nossa: “O dialeto castelhano evolui com mais rapidez que os outros e [...] se mostra diferente de todos, com poderosa individualidade. Castela, inquieta e ambiciosa em sua política, revolucionária no direito, heroica em sua epopeia, foi a região mais inovadora na linguagem. E assim como sua prodigiosa vitalidade a destinava a ser o ponto principal das empresas nacionais, seu dialeto havia de erigir-se na língua de toda a comunidade hispânica”.



A Espanha foi dividida em reinos e com essa divisão adveio a divisão em línguas: a castelhana, a catalã, o vasco, a galega, etc. sendo a região de Castela a que mais se destacou devido a suas particularidades. “No es que se correspondan estados y dialectos; pero la suerte de éstos guarda innegable relación con la de aquéllos”<sup>82</sup> (LAPESA, 1995, p. 171). A língua castelhana teve influência de outras línguas faladas na Espanha e que faziam fronteira com ela, mas o castelhano deu “nota” própria a elas. Nos séculos XIII e XIV, o castelhano se expandiu e se tornou principal meio para comunicação e cultura. O século XIII, em relação à língua, foi marcado pela unificação da escrita e pela consolidação da Literatura.

O castelhano se consolidou também devido a Afonso X, o Sábio. As primeiras normas de correção e de identidade da língua foram instituídas por Afonso X, rei de Castela, garantindo a unidade do reino, a história escrita da origem de Castela e a comunicação entre os habitantes, o que garantiu a ascensão da língua castelhana em detrimento do latim. Com Afonso X, a ortografia do castelhano se fixou e permaneceu até o século XIV (LARA, 2011). Com a publicação da gramática de Nebrija, em 1492, se reforçou o processo de reflexão sobre a língua iniciado por Afonso X e se fixou a norma ortográfica. Como afirmamos anteriormente, a produção de Nebrija estabeleceu o valor da língua castelhana como língua nacional, iniciando o processo de gramatização do espanhol (LAURIA, 2012).

O século XVI foi o auge da língua castelhana. O castelhano se tornou a língua nacional, era a língua da unidade política, da comunicação com as outras regiões e com o estrangeiro, era usado na corte, na Literatura, na prosa. A língua castelhana era o “padrão” para a Espanha e a Hispano-américa. A língua de Castela teve muita força e se consolidou na Espanha, mas ressaltamos que as línguas de Andaluzia e Ilhas Canárias, apesar de não serem línguas oficiais ou nacionais de Espanha, se sobressaíram na expansão atlântica peninsular e deram uma contribuição importante na constituição do espanhol hispano-americano, conforme veremos posteriormente, pois o andaluz, o canário e o castelhano compartilham algumas características linguísticas. No entanto, também no século XVI, a denominação “Língua Espanhola” sobrepôs-se à “Língua Castelhana”, pois fora da Espanha a língua era conhecida como “espanhola”, e os aragoneses e andaluzes se sentiam mais participantes da Espanha com a denominação “espanhola” do que “castelhana”. Porém, na América Latina, preferiu-se o termo “castelhano” em vez de “espanhol”, essa oposição é mais uma questão política do que linguística, segundo Lipski (2004). Pois “castelhano” representa a história cultural espanhola com a criação do estado ilustrado de Castela, enquanto “espanhol”

---

<sup>82</sup> Tradução nossa: “Não é que se correspondam estados e dialetos; mas a sorte de estes guarda inegável relação com a de aqueles”.

representa o conquistador. A preocupação maior com a língua deu-se no século XVIII, fato que resultou na criação da RAE com seu dicionário e gramática, conforme tratamos anteriormente. Na América Latina, as academias se relacionaram com o Estado nacional e também tiveram a função de investigação linguística e de admitir ou excluir palavras, construções gramaticais, etc. (LIPSKI, 2004).

Com essas considerações, passamos à constituição da Língua Espanhola na América. De acordo com Lapesa (1995), o espanhol de Espanha é diferente do espanhol da Hispano-américa, devido à questão de que a língua da América é de colonização. É necessário levar esse fato em consideração porque é preciso verificar a procedência dos colonizadores, a relação dos colonizadores com os nativos, as imigrações posteriores, a cultura e a administração da época para compreender a constituição da língua nacional na América. Ao encontro disso, Izquierdo e Utrilla (2010) afirmam que opor “espanhol de América” e “espanhol de Espanha” é legítimo para explicar a formação de uma língua em um país colonizado, a formação de novas palavras, os novos conceitos, e/ou até mesmo para contrastar com a língua peninsular, mas essa oposição não é válida para descrever o espanhol americano como homogêneo e distinto do espanhol da Espanha:

[...] desde planteamientos sincrónicos, parece más adecuado interpretar el sintagma *español de América* como el conjunto de variedades (diatópicas, diastráticas y diafásicas) que pertenecen a la comunidad idiomática de la lengua española y son instrumento de comunicación al otro lado del Atlántico, con peculiaridades que pocas veces poseen validez general en todas ellas, aunque contrastan con las realizaciones de España, sobre todo con las del norte y del centro peninsulares. Ello no es obstáculo para que nos mostremos partidarios de seguir manteniendo la expresión, ya arraigada, de *español de América* como designación del conjunto de las hablas hispanoamericanas, frente a la de *español en América*, a la que ciertamente hay que reconocerle objetividad, que proponen algunos especialistas<sup>83</sup> (IZQUIERDO; UTRILLA, 2010, p. 24, grifos dos autores).

O espanhol hispano-americano não se distancia do espanhol peninsular, pois eles possuem uma unidade em comum, já que ambos pertencem à Língua Espanhola. O que ocorre é que o espanhol hispano-americano vai adquirindo características próprias que singularizam a Língua Espanhola, transformando-a em uma língua da Hispano-américa.

<sup>83</sup> Tradução nossa: “Desde abordagens sincrônicas, parece mais adequado interpretar o sintagma *espanhol de América* como o conjunto de variedades (diatópicas, diastráticas e diafásicas) que pertencem à comunidade idiomática da língua espanhola e são instrumentos de comunicação no outro lado do Atlântico, com peculiaridades que poucas vezes possuem validade geral em todas elas, mesmo que contrastem com as realizações da Espanha, sobretudo com as do norte e do centro peninsulares. Isso não é obstáculo para que nos mostremos partidários em seguir mantendo a expressão, já enraizada, de *espanhol de América* como designação do conjunto de falas hispano-americanas, frente à de *espanhol em América*, a que certamente há de se reconhecer sua objetividade, que propõem alguns especialistas”.

De acordo com Oliver e Utrilla (1992), o espanhol *de* América emprega-se para tratar da Língua Espanhola difundida no Novo Mundo pelos espanhóis; e o espanhol *em* América relaciona-se a uma diversificação regional. Para os autores, falar em “americanismo” é falar de peculiaridades léxicas do espanhol, o que implica falar em usos particulares de uma mesma língua (a espanhola) em uma certa região (a rio-platense, por exemplo). Os autores afirmam que, na América Latina, a Língua Espanhola sofreu transformações devido a novas necessidades, por serem terras recém-descobertas, principalmente no campo lexical, pois, conhecendo uma nova realidade não se tinha palavras suficientes para denominar as coisas novas, com isso, houve muitos empréstimos do espanhol peninsular para as línguas autóctones americanas e vice-versa. O contato dos colonizadores com a nova realidade descoberta também ajudou na formação do espanhol americano, pois a necessidade de comunicação e nomeação das novas coisas obrigou-os a adaptarem palavras espanholas à nova realidade. Houve mudanças de significados, preferências por algum uso, devido à enorme extensão da América Latina, mas a norma culta continua sendo a mesma do espanhol peninsular forçada pela dominação da RAE na produção dos instrumentos linguísticos.

Lipski (2004) afirma que nem o espanhol de Espanha nem o espanhol de América são homogêneos e as fronteiras políticas entre os países hispano-americanos não delimitam a heterogeneidade do espanhol. Para mostrar isso, o autor explana vários autores e modelos que tentam caracterizar o espanhol americano dividindo-o em zonas dialetais, em regiões. O regional do espanhol hispano-americano se deve a origens sociais e geográficas dos primeiros colonizadores espanhóis; à região dos assentamentos espanhóis e sua integração ou isolamento com outras regiões; às línguas indígenas; às línguas africanas; às imigrações de outros países, etc. No entanto, apesar das especificidades do espanhol se sobreporem às fronteiras dos países, a consciência sociolinguística de cada país está ligada a sentimentos nacionalistas, o que faz com cada habitante de diferentes regiões de um mesmo país se identifiquem com esse país. Em vista disso, “la formación del léxico hispano-americano es, pues, producto de una evolución paulatina y continuada”<sup>84</sup> (OLIVER; UTRILLA, 1992, p. 252) do espanhol. Porque o léxico é o elemento menos estável da estrutura das línguas, por isso que sofre maiores transformações.

A formação do vocabulário do espanhol americano também se deve a transferências léxicas de marinheiros (pois os colonizadores, de diversas regiões de Espanha, reuniam-se nos portos e com isso se formavam “particularismos léxicos”), de africanos e da colonização. Os

---

<sup>84</sup> Tradução nossa: “a formação do léxico hispano-americano é, pois, produto de uma evolução paulatina e continuada”.

autores também afirmam que não foram somente as peculiaridades da Língua Espanhola peninsular que ajudaram a constituir o espanhol americano, mas também as Línguas Francesa e Inglesa e, principalmente na região rio-platense, as Línguas Italiana e Portuguesa. Desse modo, temos que “el tema de la unidad o de la fragmentación del castellano o español es un tópico recurrente en la historia cultural hispanoamericana desde la constitución de las nuevas naciones a comienzos del siglo XIX”<sup>85</sup> (LAURIA, 2007, p. 7).

Izquierdo e Utrilla (2010), apoiando-se em afirmações de Rivarola (1990) em seu livro *La formación lingüística de Hispanoamérica*, trazem que, assim como há as designações espanhol de América e espanhol de Espanha, há também as designações espanhol da Argentina, do Uruguai, da Venezuela, etc., pois cada país americano possui uma história onde se observa a heterogeneidade e a unidade da Língua Espanhola. A língua é a mesma, mas é diferente. De acordo com os autores, a Língua Espanhola da Hispano-américa é muito parecida com a da região das Ilhas Canárias e de Andaluzia, na Espanha. E a língua dessas regiões foi importante na constituição da língua hispano-americana. Lapesa (1995) também afirma que há interferências andaluzas e canárias no espanhol hispano-americano, como exemplos, temos: o *yeísmo*<sup>86</sup>; a aspiração de /-s/; e o não uso do pronome *vosotros* para segunda pessoa do plural, prevalecendo somente o pronome *ustedes*. Isso se deve porque a maioria dos colonizadores era dessas regiões. Também existiram outras línguas, outros sujeitos de outras regiões da Espanha e da Europa que vieram para a hispano-américa e contribuíram para a constituição do espanhol americano, bem como houve contato com as línguas indígenas e, posteriormente, com as línguas africanas. A própria vida colonial promoveu mudanças semânticas na língua (LAPESA, 1995). Outro dado que reforça a herança linguística andaluz e canária e não a castelhana (embora o castelhano também tenha algumas características linguísticas em comum com o andaluz e o canário) na América Latina é que, de acordo com Lipski (2004), a colonização, durante dois séculos, foi planejada por Castela e administrada por Andaluzia com colaboração das Ilhas Canárias que era escala obrigatória dos navios que iam à América. Os navios com os colonizadores saíam dos portos de Ilhas Canárias e Andaluzia (alguns também partiam de Sevilha), sendo que os andaluzes dominaram a colonização numérica e sociolinguisticamente. Segundo Lipski (2004), o espanhol americano não “evoluiu” isolado do espanhol peninsular, aquele também recebeu as inovações deste. Assim, a formação do espanhol na América Latina não é simples e nem

---

<sup>85</sup> Tradução nossa: “o tema da unidade ou da fragmentação do castelhano ou espanhol é um tópico recorrente na história cultural hispano-americana desde a constituição das novas nações no começo do século XIX”.

<sup>86</sup> *Yeísmo* é o fenômeno em que a pronúncia da letra /-ll/ é como /-y/, ocorre em diversos países hispano-americanos e em regiões da Espanha.

breve. Ao encontro disso, Lobato (1994) afirma que, mesmo que os países hispano-americanos se diferenciem na questão linguística, há mais laços em comum entre eles do que entre eles e a Espanha, por isso falar em espanhol de América. De certa forma, os países hispano-americanos têm uma história em comum, foram colonizados e a língua do colonizador foi imposta.

Em relação aos indígenas, Garatea (2013) propõe que eles foram os responsáveis pelo surgimento das características do espanhol em países hispano-americanos. Em seu estudo, o referido autor analisa os indígenas peruanos e o espanhol andino. A partir disso, podemos perceber que a história do espanhol é formada por um espaço geográfico e de comunicação, ou seja, cada região da Hispano-américa tinha uma determinada língua indígena, não sendo somente a língua geral<sup>87</sup> que prevalecia. E pode-se falar que a comunicação era bilíngue, porque, no início da colonização, prevaleceu a propagação do espanhol, mas depois veio a necessidade de catequizar os índios e optou-se pela língua deles, mas, por fim, com a expulsão dos jesuítas, houve a imposição da Língua Espanhola novamente. A contribuição mais importante e menos controversa das línguas indígenas em relação à Língua Espanhola foi no léxico, pois os espanhóis se depararam com plantas, animais, objetos diferentes e tomaram muitas palavras dos indígenas para nomear o novo (LAPESA, 1995). “En las colonias americanas fue, lógicamente, mayor la adopción de unidades léxicas indígenas, pues la mezcla de los hábitos culturales y sociales europeos y americanos hizo nacer la necesidad de recurrir a palabras que describieran conceptos desconocidos hasta entonces”<sup>88</sup> (LIPSKI, 2004, p. 79). As línguas indígenas, segundo o autor, contribuíram mais em algumas regiões do que em outras, porque houve diferente contato com os índios. No Uruguai, por exemplo, os indígenas foram deslocados e exterminados. No México e no Paraguai, a língua indígena era muito forte e se manteve.

Em qualquer língua, porém, “hay que pensar en el contacto desde esa orilla”<sup>89</sup> (GARATEA, 2013, p. 41), ou seja, deve-se compreender o que aconteceu do outro lado do Atlântico. A história do espanhol de América “es la historia de una manera de representar y valorar al otro y a la lengua del otro”<sup>90</sup> (GARATEA, 2013, p. 58). De acordo com as considerações de Garatea (2013), os indígenas foram os receptores, o outro – em um princípio

---

<sup>87</sup> Língua geral era a língua que se falava no Brasil no período colonial, a sua base era de línguas indígenas.

<sup>88</sup> Tradução nossa: “Nas colônias americanas foi, logicamente, maior a adoção de unidades léxicas indígenas, pois a mistura dos hábitos culturais e sociais europeus e americanos fez nascer a necessidade de recorrer a palavras que descrevessem conceitos até então desconhecidos”.

<sup>89</sup> Tradução nossa: “deve-se pensar no contato desde essa margem”.

<sup>90</sup> Tradução nossa: “é a história de uma maneira de representar e valorizar o outro e a língua do outro”.

de alteridade – que, tendo contato com a língua e com a cultura dos conquistadores espanhóis, adaptou-se para as circunstâncias do seu espaço. Desse modo,

[...] ese receptor, inicialmente ajeno, promueve adaptaciones y cambios en los modelos importados, debido a que instaura nuevas exigencias comunicativas, al mismo tiempo que adopta y difunde la lengua y la cultura españolas en otro espacio geográfico y social, sin dejar por ello de promover innovaciones en la lengua del conquistador<sup>91</sup> (GARATEA, 2013, p. 41).

Tanto o espanhol americano como o espanhol peninsular procede do espanhol clássico e, ao longo dos séculos, constituíram-se parcialmente diferente, conforme Izquierdo e Utrilla (2010). Porém, no início do século XVII, há uma predominância do espanhol peninsular como o *standard*, o culto sobre o espanhol americano tomado como regionalismo não digno. No entanto, no século XVIII, com o período da Ilustração, houve circulação de livros e jornais hispano-americanos, criação de escolas, jovens estudando no Velho Mundo, fatos que cristalizaram o pensamento hispano-americano. Assim, no século XIX, com a independência política, os países americanos passaram a ter identidade e a afirmar sua própria língua. E, no século XX, deixou-se de lado a pureza da língua e os americanismos tiveram lugar na Língua Espanhola de mesma importância. Nesse viés, foi tardia a entrada de americanismos nos dicionários da RAE. Segundo Oliver e Utrilla (1992), a denominação “americanismo” entrou no DRAE na sua 12ª edição, em 1884. Com isso, a produção de dicionários de americanismos baseou-se a partir de critérios históricos, empregos diferenciais ou por conceitos típicos da Hispano-américa, porém, Oliver e Utrilla (1992) afirmam que o termo “americanismo” ainda exige uma complexa discussão. Por um lado, tratar de americanismo é tratar de palavras faladas na América e não na Espanha, fato que, de uma perspectiva descritiva, não acontece e, por esse motivo, seria melhor tratar do espanhol falado em cada país, região, zona e assim teríamos um quadro do espanhol americano. Por outro lado, não seria errado opor espanhol americano e espanhol peninsular para explicar que houve fatores que transformaram ou assimilaram o espanhol da América e o espanhol da Espanha. No entanto, deve-se tomar cuidado para não deixar transparecer que a designação espanhol *de* América evidencie um espanhol homogêneo e totalmente diferente do espanhol peninsular.

Uma característica mais contrastante entre o espanhol de Espanha e o espanhol de América é em relação aos pronomes *tú* e *vos*. Na Espanha de 1.500 havia o uso dos dois pronomes, no entanto, nos séculos XVII e XVIII o *vos* foi eliminado, mas, na Hispano-

---

<sup>91</sup>Tradução nossa: “esse receptor, inicialmente distante, promove adaptações e mudanças nos modelos importados, devido à instauração de novas exigências comunicativas, ao mesmo tempo em que adota e difunde a língua e a cultura espanholas em outro espaço geográfico e social, sem deixar, por isso, de promover inovações na língua do conquistador”.

américa, principalmente na região do Rio da Prata (Argentina, Uruguai, Paraguai), esse pronome foi conservado, originando o fenômeno do *voseo* que se tornou uma característica dessa região (LAPESA, 1995). Na Argentina, o *vos* é usado em todo o país, por todas as classes sociais. No Uruguai, é utilizado tanto o *vos* como o *tú*. Em outros países, como no Chile, esse pronome é mais regional (local) (LIPSKI, 2004).

Em relação ao Uruguai, as Línguas Espanhola e Portuguesa chegaram ao país, de forma esporádica, a partir do século XVII. Nos séculos XIX e XX, há a presença de línguas africanas e europeias devido a migrações e imigrações. A língua indígena também contribuiu para a constituição do espanhol uruguaio, mas, atualmente, não há línguas indígenas no território. Segundo Bertolotti e Coll (2006), não há população indígena no Uruguai que se reconheça como tal. Fato que evidencia a europeização dos índios no período de colonização e a adoção do espanhol como língua franca<sup>92</sup>. Desse modo, no processo de constituição linguística oficial e institucional do Uruguai, a língua indígena não tem espaço, pois não há índios (houve um grande genocídio no processo de independência), conseqüentemente, não há língua indígena. Há mais presença da influência africana na Língua Espanhola uruguaia do que da língua indígena, de acordo com Elizaincín (1992). Como exemplo, podemos observar a contribuição africana em algumas palavras<sup>93</sup> e no *candombe*<sup>94</sup>.

Conforme Bertolotti e Coll (2006) e Elizaincín (1992), a história do descobrimento do Uruguai se inicia em 1516, com a chegada do primeiro espanhol – Juan Díaz de Solís – ao Rio da Prata, para uma viagem exploratória, mas as primeiras capitais que se formaram foram Buenos Aires e Assunção. A área que pertence hoje ao Uruguai foi por algum tempo esquecida, pois era geograficamente pouco estratégica, não possuía materiais preciosos e era habitada por índios rebeldes. A colonização da Banda Oriental foi lenta e tardia. A Coroa espanhola somente passou a se interessar por essas terras para conter a invasão portuguesa e de outras nações europeias. Até o século XVIII, o Uruguai não contava com uma densidade demográfica nem com centros urbanos, era a cidade de Montevideú que, desde o começo da colonização, concentrava a maior densidade populacional. A partir do século XIX, segundo Coll (1994), com a modernização e urbanização do Uruguai, iniciaram-se também as reflexões sobre a língua, com a criação da primeira biblioteca, do primeiro instituto acadêmico e da ampliação da escola pública.

<sup>92</sup> Entendemos por língua franca como “aquela que é praticada por grupos de falantes de línguas maternas diferentes, e que são falantes desta língua para o intercurso comum” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

<sup>93</sup> Como, por exemplo, “banana”, “quilombo” (bagunça, desordem), “cachimba” (poço de pouca profundidade de água potável).

<sup>94</sup> Ritmo proveniente de tambores, procedente da África, que embala grupos musicais e teatrais que se consolidaram no Uruguai e existentes até os dias atuais.

Elizaincín (1992) apresenta dois períodos em que foi dividida a época colonial do Uruguai: o período decorrido da descoberta de Solís (1516) até a fundação de Montevideú (1726) e, após isso, o da fundação de Montevideú até o ano de 1811. O primeiro período foi marcado pela instauração do primeiro povoado fixo (Santo Domingo de Soriano), pela introdução de gado e pela fundação da Colônia de Sacramento pelos portugueses. O segundo período se caracterizou pela organização política e civil do país. E, em 1828, ocorreu a independência do Uruguai, dando fim a lutas contra Buenos Aires e às pretensões de Portugal e Brasil, além, claro, de se libertar da Espanha. “La creación del Estado uruguayo no fue consecuencia de los reclamos de una nación, sino que primero se creó el Estado y luego se fue avanzando hacia una nación que lo sustentase”<sup>95</sup> (OROÑO, 2012, p. 77). A independência do Uruguai foi uma consequência mais de interesses políticos do que por vontade expressa dos uruguaios a um sentimento nacional.

A capital do Uruguai, Montevideú, segundo Bertolotti e Coll (2006), começou o seu processo de modernização e urbanização a partir do século XIX. Houve uma colonização tardia e certo isolamento cultural com a metrópole. As primeiras famílias que fundaram Montevideú eram provenientes da região das Canárias, conforme Elizaincín (1992), depois chegaram espanhóis de outras regiões, mas em menor número. Fato que levou o referido autor a afirmar que a base linguística do espanhol de Montevideú é canária. Mesmo se tornando a capital do país, Montevideú não exerceu influência linguística nas outras regiões, resultando na dicotomia Montevideú/campanha, urbano/rural. Na segunda metade do século XIX, houve um aumento de imigrantes europeus (principalmente espanhóis e italianos), o que contribuiu para mudar o perfil linguístico e cultural da população. Desse modo, de acordo com Elizaincín (1992), as Línguas Espanhola e Italiana contribuíram para a constituição do espanhol do Uruguai. A Língua Portuguesa teve um papel à parte, com o chamado dialeto *fronterizo*<sup>96</sup>.

Com a independência do Uruguai, houve a necessidade de escolher uma língua, e isso requeria optar ou pelo modelo castelhano ou pelo local. De acordo com Oroño (2011; 2012), a escola teve forte participação nessa escolha, pois, nos textos escolares, apareciam denominações de língua. A referida autora afirma que, nos anos noventa do século XIX, a denominação que prevalecia era a de “castelhano”, enquanto, nos anos quarenta do século

---

<sup>95</sup> Tradução nossa: “a criação do Estado uruguaio não foi consequência de reivindicações de uma nação, primeiro foi criado o Estado e logo se foi avançando a uma nação que o sustentasse”.

<sup>96</sup> Essa designação foi dada por José Pedro Rona em sua obra *Dialecto Fronterizo en el Norte del Uruguay* de 1965. Em seu estudo, Sturza (2006) trabalha a questão do *fronterizo* como língua de fronteira em que práticas linguísticas se cruzam na fronteira entre Brasil e Uruguai. Atualmente, o português tem outro estatuto que não é só de dialeto, mas de Língua Portuguesa do Uruguai.



XX, era a de “idioma nacional”. Predominava, portanto, um modelo peninsular, em um primeiro momento, e depois um modelo local que consolidou o sentimento nacional a partir da língua. Em vista disso, a Língua Espanhola do Uruguai se consolidou como nacional/do Estado quando foi introduzida na educação escolar, fato que ocorreu com o Decreto-lei de Educação comum que garantia a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino escolar, com a Língua Espanhola como a única língua de instrução; o que contribuiu para a unificação linguística e cultural, promovendo um Estado monolíngue. Com isso, temos que “la escuela fue concebida para asimilar los tipos humanos dispersos, para asimilar a los inmigrantes y demarcar fronteras lingüísticas; en definitiva, para estar al servicio de la construcción de la nación”<sup>97</sup> (OROÑO, 2012, p. 79).

De acordo com a constituição uruguaia<sup>98</sup>, não há língua oficial<sup>99</sup> no Uruguai. No texto da constituição, há informação que a “República Oriental del Uruguay es la asociación política de todos los habitantes comprendidos dentro de su territorio”<sup>100</sup> e são cidadãos uruguaio os naturais ou legais e não há menção que se deve falar a Língua Espanhola ou qualquer outra, portanto não há uma língua oficial. É pelo processo de escolarização que o espanhol é adotado como língua nacional. Com isso, ressaltamos o papel da escola na constituição da língua nacional do Uruguai, da língua que deve ser ensinada aos sujeitos cidadãos. Nesse viés, a língua tem papel importante na consolidação de um Estado-nação e não foi diferente no Uruguai. De acordo com Oroño (2012), o Estado-nação uruguaio é:

[...] el estado con sus instituciones y leyes nos protege; la igualdad de nación – gracias a antepasados y geografía comunes – nos unifica. Para ambos aspectos la lengua es central: compartir la lengua nos permite entender las leyes, transitar por las instituciones y comprender el pensamiento nacional, por una parte; y compartir la cultura nacional y transmitir nuestra afectividad, por otra<sup>101</sup> (OROÑO, 2012, p. 83).

Temos o Estado com a função de proteger, a nação com a função de unificar e a língua com a função de consolidar o Estado e a nação. Anteriormente, tratamos da língua nacional,

<sup>97</sup> Tradução nossa: “a escola foi concebida para assimilar os tipos humanos dispersos, para assimilar os imigrantes e demarcar fronteiras linguísticas; em definitivo, para estar a serviço da construção da nação”.

<sup>98</sup> Pode ser consultada em: < <http://www.parlamento.gub.uy/constituciones/const004.htm> > Acesso em: 02 set. 2014.

<sup>99</sup> Entendemos por língua oficial “a língua de um Estado, aquela que é obrigatória nas ações formais do Estado, nos seus atos legais” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

<sup>100</sup> Tradução nossa: “República Oriental do Uruguai é a associação política de todos os habitantes compreendidos dentro de seu território”.

<sup>101</sup> Tradução nossa: “o estado, com suas instituições e leis, nos protege; a igualdade de nação – graças a antepassados e geografia comuns – nos unifica. Para ambos os aspectos, a língua é central: compartilhar a língua nos permite entender as leis, transitar pelas instituições e compreender o pensamento nacional, por uma parte; e compartilhar a cultura nacional e transmitir nossa afetividade, por outra.”

mas, como no Uruguai não há língua oficial nem nacional indicada na sua constituição, a língua que consolidou o país é uma língua compartilhada entre seus cidadãos.

A Língua Espanhola se adaptou às terras uruguaias, segundo Elizaincín (1992), do período da fundação de Montevideu até 1811. Também Izquierdo e Utrilla (2010) afirmam que o espanhol se adaptou à América frente a novas necessidades para quem falava a língua. Principalmente, o léxico se adaptou a novas mudanças:

El repertorio léxico constituye la única marca de la identidad lingüística nacional. Este nivel es el más dinámico, abierto y permeable a los cambios. En él confluyen aportes de diversos orígenes: lo antiguo y lo nuevo, lo nacional y lo extranjero, lo indígena y lo hispánico. En él predomina el criterio del uso sobre la imposición de la norma<sup>102</sup> (LAURIA, 2007, p. 11).

Em vista disso, cada país hispano-americano possui sua história em relação à língua e “la historia del español en América es también la historia del español”<sup>103</sup> porque “la difusión del español en el continente produjo innovaciones y cambios en distintos niveles, desde el sistemático y funcional hasta el de las tradiciones discursivas, sin llegar a producir por ello una fractura entre América y España”<sup>104</sup> (GARATEA, 2013, p. 42). De acordo com Garatea (2013), o espanhol é uma língua que cruza o oceano e se transforma, pois ela não é formada somente por gramática e regras, é também dinâmica, heterogênea e tem historicidade. E o contato se faz com sujeitos. O que nos leva às noções de colonização e descolonização linguística.

## 2.2 Colonização e descolonização linguística

Para a constituição do Estado, conforme já discutimos neste trabalho, deve haver uma língua nacional – construção imaginária que deve ser una e homogênea – que, como coloca Orlandi (2002), é essencial para a identidade do país. Nesse sentido, para haver essa língua é necessário que ela seja escrita e gramatizada, sendo assim, também “os instrumentos

---

<sup>102</sup> Tradução nossa: “o repertório lexical constitui a única marca da identidade linguística nacional. Este nível é o mais dinâmico, aberto e permeável a mudanças. Nele confluem contribuições de diversas origens: o antigo e o novo, o nacional e o estrangeiro, o indígena e o hispânico. Nele predomina o critério de uso sobre a imposição da norma”.

<sup>103</sup> Tradução nossa: “a história do espanhol na América é também a história do espanhol”.

<sup>104</sup> Tradução nossa: “a difusão do espanhol no continente produziu inovações e mudanças em diferentes níveis, desde o sistemático e funcional até o das tradições discursivas, sem chegar a produzir, por isso, uma fratura entre América e Espanha”.

linguísticos constroem uma unidade para a língua” (NUNES, 2008, p. 120), o que é necessário para a escolarização, pois a escola tem um papel de difusora da língua adotada como nacional.

Segundo Sturza (2006, p. 27), “a formação dos estados nacionais uruguaio, argentino e brasileiro ocorreu em um mesmo período histórico, na segunda década do século XIX” e, com a formação de Estados independentes, “passaram a reivindicar o direito de soberania sobre seus territórios e a buscar meios de estabelecer uma unidade nacional”. E uma forma de estabelecer a unidade nacional é por meio da unidade linguística proporcionada pelos instrumentos linguísticos.

Para tratar do funcionamento da língua em países colonizados, Orlandi (2002) traz a noção de heterogeneidade linguística, ou seja, que “no campo dos países colonizados, temos línguas como o português, ou o espanhol, na América Latina, que funcionam em uma identidade que chamaria de dupla” (ORLANDI, 2002, p. 23) – fala-se, portanto, a mesma língua, mas fala-se diferente. A mesma língua seria o espanhol e/ou o português, a fala diferente poderia ser percebida no espanhol do Uruguai e/ou no português do Brasil, por exemplo.

Orlandi (2008) traz para discussão duas possíveis concepções à noção de heterogeneidade: uma heterogeneidade constitutiva proposta por Authier-Revuz (1990) e uma heterogeneidade linguística sugerida por Orlandi (2008). A primeira concepção considera que há o Outro no sujeito e no discurso, ou seja, o sujeito é determinado pela relação com a exterioridade. Pois, “sempre sob as palavras, ‘outras palavras’ são ditas” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28), referindo-se, dessa forma, ao enunciável; sendo “a estrutura material da língua que permite que, na linearidade de uma cadeia, se faça escutar a polifonia não intencional de todo discurso [...]” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 28). O sujeito e o discurso não são homogêneos, há palavras outras e há o Outro que constituem todo discurso. A heterogeneidade linguística, proposta por Orlandi (2008) a partir da heterogeneidade cunhada por Authier-Revuz, refere-se à diferença que se insere na relação do intradiscurso com o interdiscurso, pois estabelece que “falamos com palavras que já têm sentidos”, ou seja, “o ‘mesmo’ abriga no entanto um ‘outro’, um ‘diferente’ histórico que o constitui ainda que na aparência do ‘mesmo’” (ORLANDI, 2008, p. 47); por isso que falamos uma mesma língua que também é diferente.

Para tratar a diferença como heterogeneidade, temos que pensar as relações entre as diferentes formações discursivas que se constituem nas relações de paráfrase, pois todo o discurso tem sua relação com outros, de acordo com Orlandi (2008). “Os sentidos circulam”

(ORLANDI, 2008, p. 49) e por circularem eles não são origem, mas efeitos. Desse modo, a colonização é uma formação discursiva que produz diferentes sentidos entre a posição sujeito colonizador e a posição sujeito colonizado. Entretanto, “o europeu nos constrói como o seu ‘outro’ mas, ao mesmo tempo, nos apaga. Somos o ‘outro’, mas o outro ‘excluído’, sem semelhança interna. Por sua vez, eles nunca se colocam na posição de serem o nosso ‘outro’” (ORLANDI, 2008, p. 54).

Ao trazer a noção da língua nacional, Orlandi (2008, p. 86) coloca a seguinte questão: “que língua apagamos para ter uma língua nacional?” Como dissemos anteriormente, para termos uma nação é necessária uma unidade entre a língua que Mariani (2004) afirma ser imposta pelo colonizador e a que Orlandi (2008) afirma ser apagada pelo colonizador (ou até apagadas, pois havia várias línguas [indígenas] nas terras “descobertas”). Assim, a “escolha” por uma língua nacional apaga as outras línguas faladas. Em vista disso, reforçamos que se fala a mesma língua, mas se fala diferente e concordamos que a heterogeneidade se relaciona com a diferença. Então, para pensarmos o funcionamento da noção de língua nos dicionários, faz-se necessário considerar a constituição da língua em países colonizados.

Para isso, remetemo-nos à colonização linguística e, por conseguinte, a Mariani (2004). Segundo a autora, colonização é “a coexistência de povos com histórias e línguas em dado momento histórico” (MARIANI, 2004, p. 23), é um contato com tensões e conflitos que se dá por causa das diferenças. Com isso, temos a colonização linguística como “imposição de ideias linguísticas vigentes na metrópole e um imaginário colonizador enlaçando língua e nação em um projeto único” (MARIANI, 2004, p. 25). Essa imposição de ideias linguísticas é um “processo histórico de confronto” (MARIANI, 2004, p. 19) entre a língua colonizadora e a língua colonizada. Desse modo, a língua do colonizador é imposta por meio de condições políticas e jurídicas e “o lugar de onde o colonizado fala se constitui no entremeio da heterogeneidade linguística inerente à colonização” (MARIANI, 2003, p. 74).

O colonizador nomeia as coisas transportando elementos a partir de sua memória discursiva, conforme Orlandi (2002). Esse deslocamento é uma diferença entre línguas (relação palavra/palavra), por isso o esforço de elaborar listas de palavras e organizar definições; deslocamento esse que a autora designa como situação de enunciação I. Quando há a produção de sentidos diferenciados, passando a uma relação palavra/coisa, dá-se a situação enunciativa II que é uma relação unidade/variedade, não mais relacionada ao país colonizador. De acordo com Orlandi (2009a), o processo de colonização linguística inicia-se com os relatos de viajantes, missionários e naturalistas.

Orlandi (2009a) trata a colonização linguística como um acontecimento linguístico da colonização, ou seja, é “uma clivagem – disjunção obrigada – que afeta a materialidade da língua brasileira” (ORLANDI, 2009a, p. 27). O acontecimento linguístico nomeia a relação do lugar enunciativo com a língua nacional – pensar a língua em um outro espaço enunciativo: o outro lado do Atlântico. A colonização linguística como acontecimento produz, de acordo com Mariani (2003), modificações e reorganizações nos sistemas linguísticos, além de rupturas nos sistemas semânticos das línguas. Em vista disso, temos que a colonização linguística pode ser entendida como um “(des)encontro linguístico no qual os sentidos construídos são determinados em situações enunciativas singulares, situações históricas e paulatinamente engendradas que vão dando lugar ao surgimento de uma língua e de um sujeito nacionais” (MARIANI, 2003, p. 75). A colonização linguística é um encontro de línguas diferentes, em circunstâncias diversas, fato que promove um desencontro para dar lugar a uma outra língua.

Se, por um lado, temos a colonização linguística, por outro, há o acontecimento da descolonização linguística, em que se cria um imaginário que separa o português do Brasil e o de Portugal, por exemplo, ou seja, o país colonizado não se submete ao país colonizador. Orlandi (2009a, p. 172) define a descolonização linguística como o:

[...] imaginário no qual se dá também um acontecimento linguístico desta vez sustentado no fato de que a língua faz sentido em relação a sujeitos não mais submetidos a um poder que impõe uma língua sobre sujeitos de uma outra sociedade, de um outro Estado, de uma outra Nação.

Os processos de colonização e descolonização linguística funcionam, segundo Orlandi (2009a), por causa das condições sócio-históricas e do processo de memória dos países colonizados e colonizadores. Ambos os processos se relacionam com a unidade necessária e a diversidade concreta na constituição de uma nação, de um Estado. A língua tem um “papel primordial” no processo de descolonização (ORLANDI, 2009a, p. 179).

Observamos o processo de descolonização linguística, por exemplo, na produção de instrumentos linguísticos próprios, na gramatização iniciada por esses instrumentos, na constituição de instituições de ensino, na produção de conhecimento. Conforme Nunes (2008, p. 111), percebemos a descolonização “em uma série de fatos relacionados que conferem uma nova configuração das relações internacionais”, possibilitando “novos questionamentos e direcionamentos, como os que se referem à questão das políticas de língua, do multilinguismo externo e interno, da ‘lusofonia’, das relações entre as diversas tradições linguísticas”. No processo de descolonização, há a “legitimação da língua” (ORLANDI, 2009a, p. 175), seja ela

portuguesa, como trabalha a autora, seja ela espanhola. Com isso, os instrumentos linguísticos, conforme Orlandi (2012), auxiliam a constituição da língua nacional, pois configuram um imaginário de língua dentro de seu espaço e assim institucionalizam a relação dos sujeitos com a língua.

“O Brasil já é um país linguisticamente descolonizado. Embora restem, sempre, os efeitos ideológicos da colonização quando as condições os favorecem” (ORLANDI, 2009a, p. 177). Se, por um lado, temos forte o processo de descolonização no Brasil, por outro, a memória da colonização sempre volta. O Brasil, em relação ao Uruguai, possui uma história na produção de instrumentos linguísticos e no processo de gramatização, bem como tem mais evidente e por mais tempo o processo de descolonização. Neste país ainda ressoam fortes as marcas da colonização linguística, ainda há espaços para discussão do nome da língua. Se, no lado brasileiro, é tratada a questão de língua brasileira, portuguesa, no lado espanhol, também se tem Língua Espanhola da Espanha, da Argentina, do Uruguai, etc.<sup>105</sup> Por isso que neste trabalho temos como *corpus* um dicionário uruguaio, para mostrar que, embora de forma tardia, o Uruguai também busca constituir um processo de gramatização particular de sua língua nacional.

Em seu estudo, Medeiros (2011) trabalha o heterogêneo na constituição do imaginário de um povo – no caso, o imaginário do povo brasileiro. Temos, na constituição identitária do brasileiro, três formações discursivas (que englobam, por sua vez, posições discursivas dominantes): a da descoberta, a do descobrimento e a do estranhamento. De modo geral, a primeira formação discursiva se refere à acolhida do estrangeiro. A segunda, ao conflito, ao confronto, pois há a formação do país. A terceira, à desconstrução da posição do outro, ou seja, o estrangeiro não é mais acolhido e sim o nacional, o local. Nos estudos brasileiros encontramos essas formações discursivas, mas ainda não podemos afirmar que existam ou correspondam de alguma forma com a história do Uruguai.

A necessidade da unidade advém da colonização e a diversidade, a diferença, advém da descolonização, conforme Orlandi (2009a). Assim,

[...] seja na tensão contínua entre unidade e diversidade que esteja a possibilidade de construirmos algo em comum. Um processo de descolonização. Aí a referência não é mais o passado, a busca da unidade, mas o presente e as nossas diferenças no modo como elas se organizam (ORLANDI, 2009a, p. 178-179).

---

<sup>105</sup> Cabe dizer que o processo de descolonização no Brasil se deu por uma independência negociada, e este país é uma “ilha” da Língua Portuguesa no continente. Os países hispano-americanos tiveram seus processos de descolonização por meio de lutas pela independência.

Em relação à descolonização, Orlandi (2012a) traz a questão dos espaços linguísticos da lusofonia, da hispanofonia, da francofonia, da anglofonia, etc.<sup>106</sup>, evidenciando que o que une os sujeitos é a língua. Com esses espaços vem o discurso da globalização/mundialização e, por conseguinte, o plurilinguismo/multilinguismo. Nos tempos atuais, temos fortemente presente o discurso global que abre espaço para as diferentes culturas e línguas, reforçando a ideia de plurilinguismo. Temos, na globalização, uma ideologia, uma moeda, um sistema político e uma língua, prevalecendo, então, o monolinguismo. Ao encontro disso, a autora traz a mundialização como espaço aberto, heterogêneo, onde “nossas diferenças e semelhanças podem ser tratadas de maneira politicamente produtiva” (ORLANDI, 2012a, p. 12). O que faz a autora afirmar que “todo país é multilíngue” (ORLANDI, 2012a, p. 13) e o multilinguismo é a multiplicidade de sentidos, é a aceitação da diversidade, pois cada espaço linguístico é diferente devido à sua história e práticas sociais diferenciarem-se uns dos outros. Com isso, o multilinguismo remete à descolonização e o plurilinguismo remete à separação.

Nessa reflexão a respeito de uma língua homogênea na constituição da língua nacional, silenciando a língua em uso, Orlandi (2008) apresenta dois tipos de funcionamento da língua. Para a autora, a unidade da língua é imaginária porque é construção, sistematização. Línguas imaginárias são “línguas-sistemas, normas, coerções, línguas-instituições, a-históricas” (ORLANDI, 2008, p. 87). Porém, o funcionamento da linguagem se dá com a língua fluida que é aquela “que não se deixa imobilizar nas redes dos sistemas e fórmulas” (ORLANDI, 2008, p. 86), ela se movimenta. O português e, diríamos, também o espanhol, enquanto línguas nacionais, são línguas imaginárias. Como exemplos de língua imaginária, Orlandi (2009a, p. 18) considera a língua-mãe, a língua-ideal (lógica), a língua universal (esperanto), a língua *standard* (a língua normatizada) e a língua gramatical. A língua fluida é aquela que “não tem limites”, é “a língua movimento” que vai além das normas. Concordamos com Orlandi (2002) que essas duas noções de língua colocam em jogo o contato cultural e histórico entre as línguas. Cultural porque a língua é tomada enquanto produto e histórico porque também é entendida enquanto processo.

---

<sup>106</sup> Ressaltamos que esses espaços linguísticos não se organizam com a mesma lógica e política.

### 2.3 Política e político na língua e no dicionário

Depois de todos esses conceitos que apresentamos, queremos apresentar uma noção que também irá funcionar em nosso trabalho: a de política de línguas; pois, a escolha de uma língua nacional é uma escolha política. Nesse viés, o processo de colonização linguística, de acordo com Mariani (2003, p. 78), “já instaura, por si mesmo, uma política entre as línguas”, pois uma política linguística resulta das relações históricas entre línguas em uma prática discursiva. Dessa forma, “uma política linguística determinada se insere em um domínio de pensamento de uma época, ou seja, nas redes de sentidos que regulam o campo de saberes e o imaginário linguístico em circulação” (MARIANI, 2003, p. 79). Nesse âmbito, a instauração de uma política linguística constitui a base para que as instâncias de poder regulem uma língua e silenciem outra, regulando com isso “os espaços institucionais por onde as línguas circulam e o modo como elas circulam” (MARIANI, 2003, p. 78).

Para Orlandi (2007a), o tema sobre política de línguas é abrangente, pois engloba épocas, línguas, situações históricas e áreas disciplinares diferentes. A autora ressalta a diferença de se falar política linguística e política de línguas, que muitas vezes são tomadas como sinônimos. Mas, a diferença está entre a Sociolinguística e a Análise de Discurso; pois, essas teorias olham para o objeto de maneiras diferentes. De acordo com Orlandi (2007a), falar em política de línguas é tratar o político como constitutivo da língua e quando se fala em política linguística não temos esse sentido de político, mas de planejamento e organização linguística. Desse modo, “não há possibilidade de se ter língua que não esteja já afetada desde sempre pelo político” (ORLANDI, 2007a, p. 8). O político, na perspectiva discursiva, é o espaço de conflito, tensão, contradição, pois, “o político é o fato de que o sentido é sempre dividido” (ORLANDI, 2007, p. 21), sendo a língua uma forma de representação desse conflito. Por conseguinte, “uma língua é um corpo simbólico-político que faz parte das relações entre sujeitos na vida social e histórica” (ORLANDI, 2007a, p. 8). Nesse espaço de conflito/tensão entre línguas é que existe política, “existe política quando existe um lugar e formas para o encontro entre dois processos heterogêneos” (RANCIÈRE, 1996, p. 43). Esse conflito é o “desentendimento” que dá a heterogeneidade constitutiva da política.

A política, segundo Rancière (1996), tem por princípio a igualdade, mas essa igualdade “vira seu contrário, tão logo ela quer inscrever-se num lugar da organização social e estatal” (RANCIÈRE, 1996, p. 46). A igualdade pode se transformar em desigualdade, e, assim, em desentendimento. Quanto mais une, separa ainda mais, pois, “a desigualdade só é,



em última instância, possível pela igualdade” (RANCIÈRE, 1996, p. 31). Assim, o autor trata de política a partir da noção de desentendimento, sendo que ela não remete ao desconhecimento ou ao mal-entendido, mas a uma “situação de palavra: aquela em que um dos interlocutores ao mesmo tempo entende e não entende o que diz o outro” (RANCIÈRE, 1996, p. 11). Não é desentendimento porque não pressupõe que um não saiba o que diz o outro. Não é mal-entendido porque não é produzido por imprecisão de palavras. É, portanto, uma situação de palavras “dos que falam”, pois, “embora entenda claramente o que o outro diz, ele não vê o objeto do qual o outro lhe fala; ou então porque ele entende e deve entender, vê e quer fazer ver um objeto diferente sob a mesma palavra, uma razão diferente no mesmo argumento” (RANCIÈRE, 1996, p. 12)<sup>107</sup>.

Rancière (1996) compara a instituição da política com a instituição da luta de classes, pois “a torção pela qual existe política é também a que institui as classes como diferentes de si mesmas” (RANCIÈRE, 1996, p. 32). A política é o litígio entre classes e a atividade política “desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, [...] faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (RANCIÈRE, 1996, p. 42).

Auroux (2009, p. 137) define política linguística como o “conjunto de los actos por los cuales una sociedad reforma [...], extiende durante las conquistas y la colonización [...], irradia [...] “su” lengua o administra el multilingüismo en su territorio”<sup>108</sup>. O que leva a três modelos (mas não únicos) de política linguística: a) modelo com Estado central – como o caso da França, em que se constitui uma língua nacional imposta pelo poder central; b) modelo sem Estado central – não há um centro para imposição linguística; c) modelo de colonização – como foi o caso da América Latina. Com isso, o autor afirma que as línguas nacionais são construções que não suprimem totalmente as práticas de linguagem. Acrescentamos a isso que todo sujeito é político e suas ações são políticas. A política se dá na diversidade e se há diversidade há conflito e se estabelecem relações de poder.

Em suma, o poder necessita de clareza, de entendimento linguístico. Assim, é fundamental um projeto político e jurídico-administrativo para a nação que seja materializado através de uma língua-instituição não sujeita a ambiguidades, possibilitando por esta via um assujeitamento dos vassallos ao Rei através de um discurso, ao menos supostamente, transparente do aparelho jurídico (MARIANI, 2003, p. 80).

<sup>107</sup> Grifo do autor.

<sup>108</sup> Tradução nossa: “conjunto dos atos pelos quais uma sociedade reforma [...], propaga durante as conquistas e a colonização [...], irradia [...] “sua” língua ou administra o multilinguismo em seu território”.

Desse modo, a política de línguas trabalha com dois eixos: o da unidade e o da diversidade. A unidade se baseia no poder para ter uma língua nacional homogênea, mas, ao mesmo tempo, há o funcionamento da diversidade, do desentendimento, do conflito. Assim, “o político é também a divisão de língua e línguas” (CERVO, 2012, p. 72). Se há uma língua, é porque ela foi oficializada enquanto outras foram silenciadas.

Quando se define a língua que falamos, com que estatuto ou quando se determina este ou aquele modo de acesso a esta língua – pelo ensino, pela produção dos instrumentos linguísticos, pela leitura das publicações, pelos rituais de linguagem, pela legitimidade dos acordos, pela construção das instituições linguísticas – praticamos concomitantemente diferentes formas de política da língua (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001, p. 35-36).

É pelo político que a língua é designada como nacional, estrangeira, materna, regional etc. “Seu nome recobre uma multiplicidade de instâncias em que o seu poder e o modo de sua prática se inscrevem de formas diferentes na sociedade e na história (em) que elas (se) constituem” (ORLANDI, 2007a, p. 8), havendo uma relação entre língua e Estado. Conforme Cervo (2012), o político é um jogo de forças que regulariza o discursivo e direciona o sentido: “uma interpretação ou uma tomada de posição, por exemplo, são formas da política que assim significam porque há o político intermediando a constituição do sentido” (CERVO, 2012, p. 72). E a interpretação, segundo Orlandi (2007), é lugar de política, pois ela “se dá em algum lugar da história e da sociedade e tem uma direção, que é o que chamamos de política” (ORLANDI, 2007, p. 18-19).

A escolha de uma língua nacional é um gesto político e a partir dela origina-se a norma linguística e, com isso, desenvolvem-se as gramáticas e os dicionários, definidos por Aurox (1992) como instrumentos linguísticos, pois são mais que representações da língua, são objetos técnicos de uma comunidade linguística: “¿para qué serviría un diccionario monolingüe destinado a locutores ‘nativos’, si no estuviera ahí, disponible entre la comunidad como medio para encontrar una forma, referencias y normas que ninguno de los locutores posee integralmente?”<sup>109</sup> (AUROUX, 2009, p. 141-142). Os instrumentos linguísticos são meios pelos quais a comunidade linguística se aproxima da representação da sua língua e da política de línguas.

---

<sup>109</sup> Tradução nossa: “para que serviria um dicionário monolíngue destinado a locutores nativos, se não estivesse disponível entre a comunidade como meio para encontrar uma forma, referências e normas que nenhum dos locutores possui integralmente?”.

## PARTE III

### **DICCIONARIO DEL ESPAÑOL DEL URUGUAY – um gesto de interpretação**

He dicho Escuela del Sur; porque en realidad, **nuestro norte es el Sur**. No debe haber norte, para nosotros, sino por oposición a nuestro Sur. Por eso ahora ponemos el mapa al revés, y entonces ya tenemos justa idea de nuestra posición, y no como quieren en el resto del mundo. La punta de América, desde ahora, prolongándose, señala insistentemente el Sur, nuestro norte.

(TORRES GARCÍA, 1944).

#### **3.1 O “norte” do *Diccionario del español del Uruguay***

Iniciamos esta parte do trabalho partindo da epígrafe acima que representa muito para nós que também somos do Sul, da América do Sul. Nosso Sul também tem língua, tem sujeito, tem história. E somos nós, do Sul, que damos o norte para a nossa língua, nossos sujeitos e nossa história, em um movimento de descolonização. Além da divisão geográfica, Norte e Sul também há uma divisão política e econômica. Há os países do Norte, os países do Sul, a América do Norte e a América do Sul. Essa divisão é motivada pela posição geográfica em relação à linha do Equador e também pela divisão em países desenvolvidos (os do Norte) e países subdesenvolvidos (os do Sul).

A afirmação de Torres García desfaz a hegemonia do Norte em relação a suas ex-colônias, fato que torna esse artista a representação própria da identidade do Uruguai. Sugerir o Sul como Norte é dar visibilidade a essa região que foi dominada/colonizada e é destacar o Uruguai, que está na ponta do Sul buscando a sua orientação, o seu norte. O Norte e o Sul são localizados de forma polarizada um ao outro, estão em constante comparação e contradição – um é o que o outro não é, um está localizado onde o outro não está.

Toda a polissemia de sentidos que constitui a palavra “norte” é o que se quer dar visibilidade quando se funda o movimento da *Escuela del Sur*, por Torres García e quando a Academia Nacional de Letras do Uruguai publica o DEU. Para destacar o Sul como o Norte, Torres García desenhou um mapa propondo um outro olhar sobre a cartografia vigente, como vemos a seguir, na figura 1:

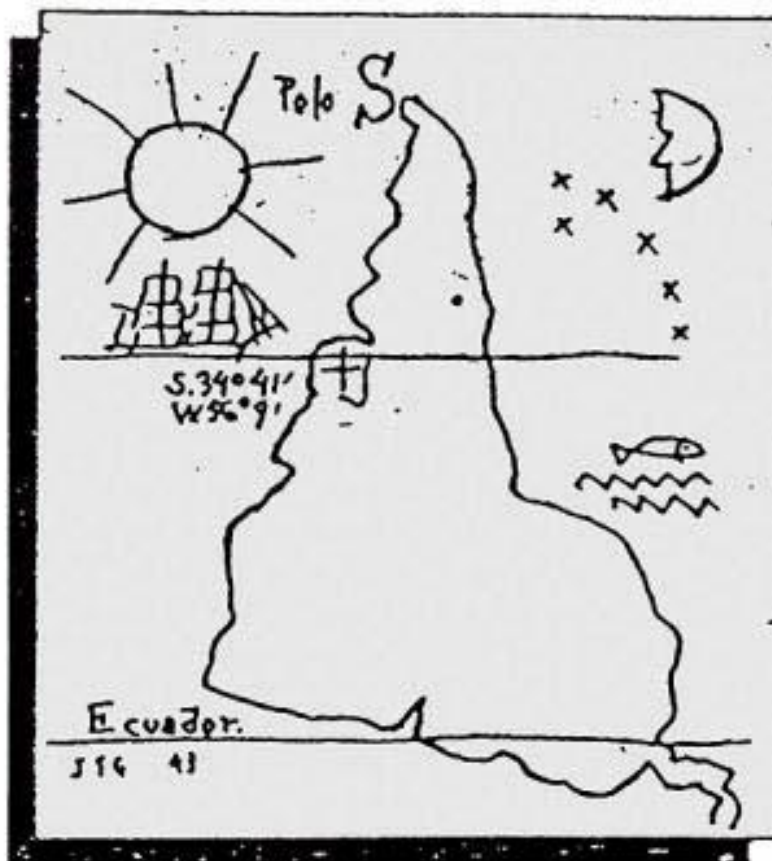


Figura 1 - “América Invertida”<sup>110</sup>

Partindo do pressuposto de que temos algum conhecimento cartográfico e geográfico, sabemos que o Norte se localiza na parte mais alta e o Sul na parte mais baixa de um mapa, em relação à linha do Equador. Nesse sentido, o sol, a lua e as estrelas são pontos de orientação espacial. Temos todos esses elementos na figura anterior, embora estejam invertidos. Observamos também, nessa figura, uma espécie de navio o que nos remete à colonização.

Pensamos o “norte” do DEU em relação a suas condições de produção. O DEU está direcionado para aproximadamente 3,4 milhões de falantes do espanhol do Uruguai, enquanto o dicionário que circula no espaço de escolarização é o DRAE, bem como as gramáticas produzidas pela RAE. O DEU vem para afirmar uma língua própria.

O DEU foi produzido pela Academia Nacional de Letras do Uruguai, no ano de 2011, e impresso pela editora *Ediciones de la Banda Oriental*. A Academia Nacional de Letras do

<sup>110</sup> Figura retirada do texto “Nuestro norte es el Sur” de Rosario Moyano e Alicia Muzante que está disponível em: <<http://www.uruguayeduca.edu.uy/Userfiles/P0001/File/NUESTRO%20NORTE%20ES%20EL%20SUR.portal.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

Uruguai foi criada em 1943 por um decreto-lei e tem como lema “*Vetera servat, fovet nova*”, que significa “*conserva las cosas antiguas y promueve las nuevas*”<sup>111</sup>. Em 1960, a Academia foi reconhecida formalmente pela Associação de Academias da Língua Espanhola e estabeleceram-se relações entre a Academia uruguaia e a RAE<sup>112</sup>. A editora responsável pela impressão é tradicional no país, funcionando desde 1961; possui um projeto editorial interessado na problemática social e cultural do Uruguai e da América Latina e publica obras principalmente nas áreas de Literatura e História Uruguaias.

A realização desse dicionário se deu por ser um projeto financiado pela Comissão do Bicentenário da Independência do Uruguai e por ter sido realizado, no ano de 2012, o dia do patrimônio uruguaio com o tema “*el lenguaje de los uruguayos*”<sup>113</sup>. Por um lado, de acordo com a lei do Bicentenário<sup>114</sup>, o ano de 2011 é o marco para a celebração dos duzentos anos do processo de emancipação da Banda Oriental. Essa lei também criou a Comissão Interinstitucional do Bicentenário, que é responsável pelo planejamento das comemorações que se dão de 2010 a 2015. Durante esses anos, comemoram-se a “*independencia, libertad republicana y unión de los pueblos*”<sup>115</sup> e também se reflete sobre a história da formação da nação e da identidade nacional<sup>116</sup>. Os anos determinados para as celebrações representam fatos importantes da história do Uruguai. Em 1810, iniciou-se a Revolução do Rio da Prata; em 1811, entre outros fatos, houve a eleição de Artigas como o chefe dos orientais. Em 1813, teve as “*Instrucciones del Año XIII*” redigidas por Artigas e encaminhadas à assembleia geral de Buenos Aires. Nessas instruções, entre outras coisas, estão o desejo de adentrar à nova ordem política de governo republicano e de independência da Espanha, fatos que promoveram a autonomia do Uruguai. Em 1815, o projeto de povos livres e independentes de José Artigas se expandiu. Por outro lado, o dia do patrimônio é realizado todo o ano no Uruguai, desde 1995, e é organizado pela Comissão de Patrimônio Cultural da Nação, vinculada ao Ministério da Educação e Cultura. Nesse dia, que abarca um final de semana, todos os edifícios históricos e governamentais, museus, instituições, etc. de todo o país, estão abertos ao público com entrada livre, também são promovidas atividades culturais. No ano de 2012, o dia do patrimônio foi acompanhado pela primeira edição do DEU.

---

<sup>111</sup> Tradução nossa: “*conserva as coisas antigas e promove as novas*”.

<sup>112</sup> Maiores informações sobre a Academia Nacional de Letras do Uruguai são encontradas em: <<http://www.mec.gub.uy/academiadeletras/>> Acesso em: 10 abr. 2014.

<sup>113</sup> Tradução nossa: “*a linguagem dos uruguaiois*”.

<sup>114</sup> Vários países sul-americanos comemoram o bicentenário, como, por exemplo, Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia, México. O que torna um marco da descolonização.

<sup>115</sup> Tradução nossa: “*independência, liberdade republicana e união dos povos*”.

<sup>116</sup> No endereço eletrônico <<http://www.bicentenario.uy/>> há mais informações sobre as comemorações. Acesso em: 10 abr. 2014.

Em relação à estrutura de apresentação do DEU, ele possui três textos introdutórios. O primeiro, intitulado *Proemio*, é assinado por Adolfo Elizaincín, que é coordenador do Departamento de Língua e Literatura da Academia Nacional de Letras de Uruguai e também professor aposentado da Universidade da República (Montevideu), onde ministrava aulas de Linguística. O segundo texto é intitulado *Prólogo* e assinado por José María Obaldía que é presidente da Comissão de lexicografia da Academia Nacional de Letras de Uruguai, é escritor e também foi professor no ensino público. E o terceiro texto é intitulado *Preâmbulo* e não apresenta quem o fez. Fato que nos suscita que talvez esse texto seja produzido pelos editores, já que também é preciso vender e promover a obra. Temos, assim, diferentes olhares e sujeitos sobre o mesmo dicionário: o de linguista, o de escritor e o mercadológico. Podemos observar esses diferentes olhares nos discursos dos textos. O primeiro texto possui um discurso mais acadêmico, enquanto que, no segundo, observa-se um discurso mais entusiasmado e orgulhoso com o dicionário, ressaltando o trabalho de várias décadas e, no terceiro texto, temos um discurso que trata da feitura do dicionário, explicitando seu objetivo, seus leitores, seu *corpus*, seu número de verbetes, etc.

O DEU promete ser um dicionário descritivo e não normativo, sua preocupação é mostrar como os uruguaios falam e não ditar o que e como deve se falar. Seu *corpus* é constituído por mais de 10.000 palavras e expressões da língua falada/popular na atualidade e já consolidadas pelo uso – contemplando todos os grupos sociais e faixas etárias –, encontrada na Literatura, nos jornais, na cidade, no campo, etc.

### **3.2 *Diccionario del español del Uruguay e Diccionario de la Real Academia Española – a língua das definições***

Encontramos nos dicionários a língua das definições (NUNES, 2007), que é aquela utilizada pelo sujeito dicionarista e que permite indicar a concepção de dicionário. Em vista disso, consideraremos, nesta parte do trabalho, a língua das definições dos dicionários DRAE<sup>117</sup> (2001) e DEU (2011) a fim de compreender o funcionamento do DEU, bem como o funcionamento da noção de língua nesses dicionários.

---

<sup>117</sup> Utilizamos a versão online desse dicionário que pode ser consultada em: <<http://www.rae.es/>>

A definição lexicográfica, segundo Lara (2004a), serve para objetivar os tipos de definições que aparecem nos dicionários, pois há diferentes classes de definições. De acordo com o autor, a definição é uma construção do conhecimento histórico e social da língua e não apenas um registro descritivo de um ou mais significados de determinada palavra usada na comunidade linguística em um determinado momento. A definição deve servir para a compreensão de cada uso da palavra. Com isso, temos a diferença que o autor propõe entre menção e uso: a menção é a entrada, o lema, o que antecede a definição, e o uso é a definição em si. Assim, a definição lexicográfica é “reconstrucción del saber social del léxico”<sup>118</sup> (LARA, 2004a, p. 56). Cada tipo de dicionário comporta um tipo de definição, ou seja,

[...] la selección que hace un lexicógrafo de los tipos de definición que convienen al diccionario que se propone elaborar depende de la cuestión inicial de la lexicografía: para qué público escribe el diccionario y cuáles son sus necesidades en relación con el conocimiento del léxico de una lengua<sup>119</sup> (LARA, 2004a, p. 40).

Dessa forma, Lara (2004a) destaca que a questão inicial é o sentido do dicionário. Os dicionários devem conter, além dos métodos lexicográficos, uma concepção de língua, de signo linguístico e dos modos de significação – considerando aqui a diferença entre designação (nomear, relação referencial entre palavra e coisa) e significação (dar significados) do signo; entre descrever e definir o objeto; entre responder a pergunta “o que é?” e a pergunta “o que significa?”. A presença da designação ou da significação remete a dicionários como registro de informação e de cultura, respectivamente. Para o referido autor, a diferença entre designação e significação é importante. Segundo o autor, os dicionários regionalistas adotam, sem saber, a designação. Pois, escolhem uma palavra como a “correta” e as demais palavras como variedades dialetais de sinônimos acadêmicos, não prevalecendo a especificidade social, regional, histórica.

Nunes (2007) também afirma que a seleção do tipo de definição influencia na concepção do dicionário em relação à representação da natureza, dos sujeitos, da sociedade, pois “a variação das formas sintático-enunciativas das definições faz sentido, isto é, que se pode observar a partir desses mecanismos diferentes posições discursivas e ideológicas” (NUNES, 2007, p. 168). O funcionamento da língua nas definições leva-nos a tratar da heterogeneidade linguística para trabalhar as relações entre as línguas, bem como a definição

<sup>118</sup> Tradução nossa: “reconstrução do saber social do léxico”.

<sup>119</sup> Tradução nossa: “a seleção que faz um lexicógrafo dos tipos de definição que convêm ao dicionário que se propõe elaborar depende da questão inicial da lexicografia: para que público escreve o dicionário e quais são suas necessidades em relação ao conhecimento do léxico de uma língua”.

indica as condições de produção do dicionário. Temos, com isso, a prática social da língua no dicionário.

Em vista disso, Lara (2004a) defende que a diferença entre os significados de palavras de países hispano-americanos e da Espanha está na história, na cultura e na língua de cada país e não na “concorrência designativa” das palavras baseando-se em princípios de autoridade. Tratamos, na parte anterior deste trabalho, da lexicografia discursiva (ORLANDI, 2002) que concebe o dicionário como discurso, levando em conta as relações intertextuais e interdiscursivas da relação da história com a língua. Considerando os dicionários como discurso, podemos observar o efeito da completude da representação da língua nesse instrumento linguístico, ou seja, há o imaginário de que o dicionário contenha todas as palavras da língua. Esse efeito de completude se apresenta por meio de dois procedimentos: pela remissão de um verbete a outro e/ou pela intervenção da memória discursiva. Com esses procedimentos temos as relações intertextuais e interdiscursivas, respectivamente, tornando o dicionário “constitutivo da formação social” (ORLANDI, 2002, p. 104). Tanto Lara (2004a) quanto Orlandi (2002) afirmam que o dicionário possui um propósito; para Lara (2004a) o dicionário tem um sentido, para Orlandi (2002) ele tem uma ideologia e para ambos os autores o dicionário é prática social.

Nesta seção e na seguinte, propomos um gesto de análise para com os verbetes e textos introdutórios do DEU e, como um parâmetro contrastivo, também selecionamos algumas sequências discursivas do DRAE. Mas, antes, faz-se necessário compreendermos os procedimentos de análise. Para isso, tomamos a proposta que Eni Orlandi explicita em alguns de seus textos, principalmente, em seu livro *Análise de Discurso: princípios e procedimentos* (2009), qual seja a de “dessuperficialização linguístico-discursiva”. De acordo com essa autora, para construir a análise é necessário passar da superfície linguística (o texto) para o objeto discursivo (o discurso). A partir desse percurso movimentam-se os sentidos e as noções da Análise de Discurso e, com isso, podemos observar o funcionamento do discurso e realizar a análise, desfazendo a ilusão de estabilidade e dando lugar à interpretação. Em nosso caso, a nossa superfície linguística é o dicionário e o tratamos como discurso para a análise.

Dessa forma, em uma análise, mobilizamos o dispositivo de interpretação e o dispositivo analítico. O primeiro dispositivo é mais teórico porque movimenta conceitos, e o segundo é individual porque depende da questão do analista, do seu *corpus* e da finalidade de sua análise. O conjunto disso vai movimentar alguns conceitos em detrimento de outros. Por isso que, na Análise de Discurso, fala-se em construir o seu próprio dispositivo analítico. Em nossa análise, mobilizamos, principalmente, o conceito de língua e com ele advém o de



sujeito e o de história, mas não significa que outros conceitos não possam ser considerados a partir dos dicionários em questão. O dispositivo para análise deve levar em conta que não existem sentidos literais. O analista não deve buscar a verdade, mas explicitar o gesto de interpretação que o faz chegar à análise. É preciso que o analista atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido, da onipotência do sujeito. O analista, segundo Orlandi (2009), se coloca em uma posição deslocada que lhe permite teorizar e descrever o processo de produção de sentidos em suas condições de produção. Ele reflete sobre os efeitos de evidência da linguagem sem colocar-se fora da língua e da história. O analista deve pensar a linguagem a partir da teoria, trabalhando a descrição (expondo, descrevendo os efeitos da interpretação) e a interpretação para chegar à compreensão.

Um dos primeiros aspectos a considerar na análise, de acordo com Orlandi (2009), é a constituição do *corpus*, que já segue critérios teóricos na sua delimitação. A construção do *corpus* está ligada à análise porque o ato de decidir o que vai fazer parte do *corpus* se relaciona diretamente com as noções discursivas que serão mobilizadas nele. Os objetivos da análise devem visar a mostrar como um discurso funciona produzindo efeitos de sentidos. O *corpus* pode ser constituído por práticas discursivas diversas: imagem, som, letra, etc. e como todo discurso se relaciona com outro, não importa para a Análise de Discurso a exaustividade, a completude do objeto simbólico. O nosso *corpus* é constituído principalmente pelo DEU. Nosso objetivo é observar o funcionamento da noção de língua nesse dicionário, principalmente em seus textos introdutórios, para mobilizarmos as noções de língua nacional e língua regional e verificar se elas podem ser consideradas um gesto de descolonização linguística. A partir dos verbetes e prefácios do DEU, selecionamos algumas sequências discursivas que nos permitiram observar o funcionamento do dicionário.

A análise é um processo que começa pela constituição do *corpus* e a teoria intervém a todo o momento para estabelecer a relação do analista com o objeto, com os sentidos, com a interpretação. A Análise de Discurso demanda um ir-e-vir entre teoria, consulta ao *corpus* e análise. Desse modo, a análise não é objetiva, mas deve ser o menos subjetiva possível para explicitar o modo de produção dos sentidos.

Depois da escolha do *corpus* e da questão de análise, vem o processo de passar da superfície linguística para o objeto discursivo. Esse é o processo de dessuperficialização – verificar a materialidade linguística (onde o sujeito se marca no que diz). Para passar da superfície linguística ao processo discursivo, devemos remeter o texto ao discurso, esclarecer as relações do discurso com as formações discursivas e, por sua vez, esclarecer as relações das formações discursivas com a ideologia. Com isso, passamos também pela análise dos

esquecimentos. Desse modo, sabemos como o discurso se textualiza. O analista não falará do texto e sim do discurso. Porque o que se tem como produto de análise é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição de sujeitos. Saindo do produto acabado e entrando no processo discursivo, temos a discursividade. Entramos em uma primeira etapa da análise: deslocar o sujeito dos efeitos de evidência. Nesse momento de compreensão dos efeitos de evidência, começamos a observar o modo de construção, estruturação, circulação dos sentidos do texto em análise, bem como os diferentes gestos de leitura. Com isso, fazemos a passagem do objeto discursivo para o processo discursivo e delineamos as formações discursivas e suas relações com a ideologia, para compreender como se constituem os sentidos desse dizer. Considerando os processos discursivos, o analista pode explicitar o modo de constituição dos sujeitos e dos sentidos.

A passagem da superfície linguística para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo evidencia o trabalho da ideologia que o analista vai observar por meio da construção de seu dispositivo. Assim, compreende-se a historicidade do texto. Orlandi (2009) sugere que a análise se faz por etapas para compreender o funcionamento do discurso – que é o objetivo central do analista. Essas etapas são procedimentos que dão forma ao dispositivo de análise.

Para retomar, a primeira etapa é a passagem da superfície linguística para o discurso. A segunda etapa é a observação das relações entre o objeto discursivo e as distintas formações discursivas, assim como da formação ideológica que rege essas relações. Nesse momento, percebe-se a constituição dos efeitos de sentidos. Na construção do dispositivo do analista devem ser considerados os mecanismos discursivos apresentados, bem como os efeitos e as articulações para, assim, dar lugar à interpretação, sem deixar de lado também a questão do analista que vai orientar as características do material simbólico analisado. Dessa forma, entramos na terceira etapa de análise.

Com essas considerações, nosso gesto de interpretação inicial é apresentar o Quadro 1, com verbetes do DRAE e do DEU, para observarmos o funcionamento da língua nas definições desses dicionários. Por meio das definições do DEU e do DRAE, pretendemos exemplificar, com a língua, as relações de aproximação e distanciamento entre a ex-metrópole e a ex-colônia, entre o colonizador e o colonizado, entre o Norte e o Sul. Um dos critérios para a seleção dos verbetes foi observar se nas definições do DRAE havia menção ao Uruguai. Levando isso em consideração, dois verbetes surgiram de imediato: “gaucho” e “boludo”, pois há menção ao Uruguai nestes verbetes. O outro critério para a escolha dos

verbetes foi retirar da seguinte frase publicada *online* pela editora do DEU<sup>120</sup>: “*Si te dijeron budín, botona, pajuato, marcista, jailaife, yeguo, calientasillas, camello, escracho, bagre, pastenaca, loba o grullo, no hagas biógrafo, consultá el Diccionario del español del Uruguay*”, da qual selecionamos as palavras “budín”, “escrachar”, “yeguo”. Em vista disso, a comparação entre esses dicionários se faz necessária para verificarmos se o mesmo funciona diferente, ou seja, já que os dois dicionários apresentam os mesmos verbetes, buscamos saber se em suas definições há sentidos próprios ao Uruguai ou não. Tomamos o DRAE inicialmente porque o DEU não pode prescindir deste; o DRAE veio inegavelmente primeiro e o DEU veio depois trazendo especificidades da Língua Espanhola do Uruguai. Podemos atestar isso buscando no DEU palavras do cotidiano, como por exemplo: “andar”, “comer”, “conversar”; as encontraremos nesse dicionário, mas não com o sentido “comum” e sim recuperando algo que não está no DRAE; por outro lado, se buscarmos as palavras citadas na frase acima (por exemplo, “pajuato”, “marcista”, “jailaife”) não as encontraremos no DRAE.

(continua)

	Diccionario de la Real Academia Española	Diccionario del español del Uruguay
<b>Boludo, da</b>	<p>1. adj. <i>Arg. y Ur.</i> Dicho de una persona: Que tiene pocas luces o que obra como tal.</p> <p>2. adj. <i>Cuba.</i> Dicho del calzado: De puntera redonda.</p> <p>3. adj. <i>El Salv.</i> <b>adinerado.</b></p> <p>4. adj. <i>Méx.</i> Que tiene protuberancias.</p> <p>5. adj. <i>Ur.</i> Lerdo, parsimonioso, irresponsable. U. t. c. s.</p> <p>6. adj. <i>Ur.</i> Dicho de una persona: Que ha llegado a la adolescencia o a la juventud. U. t. c. s.</p> <p>7. adj. <i>Ur.</i> Dicho de una cosa: De gran tamaño.</p>	<p>(Der. de <i>bola</i>). <i>adj. vulg. esp.</i> Referido a una persona: lerda, parsimoniosa. ♦ <b>bolastrún.</b> // 2. <i>adj. esp.</i> Referido a una persona: irresponsable. // 3. <i>m. y f. / adj. vulg. esp. sat.</i> Persona que ha llegado a la adolescencia o a la juventud. V. <b>cotorrudo; cuartudo.</b> ♦ <b>bolastrún.</b> ♦♦ <b>pelotaris; pelotudo.</b></p>

<sup>120</sup> Pode ser consultada no seguinte endereço eletrônico: <<http://www.bandaoriental.com.uy/globales/novedad.php?id=208>>. Acesso em: 10 set. 2014.

(continua)

	Diccionario de la Real Academia Española	Diccionario del español del Uruguay
<b>Budín</b>	<p>(Del ingl. <i>pudding</i>).</p> <p>1. m. <u>pu<sup>u</sup>din</u>. ~ azteca.</p> <p>1. m. <i>Méx.</i> Plato compuesto de varias capas alternadas de mole, o salsa verde o roja, tortillas de maíz, pollo cocido deshebrado, queso y crema.</p> <p><b>pu<sup>u</sup>din</b> o <b>pu<sup>u</sup>dín</b>. (Del ingl. <i>pudding</i>).</p> <p>1. m. Dulce que se prepara con bizcocho o pan deshecho en leche y con azúcar y frutas secas.</p> <p>2. m. Plato semejante, no dulce.</p>	<p><i>m. obs. esp. afec.</i> <b>bombón (1)</b>. // <b>2. m. obs. esp.</b> <b>minón</b>. // <b>budín de pan. m.</b> Postre horneado elaborado con pan, generalmente viejo, remojado en leche, huevos, azúcar y caramelo. // <b>budín inglés. m.</b> Producto de panadería de forma alargada, de masa mantecosa, con frutos secos e frutas confitadas.</p>
<b>Escrachar</b>	<p>1. tr. coloq. Arg. y Ur. Romper, destruir, aplastar.</p> <p>2. tr. coloq. Arg. y Ur. Fotografiar a una persona.</p>	<p>(Del it. <i>scaracchiare</i>, gargajear). <i>tr. esp.</i> <b>hacer(se) °bolsa</b>. // <b>2. tr. / prnl. esp.</b> Golpea con violencia. // <b>3. tr. esp.</b> Fotografiar a una persona. // <b>4. tr. esp.</b> <b>batir (1)</b>.</p>
<b>Gaicho</b>	<p>1. adj. Arg. y Ur. Perteneciente o relativo a los <b>gauchos</b>. <i>Un apero gaicho</i>.</p> <p>2. adj. Arg. y Ur. Dicho de una persona: Noble, valiente y generosa.</p> <p>3. adj. Arg. Dicho de un animal o de una cosa: Que proporciona satisfacción por su rendimiento.</p> <p>4. adj. Arg. p. us. Ducho en tretas, taimado.</p> <p>5. m. Mestizo que, en los siglos XVIII y XIX, habitaba la Argentina, el Uruguay y Río Grande del Sur, en el Brasil, era jinete trashumante y diestro en los trabajos ganaderos.</p> <p>6. m. Arg. y Ur. Hombre de campo, experimentado en las faenas ganaderas tradicionales.</p>	<p>(De etim. contr.). <i>m.</i> Mestizo <b>rioplatense</b> y del estado brasilero de Río Grande del Sur de hábitos nómades, que en los siglos XVIII y XIX trabajó a destajo en la explotación del ganado vacuno e integró las fuerzas vivas de emancipación de los imperios español y lusitano. ♦ <b>gauderio</b>. // <b>2. m. y f. / adj.</b> Persona que hace favores desinteresadamente o que ayuda o apoya a los demás. // <b>3. m. urb. esp.</b> Habitante del <b>campo</b>. // <b>4. m. y f.</b> Persona diestra para cabalgar y realizar las faenas rurales. // <b>5. f.</b> <b>aurirrojo, -a (1)</b>. // <b>6. m. y f. / adj.</b> <b>aurirrojo, -a (2)</b>. // <b>7. adj.</b> <b>aurirrojo, -a (3)</b>. // <b>8. m.</b> <b>aurirrojo, -a (4)</b>. <b>9. f. Tac.</b> Camiseta del Club Atlético Progreso, de la ciudad de Tacuarembó. // <b>10. m. y f. / adj. Tac.</b> Partidario o jugador del Club Atlético Progreso. // <b>11. adj. Tac.</b> Perteneciente o relativo al Club Atlético Progreso. // <b>12. m. Tac.</b> Equipo del Club Atlético Progreso. // <b>¡ah gaicho!</b> <i>loc. interj. esp.</i> <b>¡ah, °tololo!</b> // <b>meter el gaicho.</b> <i>loc. v. esp.</i> <b>prepotear</b>.</p>

(conclusão)

	Diccionario de la Real Academia Española	Diccionario del español del Uruguay
<b>Yeguo, -a</b>	<p>(Del lat. <i>eqūa</i>).</p> <p>1. f. Hembra del caballo.</p> <p>2. f. Por contraposición a potra, yegua que tiene ya cinco o más yerbas.</p> <p>3. f. <i>Am. Cen.</i> Colilla de cigarro.</p> <p>4. f. despect. coloq. <i>Cuba y Ur.</i> Mujer grosera. U. t. c. adj.</p> <p>5. m. <i>Cuba.</i> Hombre homosexual.</p> <p>6. com. <i>Am. Cen. y P. Rico</i> Persona estúpida, tonta. U. t. c. adj.</p> <p>~ caponera.</p> <p>1. f. yegua que guía como cabestro la mulada o caballada cerril, y también las recuas.</p> <p>andar con alguien a márame la ~, matarte he el potro.</p> <p>1. loc. verb. coloq. Altercar con porfía y sin necesidad.</p> <p>□ V.</p> <p><b>collera de yeguas</b></p>	<p>f. vulg. <b>minón.</b> // 2. f. / adj. vulg. esp. desp. <b>conchudo, -a (3).</b> // 3. f. / adj. vulg. esp. <b>conchudo, -a (1).</b> // 4. f. vulg. esp. desp. <b>loco, -a (3).</b> // 5. m. leng. fem. esp. <b>potro, -a (3).</b> // <b>donde hay yeguas, potros nacen. ref. rur. °hijo de tigre, overo ha de ser. // formador como yegua madrina. loc. adj. rur. leng. masc. esp. desp. formador.</b></p>

Quadro 1 - Verbetes presentes tanto no DRAE quanto no DEU.

No verbete *boludo, -da*, temos, no DRAE, marcas que indicam outros países que utilizam essa palavra; e, no DEU, não encontramos essa referência. Neste dicionário, temos remissões a outros verbetes em uma relação sinonímica. Por meio do DEU, sabemos que essa palavra é usada em sentido espontâneo e/ou vulgar, marcação que não aparece no DRAE. Os sentidos mobilizados por esses dicionários são semelhantes; uma diferença é que temos, no DRAE, a referência à coisa e, no DEU, à pessoa; outra diferença é entre as primeiras acepções: no DRAE, temos um eufemismo (“pocas luces”) e no DEU a menção direta a pessoa que é lerda e parcimoniosa.

A partir dessa descrição do primeiro verbete considerado, podemos dizer que o DEU apresenta uma descrição do objeto direcionada à informação e ao uso; sendo assim, na definição, podemos encontrar a maior quantidade de noções possíveis acerca da palavra, por exemplo: de onde se deriva; seus significados (lerda, irresponsável, juvenil); possíveis verbetes que se relacionam em uma rede de sentidos, evidenciando que a língua falada na

região do DEU está contida nessa definição. Entretanto, o que funciona não é a completude de sentidos e sim a memória discursiva que remete ao já-dito, ou seja, no DEU, encontramos sentidos já falados, e que, por se dizer um dicionário contrastivo, ilustra alguns desses sentidos já-ditos, mas menciona outras palavras possíveis na formulação de seu dizer, a fim de promover a diferença. Já, no DRAE, as acepções são introduzidas pelo substantivo “dicho” que deriva do verbo “dizer”; com isso ele aponta os significados possíveis para a palavra e não se compromete com o sentido. Trazendo a afirmação de Nunes (2007) de que o dicionário é prática social exercida em determinada conjuntura, podemos interpretar que a definição é uma prática da língua pela qual ela revela as suas condições de produção. Nessa definição temos a prática da Língua Espanhola usada em sua especificidade, enquanto no dicionário do país colonizador temos as possibilidades de sentidos; no dicionário do país colonizado temos os usos desses sentidos, remetendo a outras palavras que, por sua vez, remetem a outros sentidos; temos, com isso, uma rede de sentidos. Como viemos afirmando até então, reforçamos a ideia de que se fala o mesmo, mas de maneiras diferentes.

Quanto à palavra *budín*, destacamos que ela não recebe entrada no DRAE; quando buscamos essa palavra nesse dicionário, ele nos apresenta a forma “*puđín*” com um *link* que vai nos direcionar para as acepções 1 e 2 - apresentadas no Quadro 1. No DEU, temos, além da referência ao doce, o sentido que remete aos verbetes “*bombón*” e “*minón*”, que podem ser utilizados para caracterizar uma pessoa bonita, atraente. Também podemos ressaltar que a definição, no DRAE, gira em torno de “*dulce*” (doce) e, no DEU, se dá a partir de “*postre*” (sobremesa).

Nesse verbete, portanto, a construção da definição se dá de modo diferente entre os dicionários: no DEU temos todos os ingredientes e quase um modo de preparo dessa sobremesa; sabemos, com isso, o que é e como é “*budín*”. Por outro lado, o DRAE se limita a uma explanação dos ingredientes, apresentando como ele é. O que nos permite dizer que, no DEU, é importante marcar como é esse doce/sobremesa no Uruguai, e, no DRAE, há a preocupação em mostrar que as palavras “*puđín*” ou “*budín*” se referem ao mesmo doce. Com isso, temos que, nessas definições, a prática social presente é a de uma língua que marca a diferença entre o mesmo – a definição do DRAE - e o diferente – a especificidade do DEU. A isso, acrescentamos que o sujeito lexicógrafo/dicionarista é determinado pela exterioridade e, com isso, inscreve-se em uma determinada formação discursiva que, no caso, é a de colonização, que permite o que ele deve e pode dizer ou não: deve dizer que é “*budín*” e não “*puđín*”, pode dizer que é uma sobremesa/produto. Para um verbete, temos duas entradas e

duas definições, o que nos possibilita afirmar que a Língua Espanhola na América tem léxico e características próprias desse continente.

O verbete *escrachar* tem entrada como verbo pronominal no DEU (“escracharse”) e possui um sentido a mais em comparação ao DRAE: o de denunciar (que está na quarta acepção, introduzido pelo verbo “batir”). A informação da primeira acepção do DRAE está contida na primeira acepção do DEU - que neste se refere a uma locução; afirmamos isso porque, se buscarmos, por exemplo, o verbete “bolsa” (de “hacer(se) bolsa”), nele tem a definição de “romper, destruir, deteriorar”. Queremos destacar também, nesse verbete, que temos as marcações de coloquial (no DRAE) e de espontâneo (no DEU) e que, no DEU, em meio a verbos no infinitivo, há um verbo conjugado (“golpea”). Comparando essas duas definições, observamos que o DEU apresenta uma complementaridade em relação ao DRAE, pois, mesmo sendo considerados os mesmos verbos nas duas definições, há uma contrastividade: o verbo que não é igual aparece conjugado. Percebemos, por meio dessas definições, a preeminência do DRAE que - para ser um dicionário geral/integral/normativo e garantir a unidade do espanhol - apresenta palavras e sentidos do espanhol de “base comum”, no entanto, o DEU, mesmo provindo do DRAE, demonstra sua particularidade ao acrescentar a especificidade da Língua Espanhola do Uruguai.

Observamos, no verbete *gaucho*, que a primeira acepção do DEU é a quinta do DRAE, o que nos permite dizer que, para o DRAE, é mais importante apresentar, primeiramente, o sentido de pertencente ou relativo a gaúcho, definindo-o adjetivamente. Já para o DEU, é mais importante dizer o tipo de sujeito que é o gaúcho (“mestizo”), o lugar ao qual ele pertence (região rio-platense e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul) e também o momento histórico em que apareceu o sujeito gaúcho e seu sentido de nômade, de trabalhador com gado e de guerreiro (encontramos essas informações na primeira acepção encabeçada pela palavra “mestizo”). Nessa mesma acepção, também queremos salientar o seguinte recorte: “emancipación de los imperios español y lusitano”; que remete à luta pela independência das colônias americanas (e isso inclui o Uruguai) contra os impérios espanhol e lusitano. No DRAE, não temos esse recorte nem esse sentido. Nele, a acepção vem encabeçada pela palavra “mestizo” e traz, como o DEU, o lugar, o tempo histórico e o sentido de nômade e trabalhador - o quinto, como mencionamos anteriormente -, mas não diz que o gaúcho integrou a luta pela independência. Temos, nessa comparação, o dito no discurso do DEU e o não-dito no discurso do DRAE, ou seja, no DEU, temos, na instância linguagem, a marca da colonização; no DRAE, não a temos na instância da linguagem, mas na conjuntura histórica

que se faz presente no discurso. Podemos dizer que o DRAE silencia<sup>121</sup> a colonização. Pois, “entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move” (ORLANDI, 2009, p. 85). Nesses dois dicionários, temos que o sujeito se move em um espaço de colonização e dominação. O DEU – um dicionário de um Estado-nação que foi colonizado pelo império espanhol – marca no discurso de sua definição lexicográfica a memória da colonização. O DRAE deixa de dizer a colonização; silencia-se o que não interessa trazer à baila.

Ainda considerando esse verbete, o sentido de “generoso” leva uma acepção à parte no DEU (que é a segunda), e no DRAE é acrescentado dentro de uma acepção (a segunda também) ao lado de outros adjetivos. Também queremos ressaltar que nos dois dicionários aparece o sentido do sujeito gaúcho em relação ao campo. No DEU, essa remissão ao rural aparece introduzida por um substantivo masculino, urbano e espontâneo (com as abreviaturas m. urb. esp.), e o sujeito gaúcho está na contraposição campo/cidade: o sujeito gaúcho é aquele habitante do campo, destro em cavalgar e realizar as atividades rurais. Já no DRAE, a relação com o campo aparece na última acepção. De modo geral, o DEU apresenta mais sentidos para o verbete “gaúcho” do que o DRAE, sentidos esses que funcionam no âmbito regional (como, por exemplo, acrescentar a esse verbete o sentido que aparece relacionado ao futebol). E nem todos os sentidos que aparecem na definição do DRAE também aparecem no DEU; por exemplo, os sentidos para animal ou coisa (da terceira acepção do DRAE) não são mencionados no DEU; neste temos apenas o relativo à pessoa; e no temos no DEU o sentido de “astuto” presente na quarta acepção do DRAE. Comparações que reforçam a formação discursiva de colonização – pode-se dizer, no DRAE, que o “gaúcho” é generoso, é do campo, é nômade, é mestiço, é astuto; mas não se pode dizer que ele é guerreiro, cavaleiro, integrante da luta pela independência. Já no DEU pode-se e deve-se dizer que ele é guerreiro, cavaleiro, generoso, habitante da região do Rio da Prata e do Rio Grande do Sul e que participou da luta pela independência dessa região. Nas acepções do DEU, percebemos a posição social do sujeito colonizado – que se diferencia da posição do sujeito colonizador – por meio da forma linguística e histórica das acepções. Em seus estudos sobre o imaginário sobre o gaúcho, Petri (2008) diz que esse imaginário se estabelece também pela colonização, pois o gaúcho é um tipo social que se instaurou nos pampas do Uruguai, da Argentina e do Rio Grande do Sul. Fato que nos leva a acreditar que esse dicionário do Uruguai está tomando uma posição para

---

<sup>121</sup> Conforme Orlandi (2007b), o silêncio também significa. O silêncio “não é o nada, não é o vazio sem história. É silêncio significante” (ORLANDI, 2007b, p. 23).



afirmar o Sul e uma região que não é delimitada pela fronteira física e sim por uma fronteira de contato entre a história de colonização.

O verbete *yeguo*, *-a* aparece, no DRAE, somente com a entrada “yegua” e não no masculino, como aparece no DEU. A referência ao Uruguai, no DRAE, é na quarta acepção, indicando o sentido de que quando se chama uma mulher de “yegua”, chama-a de grosseira. No DEU, há mais sentidos para essa palavra, tanto para feminino quanto para masculino, e indicam mulher e homem atraentes, mal intencionados e que cortejam outra pessoa em troca de dinheiro e/ou também pode remeter a uma forma de insulto. Em vista disso, as marcações que aparecem, no DEU, são de “espontâneo” e “vulgar” e, no DRAE, “coloquial”. No DEU, pelas marcações, temos uma ideia primeira acerca de qual situação essa palavra é utilizada, mas, para compreendermos o que essa palavra significa, faz-se necessário buscar os outros verbetes apresentados, pois a definição está elaborada a partir de outros verbetes que se relacionam em uma rede de sentidos – em que um verbete “puxa” o outro e, com isso, complementam-se, formando um imaginário sobre essa palavra que não se limita ao apresentado pelo DRAE. Em vista disso, observamos que esses dicionários se aproximam porque mantêm e atualizam os sentidos sobre essas palavras; no DEU temos uma atualização de sentidos e no DRAE uma manutenção de sentidos, pois, se está no DRAE, está na unidade do espanhol “base comum”. No entanto, esses dicionários também se diferenciam em relação à posição que o sujeito dicionarista toma ante a língua: no DEU, temos a busca por uma identidade própria e, no DRAE, temos a generalidade que leva a uma normatividade.

Como trouxemos anteriormente, os dicionários que utilizam o método contrastivo são os de regionalismos ou diferenciais e suas definições são do tipo descritivas. Os dicionários que utilizam o método integral têm definições normativas e são classificados como gerais ou nacionais. O DEU possui definição descritiva, pois nele aparecem todas as marcas gramaticais, diatópicas, geográficas, de uso, sociolinguísticas, pragmáticas e técnicas que a palavra pode ter, ou seja, os sentidos possíveis para cada palavra usada na comunidade linguística específica. Tais marcações do DEU auxiliam na afirmação de uma língua própria. Também há remissão a outros verbetes em todos aqueles apresentados e a indicação da etimologia, fato que confere um caráter particular/singular ao dicionário: uma preocupação com a especificidade do espanhol. O DEU é mais polissêmico e constitui-se de uma história pela diferença.

Nas definições apresentadas, há marcações como vulgar (vulg.), espontâneo (esp.), satírico (sat.), urbano (urb.), rural (rur.), afetivo (afec.), além das gramaticais (substantivo masculino (m.), verbo transitivo (tr.), verbo pronominal (prnl), locução (loc.) e dos lugares

(Tacuarembó - Tac.)<sup>122</sup>. Nessa busca e escolha dos verbetes, o que observamos é que, no DEU, não há marcação para regionalismo (por exemplo, com a abreviatura *reg.*), então, podemos dizer que o DEU não se marca, nas definições, como regional ou de regionalismos. No entanto, ele reforça os sentidos que “pertencem” à região que abarca e não aqueles que também “pertencem” ao espanhol peninsular. Isso nos remete à afirmação de Lara (1996a; 2004) de que os dicionários de regionalismos ou diferenciais apresentam um método lexicográfico contrastivo, pois contrastam com os dicionários integrais de referência, como é o caso do DRAE. No DRAE, não temos todas essas marcas, apenas a marcação dos países, a gramatical e os principais sentidos para cada verbo, sem a preocupação de descrever em que situação um termo é empregado. Não há indicação, por exemplo, se o verbo é usado de forma espontânea ou vulgar, mas sim se é usado de forma coloquial; não temos também a remissão a outros verbetes e somente em dois dos apresentados anteriormente há a referência à etimologia. O que confere um caráter geral e normativo ao dicionário.

Chamamos a atenção para o uso, nas definições, da palavra “coloquial” no DRAE e da palavra “espontâneo” no DEU, usadas para marcar em qual contexto (formal ou informal) o verbo é utilizado. Em uma busca na lista de abreviaturas do DEU, não há abreviatura para “coloquial”, somente para “espontâneo”, “vulgar”, “afetivo”, “popular”. No DRAE, as duas palavras não possuem correspondência de sentidos: para coloquial temos informalidade, para espontâneo temos voluntariedade. Para melhor ilustrar, utilizamos o Quadro 2 a seguir:

Coloquial	Espontâneo, a
<p><b>1.</b> adj. Pertenciente o relativo al coloquio.  <b>2.</b> adj. Propio de una conversación informal y distendida. <i>Expresión coloquial. Tono, estilo coloquial.</i></p>	<p>(Del lat. <i>spontanĕus</i>).  <b>1.</b> adj. Voluntario o de propio impulso.  <b>2.</b> adj. Que se produce sin cultivo o sin cuidados del hombre.  <b>3.</b> adj. Que se produce aparentemente sin causa.  <b>4.</b> m. y f. Persona que durante una corrida se lanza al ruedo a torear.  <b>5.</b> m. y f. Persona que por propia iniciativa interviene en algo para lo que no tiene título reconocido.  <input type="checkbox"/> V.  <b>generación espontánea</b></p>

Quadro 2 – Diferença de sentidos entre “coloquial” e “espontâneo” no DRAE.

<sup>122</sup> No Anexo 1, apresentamos a lista de todas as abreviações do DEU.

Essas duas palavras não possuem entrada no DEU, apenas no DRAE – o que configura o DRAE como um dicionário integral em que aparecem “todas” as palavras da Língua Espanhola e o DEU como um dicionário contrastivo em que aparecem as palavras usadas em um determinado espaço e não encontradas no DRAE. Acreditamos que não marcar as acepções como “coloquiais” e sim como “espontâneas” é uma forma sutil de resistência à tradição da Academia espanhola e marca uma prática social própria do Uruguai que produz condições de produção para uma geração espontânea de palavras do/no Uruguai. No entanto, de acordo com os prefácios, temos a informação de que esse dicionário é contrastivo, refere-se ao Uruguai e à região da Prata e que a todo tempo menciona o DRAE, tendo, assim, um contexto de comparação.

Em vista disso, não queremos classificar esse dicionário, pois trazer essas designações (geral, nacional, regionalismo, contrastivo) não abarca a totalidade do DEU. Nesse viés, surgem alguns questionamentos: o título se refere a uma nação (será um dicionário nacional?). Em uma busca por seus verbetes, não encontramos muitos que se referem a palavras do cotidiano (não é um dicionário geral?). Em seus prefácios, há a afirmação de ser um dicionário contrastivo (será um dicionário de regionalismos?). A dicionarização hispano-americana se diferencia da espanhola, pois sua historicidade é diferente, por isso mostramos as classificações lexicográficas, mas não enquadrámos o DEU em nenhuma delas.

Retomando a questão do silêncio e da memória de colonização, queremos acrescentar que o silêncio intervém no jogo da memória. Conforme Orlandi (2008, p. 59), “o brasileiro [incluímos o hispano-americano] para significar, tem como memória (domínio do saber) o já-dito europeu”, ou seja, “a sua fala é falada pela memória do outro (europeu)”. Com isso, o dizer do colonizado está determinado pela posição do colonizador, ou seja, os sentidos que podem e devem ser ditos são regidos pelos limites da formação discursiva do colonizador e do colonizado. Observamos essas formações discursivas nas definições analisadas em que as palavras usadas por um ou outro dicionário são diferentes.

Temos, também, a ideologia funcionando no dizer e no não dizer, produzindo efeitos de evidências e transparência de sentidos. Como reforçamos na parte anterior deste trabalho, fala-se a mesma língua, mas fala-se diferente e, de acordo com Orlandi (2002), essa diferença, essa heterogeneidade não aparece nos dicionários, pois “o efeito (ideológico) da dicionarização [...] apaga a ideologia” (ORLANDI, 2002, p. 107). Parece que é a mesma língua. A diferença está nas marcações e nos sentidos que reforçam a afirmação de uma característica da Língua Espanhola no Uruguai e de sentidos próprios a essa língua do Uruguai.

### 3.3 Por uma noção de língua no *Diccionario del español del Uruguay* – entre a língua regional e a nacional

Para refletirmos sobre o funcionamento da noção de língua no DEU, selecionamos algumas seqüências discursivas (SD) dos três textos introdutórios que nos fazem pensar sobre esse imaginário de língua nacional ou regional. As seqüências SD1 a SD6 foram retiradas do *Proemio*, as seqüências SD7 e SD8 foram retiradas do *Prólogo* e as seqüências SD9 e SD10 foram retiradas do *Preámbulo*. Consideramos que apresentar dez seqüências discursivas dos prefácios do DEU é um recorte representativo do discurso presente no referido dicionário. Para melhor ilustrar as seqüências para a análise, apresentamo-las todas a seguir, no Quadro 3, para depois analisarmos uma a uma:

(continua)

SD1	<i>Una lengua sin diccionario [...] es una lengua que anda “suelta” [...] <sup>123</sup>.</i>
SD2	<i>La existencia de diccionarios [...] testimonia el estatuto de lengua estándar de una variedad determinada. <sup>124</sup></i>
SD3	<i>Cuando una lengua como la nuestra, el español, se diversifica tanto, se expande por tantos lados y acrecienta en magnitud tal el número de sus hablantes [...] su diversificación es inevitable. Por lo tanto, empiezan a surgir, en ese proceso histórico de expansión, diferentes centros de estandarización e irradiación de las normas lingüísticas [...] <sup>125</sup>.</i>
SD4	<i>La lengua se regionaliza a través de diferentes centros que impulsan sus propias fuerzas de diferenciación. <sup>126</sup></i>
SD5	<i>[Hay tipos de diccionarios] que recogen las características de una variedad determinada del español, en este caso, el español rioplatense en su versión uruguaya. <sup>127</sup></i>

<sup>123</sup>Tradução nossa: “Uma língua sem dicionário [...] é uma língua que anda “solta” [...]”.

<sup>124</sup>Tradução nossa: “A existência de dicionários [...] testemunha o estatuto da *língua standard* de uma variedade determinada”.

<sup>125</sup>Tradução nossa: “Quando uma língua como a nossa, o espanhol, diversifica-se tanto, expande-se por tantos lados e acrescenta, em magnitude tal, o número de seus falantes [...] sua diversificação é inevitável. Por tanto, começam a surgir, nesse processo histórico de expansão, diferentes centros de standardização e irradiação das normas linguísticas”.

<sup>126</sup>Tradução nossa: “A língua se regionaliza através de diferentes centros que impulsionam suas próprias forças de diferenciação”.

<sup>127</sup>Tradução nossa: “[Há tipos de dicionários] que recolhem as características de uma *variedade* determinada do espanhol, neste caso, o espanhol rio-platense em sua versão uruguia”.

(conclusão)

SD6	<i>Como se trata de un diccionario contrastivo [...] en el DEU no aparecen las formas del español general, sino las peculiares de esta zona del mundo hispánico [...] o aquellas que, teniendo una misma forma poseen sin embargo una significación diferente en la variedad regional.</i> <sup>128</sup>
SD7	<i>Que anuncia y ofrece algo tan de nosotros, como es nuestra habla, que sin ella no seríamos quienes somos ya que, ciertamente, significa uno de los trazos sustanciales del perfil del pueblo que nos identifica.</i> <sup>129</sup>
SD8	<i>[...] donde vive alguien que dice el habla nuestra, y ella ha recogido ecos, próximos o lejanos, que han conquistado un área de uso y comprensión, logrando así genuino sello de lenguaje uruguayo.</i> <sup>130</sup>
SD9	<i>[El DEU] constituye un corpus amplio del léxico del habla uruguaya, en uso entre las primeras décadas del siglo XX y la actualidad.</i> <sup>131</sup>
SD10	<i>La circunstancia de que sea el DEU el primer diccionario elaborado y editado con el apoyo del Estado permite suponer, con suficiente certeza, que las ediciones futuras serán posibles y que ellas, ampliadas y perfeccionadas cada vez, lo irán convirtiendo progresivamente en patrimonio cultural del Uruguay.</i> <sup>132</sup>

Quadro 3 – Sequências discursivas dos textos introdutórios do DEU.

Neste momento, nosso olhar se volta aos prefácios, pois eles podem ser produzidos por editores (com objetivo de venda da obra), por autores (estabelecendo uma relação de aproximação com o leitor) ou por terceiros (adjetivando a obra e o autor), de acordo com Petri (2009). Assim, o prefácio é entendido como um texto com funcionamento próprio, porque revela a ideologia, a história e a posição do sujeito dicionarista presente em cada obra, além de representá-la, enaltecendo-a.

<sup>128</sup> Tradução nossa: “Como se trata de um dicionário contrastivo [...], no DEU, não aparecem as formas do espanhol geral, mas as peculiares desta zona do mundo hispânico [...] ou aquelas que, tendo uma mesma forma, possuem, no entanto, significação diferente na variedade regional”.

<sup>129</sup> Tradução nossa: “Que anuncia e oferece algo tão nosso como é nossa língua, que, sem ela, não seríamos quem somos, já que, certamente, significa um dos traços substanciais do perfil do povo que nos identifica”.

<sup>130</sup> Tradução nossa: “[...] onde vive alguém que fala a nossa língua, e ela há recolhido ecos, próximos ou distantes, que conquistaram uma área de uso e compreensão, conseguindo, assim, genuíno selo da linguagem uruguiaia”.

<sup>131</sup> Tradução nossa: “[O DEU] constitui um amplo corpus do léxico da língua uruguiaia em uso entre as primeiras décadas do século XX e a atualidade”.

<sup>132</sup> Tradução nossa: “A circunstância de que seja o DEU o primeiro dicionário elaborado e editado com o apoio do Estado permite supor, com suficiente certeza, que as edições futuras serão possíveis e que elas, ampliadas e aperfeiçoadas cada vez, o irão convertendo progressivamente em patrimônio cultural do Uruguai”.

As posições sujeitos presentes nesses prefácios, conforme indicamos anteriormente, são de linguista, escritor/professor e mercadológico, sendo vinculadas à Academia Nacional de Letras do Uruguai. Esses textos introdutórios revelam, respectivamente, um discurso acadêmico, um discurso entusiasmado (em vista de ser um dicionário uruguaio elaborado por muitos anos) e um discurso metodológico sobre a feitura do dicionário.

Conforme Nunes (2006), os prefácios são materiais importantes para verificar as condições de produção do dicionário. É nesse espaço que percebemos a posição do sujeito dicionarista e o que esse sujeito entende por dicionário e por língua. E também “o plano da obra, a concepção de língua, o recorte da nomenclatura, os procedimentos lexicográficos, o contexto em que o dicionário se insere” (NUNES, 2006, p. 33).

Podemos dizer, neste momento, que o plano da obra é ser um dicionário da Língua Uruguaia; nas sequências discursivas aqui selecionadas, há a noção de língua como uso – língua fluida –, mas que precisa ser instrumentalizada – estar em um instrumento linguístico – passando a ocupar um espaço próprio à língua imaginária; o recorte da nomenclatura e o procedimento lexicográfico indicam um dicionário contrastivo em relação ao DRAE e o contexto em que se insere é o do bicentenário da independência do Uruguai e da possível indicação de um gesto de descolonização linguística.

Quando o sujeito dicionarista nos coloca que uma língua sem dicionário é uma língua “solta” (SD1), remete-nos a uma dificuldade em sua “manutenção”, já que ela não vai ser nem ensinada, nem aprendida pelos métodos tradicionais da sociedade da escrita. Isso nos leva à negação da gramatização, do aprendizado, do conhecimento, da fixação da língua do Uruguai. Pois estamos em uma sociedade em que é a escrita e não a oralidade que legitima a língua. E, com isso, os instrumentos linguísticos têm seu lugar garantido.

SD1: *Una lengua sin diccionario [...] es una lengua que anda “suelta” [...].*

É interessante observar que, nesta sequência, temos uma relação de paráfrase<sup>133</sup> com o prólogo da Gramática de Nebrija de 1942<sup>134</sup>: “[*La lengua*] hasta nuestra edad anduvo suelta et fuera de regla, et a esta causa a recebido em pocos siglos muchas mudanças” [...]. “Acordé ante todas las otras cosas reduzir en artificio este nuestro lenguaje castellano, para que lo

<sup>133</sup> Agradecemos a Prof<sup>a</sup>. Eliana Sturza que, na qualificação do trabalho, indicou essa relação.

<sup>134</sup> O prólogo dessa gramática está disponível em:

<[http://www.filos.unam.mx/LICENCIATURA/Pagina\\_FyF\\_2004/introduccion/Gramatica\\_Nebrija.pdf](http://www.filos.unam.mx/LICENCIATURA/Pagina_FyF_2004/introduccion/Gramatica_Nebrija.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2014.

*que agora et de aquí adelante en él se escriviere pueda quedar en un tenor, et estender se en toda la duración de los tiempos que están por venir”.*<sup>135</sup>

A paráfrase é o processo pelo qual “em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória” (ORLANDI, 2009, p. 36). O funcionamento da linguagem também se dá na tensão entre o mesmo e o diferente, conforme a autora. Ao tomarmos uma palavra já-dita, mexemos em seu sentido, produzindo diferentes formulações de sentidos. Por isso há tensão entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia.

Atentamos para a palavra “solta” que está presente nas duas sequências apresentadas. Na SD1, temos essa palavra entre aspas, o que nos faz pensar que pode filiar-se ao sentido do prólogo de Nebrija – que antes das gramáticas e dos dicionários, a língua não era referida, escrita, refletida, pensada, identificada como a língua do sujeito falante; e, com esses instrumentos, a língua se torna única e estável. Antes, a língua era solta. Mas, antes do que? Antes de sua gramatização. Agora, ela está presa? O efeito de sentido produzido por essa paráfrase está relacionado com a origem da gramatização da Língua Espanhola e advém da autoridade, ou seja, a construção do saber sobre a língua se dá por sua descrição e instrumentalização promovidas pelos instrumentos linguísticos. Temos a gramática de Nebrija como um marco na gramatização da Língua Espanhola que ajudou na identidade para a Língua Espanhola (castelhana) que estava se consolidando como língua nacional por meio de uma escolha política. Após a publicação de Nebrija, a identidade da língua se deu com a política de unificação da RAE. A autoridade da instituição se dá também via instrumentos linguísticos. Sendo assim, a primeira tarefa da RAE foi elaborar um dicionário. Para a língua se estabelecer em seu porvir é necessário sistematizá-la por meio da pronúncia, da ortografia, da sintaxe que se dá pelos instrumentos linguísticos que colaboram para sua a normatização. Com a produção de Nebrija e da RAE, a Língua Espanhola é tomada como língua de Estado. E as Academias hispano-americanas se inscrevem nessa ideologia e a reproduzem por meio de seus dicionários: para pensar sobre a língua e ter uma identidade própria, é necessário ter instrumentos linguísticos regidos por uma instituição, para, assim, a língua não ficar “solta” e “estender-se aos tempos que estão por vir”.

---

<sup>135</sup> Tradução nossa: “A língua, até nossa idade, andava solta e fora de regra e, por essa razão, há recebido, em poucos séculos, muitas mudanças [...]. Acordei, ante todas as outras coisas, reduzir em artifício esta nossa linguagem castelhana, para que o que agora e daqui adiante nela se inscrever possa ficar estável e estender-se em toda a duração dos tempos que estão por vir”.

SD2: *La existencia de diccionarios [...] testimonia el estatuto de lengua estándar de una variedad determinada.*

A língua, quando está no dicionário, torna-se um “marco de referência”, reforçando o imaginário de que tem um funcionamento de *standard*. O que nos leva a pensar que o dicionário traz alguns traços de uma língua imaginária e que uma nação precisa ter a língua “guardada” em um instrumento linguístico. Com isso, também se reforça um imaginário do dicionário como o “guardião” da língua. Além da tradição da Academia como aquela que “cuida” da língua.

A RAE, se vale do lema “limpia, fija e da esplendor” para propagar sua política de unificação da Língua Espanhola. E a Academia de Letras do Uruguai também reproduz essa tradição “prendendo” a Língua Uruguiaia em um instrumento linguístico, afinal uma língua se torna *standard* se está em um dicionário. Se, no momento histórico de Nebrija, a língua era companheira do império, no momento atual, a língua é companheira do Estado, ou melhor, o Estado faz da língua sua companheira.

SD3: *Cuando una lengua como la nuestra, el español, se diversifica tanto, se expande por tantos lados y acrecienta en magnitud tal el número de sus hablantes [...] su diversificación es inevitable. Por lo tanto, empiezan a surgir, en ese proceso histórico de expansión, diferentes centros de estandarización e irradiación de las normas lingüísticas [...].*

Na SD3, o sujeito dicionarista se coloca também como falante da língua quando a designa como “nossa”. E por ser “nossa”, a língua se diversifica, porque a língua “não é uma, não é uma, não é pura” (ORLANDI, 2012, p. 6), ela é de cada sujeito e da coletividade. Isso nos remete à questão de que o dicionário, segundo Orlandi (2002), nos dá a língua imaginária, sendo que a língua fluida é a que funciona no dia a dia dos falantes e a que é passível de diversificação. O que prevalece, entretanto, é a unidade linguística. Apesar de haver a diversidade em um Estado-nação, é pela unidade que ele é constituído como tal. Desse modo, aparecem as normas linguísticas, a gramatização, as Academias e a escola para controlar a unidade da língua, também surgem os instrumentos linguísticos, como o DEU, para “estandardizar” e “irradiar” a língua do Uruguai. Nessa sequência, temos um regional que se dá a partir da diversidade (heterogeneidade) linguística (entre um império e sua colônia). Em vista disso, temos uma relação institucional entre a RAE e a Academia Nacional de Letras do



Uruguai. A autoridade da RAE, enquanto instituição que regula a Língua Espanhola, se sobressai às outras Academias e estas irradiam suas normas linguísticas.

*SD4: La lengua se regionaliza a través de diferentes centros que impulsan sus propias fuerzas de diferenciación.*

O sujeito dicionarista afirma, na SD4, que há uma regionalização da língua, o que nos leva a pensar que a Língua Espanhola nos países latino-americanos se historiciza de forma diferente em cada um deles e compete a cada um desses países um centro normatizador para organizar a sua língua, a sua política de língua. Cada país hispano-americano procura sua identidade também na Língua Espanhola, mas com as características que se estabeleceram em seu país. No entanto, dizer que a língua se regionaliza é negar a sua autonomia e é repetir que ela é parte de algo maior: da gramatização da Língua Espanhola. A unidade da língua imposta pela instituição é forte e, mesmo esta aceitando a “regionalidade” da língua que se dá pela sua historicidade, a instituição, via Estado ou Academia, impõe normas sobre os usos linguísticos. O que foge do “centro” é “marginal”, com isso, portanto, é necessário ter uma instituição como centro para “desmarginalizar” os usos linguísticos.

*SD5: [Hay tipos de diccionarios] que recogen las características de una variedad determinada del español, en este caso, el español rioplatense en su versión uruguaya.*

Depois de o sujeito dicionarista afirmar que a língua se regionaliza e, com isso, ela se diversifica, ele apresenta, na SD5, que a Língua Uruguia pertence à língua rio-platense, definindo a região da qual irá tratar esse dicionário: a região do Rio da Prata. A designação “espanhol” nos dá o nacional, mas a designação “rio-platense” nos dá o regional. Tira a língua de um país – que não é o Uruguai e sim a Espanha – e a coloca em uma região que não é parte de um país e sim de um continente. O regional que temos aqui é diferente do percebido no Brasil, por exemplo, pois neste país o regional se dá em uma região dentro de um mesmo país, assim, o diferente está no mesmo, ou seja, temos uma língua diferente que está constituindo a mesma língua brasileira – o regional também representa o nacional. No caso do Uruguai, temos a mesma língua que constitui uma diferente – o regional representa o nacional uruguaio, mas não o nacional homogêneo desejado pelo peninsular.

A denominação região do Rio da Prata retoma o nome do rio – Rio da Prata – que divide os países Argentina e Uruguai. Há também a bacia hidrográfica do Rio da Prata que

abrange, além desses dois países, o Brasil e o Paraguai. Por isso, quando há referência a essa região, a esse espanhol, remete-se, principalmente, aos países Argentina e Uruguai. Temos, com isso, dois nacionais abarcados em um regional, duas nações consideradas em uma só região e isso nos faz refletir sobre a noção de fronteira. De acordo com Sturza (2006), devemos pensá-la como contato social e não somente como limites geopolíticos, pois temos a fronteira linguística que não se limita à demarcação geográfica, vai “além de suas margens territoriais” (STURZA, 2006, p. 31). A fronteira, por um lado, precisa de uma referência física – necessidade para a constituição de um Estado – e, por outro, tem um sentido “fluido” (STURZA, 2006, p. 31) de contato com as línguas. Talvez seja por essa noção que o sujeito dicionarista destaca uma região e não um país, uma língua regional e não nacional, uma fronteira entre a metrópole e a periferia.

Guimarães (2007) divide as designações de língua em dois modos de funcionamento: no primeiro, encontra-se a língua materna<sup>136</sup>, a alheia<sup>137</sup>, a franca e representa “as relações imaginárias cotidianas entre os falantes” (GUIMARÃES, 2007, p. 64); o segundo é composto pela língua nacional, oficial e estrangeira<sup>138</sup> e representa “as relações imaginárias (ideológicas) institucionais” (GUIMARÃES, 2007, p. 64). Segundo o autor, as línguas “se dividem sempre”, pois se relacionam com os sujeitos falantes. No entanto, o segundo funcionamento da língua se sobrepõe ao primeiro na constituição de um Estado-nação. Sendo assim, mesmo um país sendo heterogêneo e multilíngue, o institucional se sobressai ao uso cotidiano, fato que ocorre com o Uruguai e com o DEU: eles se relacionam com a institucionalidade da RAE e do DRAE. Sendo assim, podemos pensar na seguinte relação: de um lado, há uma Língua Espanhola peninsular, a qual a RAE fortalece como a unidade do espanhol; de outro lado, há peculiaridades dessa língua que observamos em diversos países de fala espanhola, sendo que o dicionário aqui analisado tenta dar conta da língua falada no Uruguai e, por extensão, da que é falada na região do Rio da Prata.

Com essas designações da língua, podemos dizer que temos, em relação à Língua Espanhola peninsular (de acordo com a RAE), o espanhol hispano-americano como característico da Língua Espanhola. Nesse viés, dentro da Língua Espanhola hispano-

---

<sup>136</sup> Língua materna é “a língua cujos falantes a praticam pelo fato de a sociedade em que se nasce a praticar; nesta medida ela é, em geral, a língua que se representa como (que se apresenta como sendo) primeira para seus falantes” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

<sup>137</sup> Língua alheia é “toda língua que não se dá como materna para os falantes de um espaço de enunciação” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

<sup>138</sup> Língua estrangeira é “a língua cujos falantes são o povo de uma Nação e Estado diferente daquele dos falantes considerados como referência” (GUIMARÃES, 2007, p. 64).

americana, temos especificidades regionais: o espanhol rio-platense e o espanhol uruguaio (que, dentro do regional, é uma língua nacional).

Na SD6, observamos que, de uma forma ou de outra, menciona-se e remete-se ao espanhol peninsular (espanhol da RAE) quando o sujeito dicionarista atribui ao dicionário da RAE um espaço onde aparecem as formas da Língua Espanhola e atribui ao DEU um espaço para as formas linguísticas regionais do Uruguai e de seus países fronteiriços. Nesse viés, percebemos o regional atuando sobre a nação uruguaia e contrastando com a metrópole espanhola. Com isso, temos o reforço para o regional, o diferente e a justificativa para a realização do DEU.

*SD6: Como se trata de un diccionario contrastivo [...] en el DEU no aparecen las formas del español general, sino las peculiares de esta zona del mundo hispánico [...] o aquellas que, teniendo una misma forma poseen sin embargo una significación diferente en la variedad regional.*

Essa relação entre espanhol peninsular (apontado como o espanhol geral na SD) e espanhol rio-platense nos remete à relação entre espanhol peninsular e espanhol hispano-americano que já vem sendo discutida nas teorias sobre metodologias para ensino de Língua Espanhola - qual espanhol ensinar na escola? Relação baseada em semelhanças, mas principalmente nas diferenças; e esse dicionário, o DEU, vem reforçar, não só a língua hispano-americana, mas a existência de uma fronteira bem específica.

O que podemos observar por meio dessas sequências discursivas retiradas do DEU é que o contraste é de diferenças semânticas, principalmente no emprego dos sentidos de determinadas palavras; não há semelhanças. De qualquer modo, dizer contrastivo significa não só dizer que há contraste, mas também é uma maneira de reforçá-lo. A designação “contrastivo” vai ao encontro do que Lara (1996a, 2004) trata como dicionário de regionalismos, aquele que utiliza um método contrastivo por meio do qual se recolhe o léxico de uma região, sem caráter normativo; representando, então, o léxico, a língua e a cultura dessa região.

Nesse texto introdutório, no qual estão inseridas essas sequências por nós analisadas, há menção ao DRAE como sendo um dicionário geral e ao DEU como sendo um dicionário contrastivo e, por tal motivo, de uma região específica para, assim, afirmar que a língua se regionaliza e reforçar o regional hispano-americano. No entanto, ainda temos um discurso de

colonização linguística, em vista do fato de que o DEU se coloca em um lugar de complementação.

A partir dessas considerações, buscamos no DRAE os sentidos para contrastivo e complementar (visto que essas designações também aparecem para dicionários hispano-americanos), a fim de pensar em qual dessas duas modalidades possíveis o DEU se enquadra. Sistematizamos no Quadro 4, a seguir:

<b>Contrastivo, va.</b>	<b>Complementar.</b>
<b>1.</b> adj. <i>Ling.</i> Que compara elementos o sistemas de dos lenguas con vistas a describir sus diferencias.	<b>1.</b> tr. Dar complemento a algo. U. t. c. prnl. <b>2.</b> tr. <i>Gram.</i> Añadir palabras como complementos de otras.

Quadro 4 – Diferença de sentidos entre contrastivo e complementar.

A partir dessas definições, temos que contrastivo configura uma comparação entre línguas, o que nos permite afirmar que, se um dicionário é contrastivo, ele traz especificidades da língua. E complementar remete a um acréscimo à língua, então, se um dicionário é complementar, ele acrescenta palavras à língua. Sendo assim, podemos dizer que no momento em que o DEU se designa como contrastivo, ele se define específico e com certa autonomia em relação à língua, ou seja, ele representa a Língua Espanhola com suas peculiaridades da região rio-platense. Temos, nessa relação de sentidos, um desejo do DEU e do Uruguai de se diferenciar do DRAE e da Espanha. Desse modo, a designação que cabe ao DEU é contrastivo e não complementar.

Com isso, queremos comparar algumas sequências discursivas do texto introdutório do DRAE, intitulado *Preámbulo*, o que acentua as diferenças entre os dicionários. Esse texto traz a informação de que foram dez anos de elaboração intensa na edição (22<sup>a</sup>), que é “*reflejo no solo del español peninsular sino del de todo el mundo hispanohablante*”<sup>139</sup>. Nessa sequência, não temos o sentido de contrastivo e sim o de totalidade, de generalidade e de normatividade; temos o sentido de que uma nação abarca todas as regiões e que um dicionário nacional abarca todos os dicionários de regionalismos; contrastando, desse modo, com o DEU. A partir disso, trazemos outra sequência: “*en la consciencia de que el Diccionario es una obra en*

<sup>139</sup> Tradução nossa: “reflexo não somente do espanhol peninsular, mas do espanhol falado em todo o mundo hispano”.

*marcha, y, fiel a la tradición, que es riqueza patrimonial de todos, quiere la Real Academia Española servir de modo eficaz, con el concurso de sus Academias hermanas, a la unidad del español*”<sup>140</sup>. No texto introdutório do DRAE, percebemos, portanto, a ideia de que o dicionário é suscetível a mudanças e atualizações de significados e de palavras e que a RAE está preocupada com isso e se esforça para manter o espanhol padrão – que é o da tradição, o da unidade –, resultando em novas edições do dicionário. Com essas sequências do DRAE, temos a ilustração do contraste entre espanhol peninsular e espanhol hispano-americano, entre a unidade e a heterogeneidade, entre o nacional e o regional, entre a metrópole e a periferia.

Voltando nossa atenção para as sequências do DEU, a SD7 nos apresenta que a língua (falada) é importante para a construção da identidade do sujeito pertencente a uma região, a um país, a uma nação. A língua, a fala, o povo, o dicionário são nossos, além de serem uma identificação com o Estado.

*SD7: Que anuncia y ofrece algo tan de nosotros, como es nuestra habla, que sin ella no seríamos quienes somos ya que, ciertamente, significa uno de los trazos sustanciales del perfil del pueblo que nos identifica.*

A língua é a “expressão maior de um grupo social” (PETRI, 2008, p.237), no caso do estudo da referida autora, o grupo social se refere ao grupo específico sul-rio-grandense, mas também entendemos que a língua é a expressão maior da região específica do Uruguai, sendo ela a expressão do “povo” uruguaio. Nessa sequência discursiva, temos a afirmação de que a língua é a identificação do sujeito com o Estado, do sujeito com a história e do sujeito com outros sujeitos.

Já na SD8, observamos a menção à história da constituição da língua nacional do Uruguai. Conforme já apresentamos na Parte II, outras línguas ajudaram a constituir o espanhol do Uruguai; reforçando, desse modo, a afirmação de que a Língua Espanhola se adaptou em terras uruguaias. O Uruguai foi um país de independência tardia, fato que abriu possibilidades para que outras línguas e culturas se instalassem na região por suas fronteiras físicas ainda não delimitadas. Também temos, nessa sequência, que a língua do Uruguai se constitui pela língua falada por qualquer sujeito que a adota como sua, uma característica do espanhol do Uruguai.

---

<sup>140</sup> Tradução nossa: “na consciência de que o Dicionário é uma obra em desenvolvimento e fiel à tradição que é riqueza patrimonial de todos, a Real Academia Espanhola quer servir de modo eficaz, com a colaboração de suas Academias irmãs, à unidade do espanhol”.

SD8: [...] *donde vive alguien que dice el habla nuestra, y ella ha recogido ecos, próximos o lejanos, que han conquistado un área de uso y comprensión, logrando así genuino sello de lenguaje uruguayo.*

Em dicionários que são produzidos por Academias, há autoria coletiva ou autoria do imaginário acadêmico sobre o imaginário de autor individual. De acordo com Orlandi (2007, p. 97), “o que caracteriza a autoria é a produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido”. A noção de autor é, portanto, uma função da noção de sujeito. Em vista disso, os dicionários das Academias promovem uma dispersão de sujeitos em espaços institucionais.

Para Nunes (2008, p. 110), “não se trata apenas de identificar o autor empírico e de construir uma biografia que o apresente, mas sim de observar e descrever o funcionamento discursivo da autoria em determinadas circunstâncias.”, como por exemplo, “de que modo emerge uma posição de autor”, “como essa autoria se modifica em certos momentos”, “como ela se institucionaliza ou não”.

Quem fala o espanhol rio-platense em sua versão uruguaia contribui para a constituição da Língua Uruguaia. No entanto, a autoria que temos presente nesse dicionário é a de uma instituição que representa e regula a língua falada por todos. A língua dos uruguaios é essa que está nesse dicionário. O funcionamento da autoria, no DEU, indica o lugar dessa obra na sociedade: ser um instrumento onde está a afirmação de uma língua própria (dada pela Academia). As SD7 e SD8 indicam essa filiação de sentidos.

Já na SD9, temos o período histórico que esse dicionário ocupa no que diz respeito à língua do Uruguai: primeiras décadas do século XX até a atualidade (século XXI). Temos, com isso, um século de história e temos também a existência de um *corpus* amplo e em uso. A partir disso, nos questionamos: Será que esse dicionário abrange todo o léxico desse intervalo de tempo?

SD9: [El DEU] *constituye un corpus amplio del léxico del habla uruguaya, en uso entre las primeras décadas del siglo XX y la actualidad.*

Podemos falar em efeito de completude dos sentidos nesse dicionário. O DEU pretende ser um dicionário contrastivo que abarca um século do uso da Língua Espanhola no Uruguai, para isso aborda o léxico de diversas fontes: escritas e orais, cultas e gírias, da

cidade e do campo, etc. Os sentidos “estão em movimento dentro e fora do dicionário” (PETRI, 2010, p. 25). A língua não está pronta, completa, só porque está nesse instrumento linguístico, ela se movimenta também nesse espaço. Tomando o dicionário como um instrumento linguístico e como materialidade discursiva, observamos que, nele, há produção de sentidos que, segundo Petri (2008, p. 241), extrapola “o uso comum que dele se faz” e revela “a excelência de seu papel também na constituição/instituição de uma memória”, ou seja, além de extrapolar o seu efeito de detentor dos sentidos, o dicionário também revela a memória do Uruguai, presente na fala e na escrita da língua.

Na SD10, há o reforço do que se afirmou anteriormente, já que, como é um dicionário contrastivo e abarca o espanhol uruguaio dentro de uma zona linguística, não pode ser um dicionário de uruguaismos, ou seja, de palavras de uso exclusivo do Uruguai, porque a fronteira linguística não se limita à fronteira física. Esses países têm características em comum em relação à Língua Espanhola, mas isso não significa que eles também não tenham suas peculiaridades. Nessa sequência, observamos uma questão institucional e de política de línguas.

*SD10: La circunstancia de que sea el DEU el primer diccionario elaborado y editado con el apoyo del Estado permite suponer, con suficiente certeza, que las ediciones futuras serán posibles y que ellas, ampliadas y perfeccionadas cada vez, lo irán convirtiendo progresivamente en patrimonio cultural del Uruguay.*

Há, na SD10, menção às condições de produção do dicionário, nas quais se encontram as seguintes instituições: Academia de Letras, Ministério de Educação e editora nacional. E a possibilidade desse dicionário ter outras edições (outra referência ao DRAE).

Uma última observação, acerca dessa sequência discursiva, é a questão do DEU se tornar patrimônio. Para compreender a questão do patrimônio, remetemo-nos a Cervo (2012) que trata patrimônio como “materialização de uma memória em um discurso que se inscreve no espaço do logicamente estabilizado” (CERVO, 2012, p. 66). Patrimônio é um meio de valoração de uma memória para que as lembranças não sejam esquecidas, sendo que essa ilusão do “guardar” se deve ao coletivo. Assim, o DEU é a materialização da memória da unidade da Língua Espanhola uruguaia promovida por instituições. Temos, desse modo, o Estado e a Academia controlando, divulgando, afirmando a Língua Espanhola do Uruguai.

Nas sequências discursivas apresentadas, estão marcadas as questões de heterogeneidade da língua, de língua em uso, de língua como identificação do falante com a

nação, bem como se reforçam as formas peculiares do espanhol do Uruguai e o fato de que há uma Língua (ou linguagem) Espanhola do Uruguai. Se pensarmos em língua, pensamos em gramatização, pois, no dicionário, podemos ver como se projeta uma representação concreta da língua, de acordo com Orlandi (2002). Se pensarmos em linguagem, pensamos em incompletude, em exterioridade, em historicidade e também em língua. Em vista disso, podemos pensar que, sendo a linguagem dos uruguaios o tema gerador de um dicionário do Uruguai, esse dicionário é um espaço de manutenção de imagens “da língua\cultura\tradição de um grupo social” (PETRI, 2012, p. 35) bem específico, colocando em discussão língua/linguagem e até mesmo nacional/regional. Também é a mesma língua, mas é diferente. “A língua, nesse caso [em um dicionário de regionalismos], funciona como expressão maior de um grupo social tão específico, que se identifica como diferente no interior do mesmo” fazendo com que o dicionário tenha “um estatuto diferenciado de conservador do passado mitológico, histórico e linguístico-cultural” (PETRI, 2012, p. 32). No tocante ao DEU, precisamos acrescentar que a característica regional traz à baila também o que é novo: o léxico da mídia, da gíria, do campo, dos jovens, dos velhos, da Literatura, ademais, de registrar os usos do léxico em determinados temas usados na conversação (como, por exemplo, clima, sentimentos, comida, saudações). Léxico que tem como característica o local.

Queremos apresentar aqui que há um imaginário que nos permite pensar em língua/linguagem regional, mas não em uma linguagem regional, como temos no Brasil e suas regiões. No Brasil, o regional é dentro da mesma nação, se dá “pela crença de que haveria uma nação imaginária (no interior de outra nação)” (PETRI, 2012, p. 32) e, no caso que estamos apresentando neste estudo, o regional é o de uma nação em contraste com outra; é resultado do processo de colonização/descolonização linguística que não cessa de se reinventar.

Vimos, na seção anterior, que uma nação precisa ter uma unidade de língua, que será a língua nacional. Refletindo sobre as análises apresentadas anteriormente, nosso olhar se volta para um imaginário de língua regional – de uma região específica, da região da Prata. Por isso, entendemos que o DEU está entre a língua nacional e a língua regional. A constituição de um país é necessária para a formação de uma língua nacional, mas a língua que está nesse instrumento linguístico da nação é uma língua da região da Prata que dá a identificação dos sujeitos falantes com a nação uruguiaia. No DEU, observamos a necessidade de afirmação de uma língua própria em um instrumento linguístico produzido em um país colonizado, em uma tentativa de instrumentalização da língua e com isso, a possibilidade dessa língua ser ensinada



e aprendida. O DEU representaria o processo de colonização/descolonização linguística pelo qual o Uruguai está passando.

O DEU, nesse âmbito, coloca a perspectiva do regional sobre o nacional, por isso, optamos pela designação regional – conhecer a língua com especificidade regional para conhecer a nacional. Percebemos que as palavras “língua”, “fala”, “variedade” e “regional” são as que mais se repetem nas sequências discursivas aqui apresentadas, a partir disso verificamos a preocupação do DEU com a língua e em explicar o porquê do regional e do contrastivo. Com essas repetições, há uma regularidade que corresponde a uma formação discursiva da colonização.

Portanto, esse dicionário ocupa um lugar diferenciado para se pensar a língua e nos dá o efeito de completude da representação da língua, sobre o qual nos fala Orlandi (2002). Nesse dicionário, observamos que a língua nos é dada como transparente, como “nossa”, a qual identifica os sujeitos com o Estado. No entanto, retomando a questão de que se fala a mesma língua, mas se fala diferente, podemos pensar que o DEU mostra e reforça o diferente, fortalecendo um desejo de descolonização linguística, crescente entre os uruguaios neste início de século XXI.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos explicitar como a língua se constitui em um dicionário de uma nação que sofreu o processo de colonização linguística e que agora, no século XXI, instrumentaliza-se em um dicionário a Língua Espanhola do Uruguai. O DEU não é o primeiro dicionário uruguaio, mas o primeiro dicionário da Academia de Letras do Uruguai. Então, para finalizar, perguntamo-nos: o DEU constitui um discurso de resistência ou de reprodução das normas acadêmicas da RAE? Ou melhor: até que ponto o DEU rompe com a ideologia da Academia e até que ponto ele a reproduz? Antes de tentarmos dar uma resposta para essa pergunta, retomemos um pouco do percurso realizado neste trabalho.

Apresentamos, primeiramente, as noções norteadoras de nossa pesquisa: língua, sujeito, história. Pois, sem elas, não podemos estudar por completo os dicionários. E, por meio da articulação das teorias da Análise de Discurso e da História das Ideias Linguísticas, podemos estudar o dicionário como discurso e como instrumento linguístico, o que nos possibilita compreender o seu funcionamento.

Assim, o DEU é uma obra que sistematiza a Língua Espanhola do Uruguai, pois, como vimos, a língua do dicionário é imaginária, no entanto, a língua no DEU é posta como regional, pois a todo momento, em seus textos introdutórios, há uma necessidade de afirmar que há heterogeneidade no espanhol, que há uma contrastividade no espanhol, que há língua/fala nossa. Por isso, apresentamos as noções de heterogeneidade e colonização/descolonização linguística para podermos dizer que há, sim, uma mesma língua – a Língua Espanhola –, mas que se historiciza de modo diferente no Uruguai, tornando-se a Língua Espanhola do Uruguai.

O Uruguai é um país de independência tardia, a sua localização geográfica (entre Brasil, o Rio da Prata e a Argentina) foi motivo para disputas entre as coroas portuguesa e espanhola e, por isso, teve que se emancipar para defender seu território. A política sobre uma língua nacional veio a partir da política de escolarização e não por meio de sua Constituição. E, em seu bicentenário, foi publicado um dicionário nacional da Língua Espanhola uruguaia, fato que acreditamos ser um marco na história do país e no seu processo de descolonização linguística.

Por outro lado, a nível de comparação, podemos considerar o Brasil como um espaço discursivo que revela um processo de descolonização linguística mais consolidado. Já que, de

acordo com Nunes (2006), o primeiro dicionário nacional monolíngue produzido por um brasileiro data de 1789. Mas, antes havia, claro, outras produções como, por exemplo, listas temáticas, glossários e dicionários bilíngues. A dicionarização brasileira é marcada pela fundação de uma outra tradição diferente da europeia, pois reivindica uma língua nacional diferente da de Portugal. Os instrumentos linguísticos brasileiros possuem autoria brasileira, dessa forma, possuem identidade brasileira. Questão essa que não encontramos em estudos sobre a produção do Uruguai.

Os sujeitos que produziram o DEU pertencem a uma Academia de Letras que está associada à ASALE e à RAE. Por mais que os sujeitos dicionaristas falem a Língua Espanhola do Uruguai, eles estão vinculados a uma Academia que reproduz as normas lexicográficas acadêmicas, tanto é que afirmam, nos textos introdutórios, que o DEU é um dicionário contrastivo. Em resumo, o DEU é produzido por uruguaios, mas esse dicionário também está vinculado a uma Academia de Letras. Em vista disso, o DEU faz parte da dicionarização uruguiaia, mas ainda não torna o processo de descolonização linguística do país consolidado no tocante à dicionarização. O que pode justificar esse “atraso” da descolonização é que a história do processo de dicionarização hispano-americana começa depois do processo de dicionarização espanhola, com isso, o modelo lexicográfico é da Espanha, da RAE e do DRAE que serve de modelo para a produção de outros dicionários hispanos. E somente agora, no século XXI, surgem dicionários que escapam desse modelo da RAE, que não se servem do DRAE para começar sua produção lexicográfica.

Com as considerações apresentadas ao longo deste trabalho, podemos responder a nossa pergunta: o DEU reproduz a ideologia da Academia Espanhola, pois o institucional assegura a não ruptura. O DEU não rompe com a ideologia da Academia de Letras porque reproduz a hegemonia da RAE e do DRAE. Ainda temos uma filiação à colonização linguística. Por outro lado, acreditamos que o DEU também rompe, de maneira sutil, com a ideologia da Academia, pois apresenta sentidos próprios nas definições e não somente os que o DRAE apresenta, bem como se designa contrastivo para representar a prática social da Língua Espanhola do Uruguai, o que é um importante gesto no processo de descolonização linguística.

A análise realizada neste trabalho não esgota nosso objeto, apenas tenta dar um lugar para o Uruguai no processo de dicionarização da Língua Espanhola e explicita o papel da língua no dicionário e sua importância na constituição de dicionários hispano-americanos. Nosso gesto, assim, é o de atentar para as produções latino-americanas sobre a Língua Espanhola, atentar para *el Sur*.

## REFERÊNCIAS

AGUIRRE, A. F. La lexicografía del español de América: Parte primera - Evolución, tipología y metodologías. In: IZQUIERDO, M. A.; UTRILLA, J. M. E. **La lengua española en américa**: Normas y usos actuales. Universitat de València: 2010. Livro eletrônico. Disponível em: < <http://www.uv.es/aleza> > Acesso em: 10 jan. 2014.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. Instrumentos lingüísticos y políticas lingüísticas: la construcción del francés. **Revista argentina de historiografía lingüística**. v. I, n. 2, p. 137-149, 2009. Disponível em: <[http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202009/auroux-RAHL-\(2\)2009.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202009/auroux-RAHL-(2)2009.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidades enunciativas. **Cadernos de estudos lingüísticos**. v. 19, p. 25-42, 1990. Disponível em: <<http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/3012/4095>>. Acesso em 10 nov. 2014.

BENEDETTI, M. **Preguntas al azar**. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1986.

BERTOLLOTTI, V.; COLL, M. Apuntes sobre el español en el Uruguay: historia y rasgos caracterizadores. **Revista Ámbitos**, n. 16, p. 31-40, 2006. Disponível em: <[http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page\\_id=56](http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page_id=56)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

BRIANEZI, D. I. **O Dicionário Panhispânico de dudas em questão**: dúvida, regulação e memória. 2014. 207 f. Dissertação (Mestrado em Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol) – Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CERVO, L. M. **Língua, patrimônio nosso**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2012.

COLL, M. La Banda Oriental en el siglo XVIII: usos, desarrollo y difusión de la lengua escrita. **Anuario de Lingüística Hispánica**, n. 10, p. 25-37, 1994. Disponível em: <[http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page\\_id=258](http://www.historiadelaslenguasenuruguay.edu.uy/?page_id=258)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Prácticas lexicográficas del siglo XIX en territorio uruguayo: de la nominación al registro de piezas de museo. **Revista argentina de historiografía lingüística**. v. 2, p. 115-136, 2013. Disponível em: <[http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/coll-RAHL-\(2\)2013.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/coll-RAHL-(2)2013.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

COLLINOT, A.; MAZIÈRE, F. **Un prêt à parler**: le dictionnaire. Paris: Presses Universitaires de France, 1997.

COSTA, M. **Instrumentalização e (des)colonização linguística**: estudo discursivo do *Diccionario integral del español de la Argentina*. 2014. 225 f. Dissertação (Mestrado em

Línguas Estrangeiras Modernas – Espanhol) – Programa de Pós-Graduação em Língua Espanhola e Literaturas Espanhola e Hispano-Americana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DI RENZO, A. M. **O Estado, a Língua Nacional e a Construção da Políticas Linguísticas**. Campinas : Pontes Editores, 2012.

ELIZAINCÍN, A. Historia del español en el Uruguay. In: HERNÁNDEZ, C. (Org.) **Historia y presente del español en América**. Madrid: Junta de Castilla y León & Pabecal, 1992. Disponível em: < [http://www.historiadelaslenguasenuuguay.edu.uy/?page\\_id=502](http://www.historiadelaslenguasenuuguay.edu.uy/?page_id=502)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

GARATEA, C. El *otro* en el contacto: Sobre alteridad e historia del español de América. **Signo y Señal**, n. 23, p. 39-62, julho de 2013. Disponível em: <<http://revistas.filo.uba.ar/index.php/sys/index>> Acesso em: 10 jan. 2014.

GUIMARÃES, E. Política de línguas na linguística brasileira. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política linguística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

HAENSCH, G. La situación actual de la lexicografía del español de América. **Revista de Filología Románica**. V. 4, p. 281-293, 1986.

\_\_\_\_\_. La lexicografía del español de América y un nuevo diccionario de americanismos. **Revista de Lexicografía**. v. 6, p. 179-200, 2000. Disponível em: <[http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/5437/1/RL\\_6-8.pdf](http://ruc.udc.es/dspace/bitstream/2183/5437/1/RL_6-8.pdf)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

HAROCHE, C. (1984) **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni P. Orlandi. São Paulo: HUCITEC, 1992.

HENRY, P. (1969) Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. (1984) A história não existe? In: ORLANDI, E. P. (Org.) [et al]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 2010.

HOBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismos desde 1780: programa, mito e realidade**. 4. ed. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

IZQUIERDO, M. A.; UTRILLA, J. M. Introducción. In: \_\_\_\_\_. **La lengua española en américa: Normas y usos actuales**. Universitat de València: 2010. Livro eletrônico. Disponível em: < <http://www.uv.es/aleza>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

LAPESA, R. **Historia de la lengua española**. 9. ed. Madrid: Editorial Gredos, 1995.

LARA, L. F. El objeto diccionario. In: **Dimensiones de la lexicografía: a propósito del Diccionario del Español de México**. México: El colegio de México, 1990.

\_\_\_\_\_. El discurso del diccionario. In: **Estudios de lexicografía y metalexigrafía del español actual**. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 1992.

\_\_\_\_\_. **Teoría del diccionario monolingüe**. México: El Colegio de México, 1996.

\_\_\_\_\_. Por una redefinición de la lexicografía hispánica. In: **Nueva Revista de Filología Hispánica**. V. 44, n. 2, p. 345-364, 1996a.

\_\_\_\_\_. La construcción del diccionario. In: **Actas del II Congreso El español, la lengua de traducción**. Bruselas: Esletra, 2004.

\_\_\_\_\_. **De la definición lexicográfica**. México: El Colegio de México, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Lengua histórica y normatividad**. 2. ed. México: El Colegio de México, 2009.

\_\_\_\_\_. El símbolo, el poder y la lengua. In: **El dardo en la Academia: esencia y vigencia de las academias españolas**. SENZ, S.; ALBERTE, M. (Orgs.). Editorial Melusina, 2011.

LAURIA, D. Lengua y nación. El *Diccionario Argentino* de Tobías Garzón (1910). **Cuartas Jornadas de Jóvenes Investigadores**. Universidad de Buenos Aires. 2007. Disponible em: <[http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/jovenes\\_investigadores/4jornadasjovenes/EJES/Eje%20%20Politica%20Ideologia%20Discurso/Ponencias/LAURIA%20Daniela.pdf](http://webiigg.sociales.uba.ar/iigg/jovenes_investigadores/4jornadasjovenes/EJES/Eje%20%20Politica%20Ideologia%20Discurso/Ponencias/LAURIA%20Daniela.pdf)>. Acceso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Lengua y nación en la lexicografía argentina de fines del siglo XIX y principios del XX: análisis de los mecanismos de ejemplificación y citación. **Res Diachronicae**. v. 8, p. 47-70, 2010. Disponible em: <[http://www.ajihle.org/resdi/docs/Numero8/articulos/daniela\\_lauria.pdf](http://www.ajihle.org/resdi/docs/Numero8/articulos/daniela_lauria.pdf)>. Acceso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Continuidades y discontinuidades de la producción lexicográfica del español de la Argentina**. Un análisis glotopolítico de los diccionarios publicados en el marco del Centenario y en el del Bicentenario de la Revolución de Mayo. 2012. Tesis de doctorado. Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires.

\_\_\_\_\_. Introducción: Tradición e innovación en la historia de la producción lexicográfica del español y del portugués en América del Sur. El diccionario como objeto de investigación: aportes desde distintas perspectivas teórico-metodológicas. **Revista argentina de historiografía lingüística**, v. 2, p. 89-93, 2013. Disponible em: <[http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/lauria-RAHL-\(2\)2013.pdf](http://www.rahl.com.ar/Revistas/II%20-%202013/lauria-RAHL-(2)2013.pdf)>. Acceso em: 10 jan. 2014.

LIPSKI, J. M. **El español de América**. Tradução Silvia Iglesias Recuero. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2004.

LOBATO, J. S. El español en América. **ASELE Actas**. v. 6, p. 553-570, 1994. Disponible em: <[http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca\\_ele/asele/pdf/04/04\\_0553.pdf](http://cvc.cervantes.es/ensenanza/biblioteca_ele/asele/pdf/04/04_0553.pdf)>. Acceso em: 10 jan. 2014.

LUDMER, J. **Aquí América latina: una especulación**. Buenos Aires: Eterna Cadencia, 2010.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 27, p. 73-82, jul/dez 2003. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras27.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Colonização linguística: línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII)**. Campinas: Pontes Editores, 2004.

MEDEIROS, V. Do heterogêneo no identitário brasileiro: percursos de uma tese. **Fragmentum**, Santa Maria, n. 29, parte II, p. 54-60, abr/jun 2011. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/fragmentum/issue/view/396/showToc>> Acesso em: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Um glossário contemporâneo: a língua merece que se lute por ela. **Rua** [online]. Campinas, v. 2, n. 18, p. 19-43, nov. 2012. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/index.rua?acessar=18-2>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Memória e singularidade no gesto do escritor-lexicógrafo. **Confluência – Revista do Instituto de Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, n. 46, p. 143-156, 1º sem. 2014. Disponível em: <<http://lp.bibliopolis.info/confluencia/?author=1>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

NEBRIJA, A. **Gramática de la lengua castellana**. (1942). Disponível em: <[http://www.filos.unam.mx/LICENCIATURA/Pagina\\_FyF\\_2004/introduccion/Gramatica\\_Nebrija.pdf](http://www.filos.unam.mx/LICENCIATURA/Pagina_FyF_2004/introduccion/Gramatica_Nebrija.pdf)>. Acesso em 10 nov. 2014.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX**. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.

\_\_\_\_\_. Um espaço ético para pensar os instrumentos lingüísticos: O caso do dicionário. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Revista Letras**, Santa Maria, n. 37, p. 107-124, jul./dez., 2008. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras37.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

OLIVER, T. B.; UTRILLA, J. M. E. **Léxico del español de América: su elemento patrimonial e indígena**. Editorial MAPFRE: Madrid, 1992.

ORLANDI, E. P. Apresentação. In: ORLANDI, E. (Org.). **História das ideias linguísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas, SP: Pontes Editores; Cáceres, MT: Unemat, 2001.

\_\_\_\_\_. **Língua e conhecimento lingüístico**. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007.

\_\_\_\_\_. Há palavras que mudam de sentido, outras... demoram mais. In: \_\_\_\_\_. **Política lingüística no Brasil**. Campinas: Pontes Editores, 2007a.

\_\_\_\_\_. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas: UNICAMP, 2007b.

\_\_\_\_\_. **Terra à vista**: discurso do confronto: velho e novo mundo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

\_\_\_\_\_. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

\_\_\_\_\_. **Língua portuguesa e outras histórias**: discurso sobre a língua e ensino no Brasil. Campinas: RG, 2009a.

\_\_\_\_\_. Língua e nação: uma questão e seu quadro de referência teórico. **Revista Línguas e instrumentos linguísticos**. v. 23/24, p. 11-23, jan./jul., 2009b. Disponível em: <[http://www.revistalinguas.com/edicao23\\_24/edicao23\\_24.html](http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Discurso e Texto**: formulação e circulação de sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

\_\_\_\_\_. Espaços linguísticos e seus desafios: convergências e divergências. **Rua**. [online] v. 2, n. 18, p. 6-18, 2012a. Disponível em: <<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/pages/home/capaArtigo.rua?id=131>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Uma tautologia ou um embuste semântico-discursivo? Ainda a propaganda de Estado: “País rico é país sem pobreza”. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.) **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Editora da UFSM, 2013.

ORLANDI, E. P.; GUIMARÃES, E. Formação de um espaço de produção linguística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E. (Org.). **História das ideias linguísticas**: construção do saber metalinguístico e constituição da língua nacional. Campinas: Pontes; Cáceres: Unemat, 2001.

OROÑO, M. La escuela pública uruguaya y el idioma nacional en dos períodos históricos: fines del siglo XIX y mediados del siglo XX. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 21, n. 42, p. 217-250, jan./jun., 2011. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistalettras/letras42.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. La escuela y la lengua en la construcción discursiva de la identidad nacional: los libros de lectura usados en la escuela uruguaya en el último cuarto del siglo XIX. In: MASELLO, L. (Org.). **Lenguas en la región**: enseñanza e investigación para la integración desde la universidad. Montevideo: Universidad de la Republica, 2012.

PECHÊUX, M. (1969) Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

\_\_\_\_\_. (1975) **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi et al. 4. ed. Campinas: Unicamp, 2009.



\_\_\_\_\_. (1979) Foi “propaganda” mesmo que você disse? In: \_\_\_\_\_. **Análise de Discurso: Michel Pêcheux – Textos selecionados por Eni Puccinelli Orlandi**. 3. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

PECHÊUX, M.; FUCHS, C. (1975) A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Tradução de Bethania Mariani et al. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

PÉREZ, A. S. **Historia de la enseñanza del español como lengua extranjera**. Madrid: Sociedad General Española de Librería, 1992.

PETRI, V. Algumas reflexões sobre o sujeito nos estudos da linguagem. **Revista Língua e Instrumentos Lingüísticos**. n. 13/14, p. 65-74, jul./dez., 2004.

\_\_\_\_\_. **Imaginário sobre o gaúcho no discurso literário: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em *Porteira Fechada*, de Cyro Martins**. 2004a. 332 f. Tese (Doutorado em Letras. Área de concentração: Teoria do texto e do discurso) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004a.

\_\_\_\_\_. A produção de efeitos de sentidos nas relações entre língua e sujeito: um estudo discursivo da dicionarização do “gaúcho”. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 37, p. 227-243, jul/dez. 2008. Disponível em: <[http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos\\_r37/artigo14.pdf](http://w3.ufsm.br/revistaletras/artigos_r37/artigo14.pdf)> Acesso em: 10 set. 2014.

\_\_\_\_\_. A emergência da ideologia, da história e das condições de produção no prefaciamento dos dicionários. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Org.). **O discurso na contemporaneidade: materialidades e fronteiras**. São Carlos: Claraluz, 2009, p. 329-336.

\_\_\_\_\_. Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. In: **Língua e Instrumentos Lingüísticos**. n. 23/24, p. 25-35, jan/jun-jul/dez., 2009a. Disponível em: <[http://www.revistalinguas.com/edicao23\\_24/edicao23\\_24.html](http://www.revistalinguas.com/edicao23_24/edicao23_24.html)>. Acesso em: 10 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. **Um outro olhar sobre o dicionário: a produção de sentidos**. Santa Maria: UFSM, PPGL-Editores, 2010.

\_\_\_\_\_. Gramatização das línguas e instrumentos lingüísticos: a especificidade do dicionário regionalista. **Revista Línguas e Instrumentos Lingüísticos**. n. 29, p. 23-37, jan./jun., 2012. Disponível em: <<http://www.revistalinguas.com/edicao29/edicao29.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PETRI, V.; MEDEIROS, V. Da língua partida: nomenclatura, coleção de vocábulos e glossários brasileiros. **Revista Letras**, Santa Maria, v. 23, n. 46, p. 43-66, jan./jun., 2013. Disponível em: <<http://w3.ufsm.br/revistaletras/letras46.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

PRUVOST, J. **Les dictionnaires français: outils d'une langue et d'une culture**. Paris: Editions Ophrys, 2006.

RANCIÈRE, J. **O desentendimento** – política e filosofia. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Editora 34, 1996.

RIVAROLA, J. L. **La formación lingüística de Hispanoamérica**. Lima: Pontificia Universidad Católica del Perú, 1990.

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 27<sup>a</sup> edição. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.

SIQUAN, M. Lenguas nacionales y nacionalismos lingüísticos. In: \_\_\_\_\_. **La Europa de las lenguas**. Madrid: Alianza Editorial, 1996.

STURZA, E. R. **Línguas de fronteiras e política de línguas**: uma história das idéias lingüísticas. 2006. 168 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2006.

TORRES GARCÍA, J. **Universalismo Constructivo**. Buenos Aires: Poseidón, 1944.

ZANDWAIS, A. Como caracterizar uma nação: entre os domínios históricos e discursivos. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.) **Análise do discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: UFSM, 2013.

### **Dicionários analisados**

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS DE URUGUAY. **Diccionario del español del Uruguay**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario de la Lengua Española**. 22. ed. Madrid: Espasa, 2001.

## ANEXO

### Lista de abreviações do DEU

ACADEMIA NACIONAL DE LETRAS

## Abreviaturas y claves

<i>abr.</i>	abreviación	<i>Educ.</i>	Educación
<i>adj.</i>	adjetivo	<i>Electr.</i>	Electrónica
<i>adv.</i>	adverbio	<i>Enol.</i>	Enología
<i>afec.</i>	afectivo	<i>Entom.</i>	Entomología
<i>afér.</i>	aféresis	<i>Equit.</i>	Equitación
<i>Agr.</i>	Agronomía	<i>esc.</i>	escocés
<i>Agric.</i>	Agricultura	<i>escand.</i>	lenguas escandinavas
<i>al.</i>	alemán	<i>esm.</i>	esmerado
<i>ant.</i>	anticuado	<i>esp.</i>	espontáneo
<i>Antr.</i>	Antropología	<i>est.</i>	lenguaje estudiantil
<i>Apic.</i>	Apicultura	<i>Este</i>	Maldonado, Rocha, Treinta y Tres
<i>apóc.</i>	apócope	<i>euf.</i>	eufemístico
<i>ár.</i>	árabe	<i>f.</i>	sustantivo femenino
<i>Arq.</i>	Arquitectura	<i>leng. fem.</i>	lenguaje femenino
<i>Arqueol.</i>	Arqueología	<i>fest.</i>	festivo
<i>Art.</i>	Artigas	<i>fig.</i>	figurado
<i>Autom.</i>	Automovilismo	<i>Fil.</i>	Filosofía
<i>Avic.</i>	Avicultura	<i>Filat.</i>	Filatelia
<i>Biol.</i>	Biología	<i>Fin.</i>	Finanzas
<i>Bot.</i>	Botánica	<i>Fl.</i>	Flores
<i>C. Largo.</i>	Cerro Largo	<i>Flor.</i>	Florida
<i>Can.</i>	Canelones	<i>Folc.</i>	Folclore
<i>carc.</i>	lenguaje carcelario	<i>Fon.</i>	Fonética
<i>Carp.</i>	Carpintería	<i>fr.</i>	francés
<i>Centro</i>	Durazno, Flores, Florida, Lavalleja	<i>fr.</i>	frase
<i>Citr.</i>	Citricultura	<i>Frig.</i>	Frigorífico
<i>Col.</i>	Colonia	<i>Frut.</i>	Fruticultura
<i>Com.</i>	Comercio	<i>gall.</i>	gallego
<i>Comunic.</i>	Comunicaciones	<i>Ganad.</i>	Ganadería
<i>Constr.</i>	Construcción sintáctica	<i>Gastr.</i>	Gastronomía
<i>Construc.</i>	Construcción	<i>genov.</i>	genovés
<i>contr.</i>	contracción	<i>gr.</i>	griego
<i>cult.</i>	culto	<i>guan.</i>	guanche
<i>Dep.</i>	Deportes	<i>guar.</i>	guaraní
<i>der.</i>	derivación	<i>duplic.</i>	duplicación
<i>Der. Lab.</i>	Derecho Laboral	<i>hamp.</i>	lenguaje del hampa
<i>Der.</i>	Derecho	<i>hebr.</i>	hebreo
<i>desp.</i>	despectivo	<i>Hip.</i>	Hipismo
<i>drog.</i>	lenguaje de la drogadicción	<i>hiperb.</i>	hiperbólico
<i>duplic.</i>	duplicación	<i>Hist.</i>	Historia
<i>Dur.</i>	Durazno	<i>hún.</i>	húngaro
<i>Econ.</i>	Economía	<i>Ictiol.</i>	Ictiología



<i>Impr.</i>	Imprenta	<i>Panif.</i>	Panificación
<i>Ind.</i>	Industria	<i>part.</i>	participio
<i>Inf.</i>	Informática	<i>Pay.</i>	Paysandú
<i>inf.</i>	lenguaje infantil	<i>Period.</i>	Periodismo
<i>Inf. supl.</i>	Información suplementaria	<i>pl.</i>	plural
<i>ingl.</i>	inglés	<i>Pol.</i>	Política
<i>interj.</i>	interjección	<i>pop.</i>	popular
<i>intr.</i>	verbo intransitivo	<i>polic.</i>	lenguaje policial
<i>inv. siláb.</i>	inversión silábica	<i>port.</i>	portugués
<i>it.</i>	italiano	<i>prep.</i>	preposición
<i>jap.</i>	japonés	<i>prest.</i>	prestigioso
<i>juv.</i>	lenguaje juvenil	<i>prnl.</i>	verbo pronominal
<i>lat.</i>	latín	<i>pron.</i>	pronombre
<i>Lav.</i>	Lavalleja	<i>prost.</i>	lenguaje de la prostitución
<i>Ling.</i>	Lingüística	<i>quech.</i>	quechua
<i>Lit.</i>	Literatura	<i>Quím.</i>	Química
<i>Litoral</i>	Salto, Paysandú, Río Negro	<i>quimb.</i>	quimbundo
<i>loc. adj.</i>	locución adjetiva	<i>R. Negro.</i>	Río Negro
<i>loc. adv.</i>	locución adverbial	<i>ref.</i>	refrán
<i>loc. interj.</i>	locución interjectiva	<i>Riv.</i>	Rivera
<i>loc. prep.</i>	locución prepositiva	<i>rur.</i>	rural
<i>loc. sust.</i>	locución sustantiva	<i>S. José.</i>	San José
<i>loc. v.</i>	locución verbal	<i>Sal.</i>	Salto
<i>loc.</i>	locución	<i>sat.</i>	satírico
<i>m.</i>	sustantivo masculino	<i>Sex.</i>	Sexología
<i>Mald.</i>	Maldonado	<i>sínc.</i>	síncopa
<i>map.</i>	mapuche	<i>sincr.</i>	sincretismo
<i>leng. masc.</i>	lenguaje masculino	<i>sind.</i>	lenguaje sindical
<i>Mat.</i>	Matemática	<i>Sor.</i>	Soriano
<i>Mec.</i>	Mecánica	<i>sp.</i>	en la nomenclatura científica, especie sin determinar
<i>Med.</i>	Medicina	<i>spp.</i>	en la nomenclatura científica, variedad de especies
<i>met.</i>	metátesis	<i>suf.</i>	sufijo
<i>mil.</i>	lenguaje militar	<i>Sur</i>	San José, Canelones, Montevideo
<i>milan.</i>	milanés	<i>T. y Tres.</i>	Treinta y Tres
<i>Mont.</i>	Montevideo	<i>Tac.</i>	Tacuarembó
<i>Morf.</i>	Morfología	<i>Tb.</i>	antecede la relación de variantes ortográficas de la entrada
<i>Mús.</i>	Música	<i>Tecnol.</i>	Tecnología
<i>nah.</i>	nahua	<i>Tex.</i>	Industria textil
<i>Náut.</i>	Náutica	<i>tr.</i>	verbo transitivo
<i>Norte</i>	Artigas, Tacuarembó, Rivera, Cerro Largo	<i>urb.</i>	urbano
<i>obs.</i>	obsolescente	<b>V.</b>	antecede la relación de lemas
<i>Odont.</i>	Odontología		
<i>Ornit.</i>	Ornitología		
<i>Ort.</i>	Ortografía		
<i>p. us.</i>	poco usado		

- |               |                                 |    |  |
|---------------|---------------------------------|----|--|
|               | que comparten campos semánticos |    |  |
| <i>var.</i>   | variante                        |    | * En las etimologías, antecede los étimos hipotéticos  |
| <i>Vest.</i>  | Vestimenta                      | ¶  | Introduce información complementaria sobre fonética, morfología, ortografía o sintaxis, al final de una acepción |
| <i>Vet.</i>   | Veterinaria                     | ¶¶ | Introduce información complementaria para todas las acepciones de un artículo                                    |
| <i>Vitiv.</i> | Vitivinicultura                 | ◆  | Antecede los sinónimos de una acepción   |
| <i>vulg.</i>  | vulgar                          | ◆◆ | Antecede los sinónimos de todas las definiciones de un artículo  |
| <i>Zool.</i>  | Zoología                        |    |  |
- \_\_\_\_\_
- μ micra
- ° Señala la palabra por la que está ingresada una unidad pluriverbal